



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V**

**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BRUNA ALVES DIAS

**A INSERÇÃO DO QUEBEC NO CANADÁ MULTICULTURAL: UMA ANÁLISE
CRÍTICA**

**JOÃO PESSOA
2023**

BRUNA ALVES DIAS

**A INSERÇÃO DO QUEBEC NO CANADÁ MULTICULTURAL: UMA ANÁLISE
CRÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional.

Orientador: Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira

**JOÃO PESSOA
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D541i Dias, Bruna Alves.
A inserção do Quebec no Canadá multicultural [manuscrito]
: uma análise crítica / Bruna Alves Dias. - 2023.
111 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Sílvia Garcia Nogueira,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Canadá. 2. Multiculturalismo. 3. Interculturalidade. 4.
Quebec. I. Título

21. ed. CDD 306.446

BRUNA ALVES DIAS


**A INSERÇÃO DO QUEBEC NO CANADÁ MULTICULTURAL: UMA ANÁLISE
CRÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional.

Aprovada em: 26 / 09 / 2023.

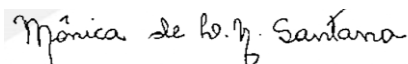
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira
(Presidente/Orientadora/PPGRI UEPB)



Profa. Dra. Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico
(Avaliadora interna PPGRI UEPB)



Profa. Dra. Mônica de Lourdes Neves Santana
(Avaliadora externa, UEPB/ Public Policy Research Foundation)

À minha mãe e amigos que sempre acreditam no meu potencial, DEDICO

AGRADECIMENTOS

Nesses anos de mestrado, de muito estudo, esforço e empenho, gostaria de agradecer a algumas pessoas que me acompanharam e foram fundamentais para a realização de mais este sonho. Por isso, expresso aqui, através de palavras sinceras, um pouquinho da importância que elas tiveram, e ainda têm, nesta conquista e a minha sincera gratidão a todas elas.

Primeiramente, minha gratidão especial à Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira, minha orientadora e, sobretudo, uma querida e grande amiga, pela pessoa e profissional que é. Obrigada por sua dedicação, que a fez, por muitas vezes, deixar de lado seus momentos de descanso para me ajudar e me orientar. E, principalmente, obrigada por sempre ter acreditado e depositado sua confiança em mim ao longo de todos esses anos de trabalho. Sem sua orientação, apoio, confiança e amizade, não somente neste trabalho, mas em todo o caminho percorrido até aqui, nada disso seria possível.

Agradeço também às professoras. Dra. Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico e Dra. Mônica de Lourdes Neves Santana, membros da banca de Qualificação e Defesa de Mestrado, pelos conselhos, sugestões e interesse em contribuir para o desenvolvimento deste projeto.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos durante o período do Mestrado. Agradeço também a todo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, que de algum modo contribuíram positivamente com este projeto.

Agradeço a minha mãe Josicleide; ao meu irmão Breno Víttor e à tia Jodelice do Socorro, pela compreensão, ao serem privados, em muitos momentos, da minha companhia e atenção, e pelo profundo apoio, estimulando-me nos momentos mais difíceis. Obrigada por desejarem sempre o melhor para mim, pelo esforço que fizeram para que eu pudesse superar cada obstáculo em meu caminho e chegar aqui e, principalmente, pelo amor imenso que vocês têm por mim. A vocês, minha família, sou eternamente grata por tudo que sou, por tudo que consegui conquistar e pela felicidade que tenho.

Gratidão também aos meus amigos que depositaram todos os votos de confiança em mim quando no meio do processo de produção desta dissertação nem eu mesma acreditava mais que fosse possível.

Por fim, o agradecimento mais importante: agradeço a Deus e a Nossa Senhora, por estarem sempre comigo, guiando-me, iluminando cada passo meu e abençoando-me. Obrigada por me darem a fé e a força necessárias para lutar e enfrentar todos os obstáculos, sem nunca desistir. Dando-me talvez além do que posso merecer. Obrigada, meu Pai, por tudo de bom que tenho e que sou. Agradeço também aos santos e anjos, que sempre estão olhando por mim e intercedendo em meu favor. Sem essa força divina, nenhuma conquista seria possível.

Se o multiculturalismo dificultou a questão da identidade, isso, a meu ver, só tende a torná-la melhor, pois a incerteza sobre quem é canadense significa adotar uma postura muito menos assertiva em relação a quem é de fato canadense. Este é o momento de se reconhecer que a nação é constituída por tudo que contém, e não somente por aqueles situados em um centro ou origem imaginários; a nação é uma organização política do espaço, e não uma qualidade de caráter que só precisa ser adequadamente reconhecida. (Willinsky, 2002, p.224)

RESUMO

O Canadá adotou oficialmente uma política multiculturalista em 1971. O objetivo era melhorar a qualidade das relações interculturais. Dois elementos principais da política foram propostos como passos para alcançá-lo: apoio à manutenção e ao desenvolvimento de comunidades culturais e promoção do contato intercultural juntamente com a redução de barreiras para esta participação. A introdução dessa política coincidiu com uma mudança nas tendências de migração, em que a maioria dos novos imigrantes era de ascendência não europeia – um precedente que persiste desde então. Esta dissertação se concentra em uma análise do multiculturalismo canadense, como um fato e também como uma política pública estatal. Ao analisar a história da formação do Canadá, é possível notar que a província do Quebec emerge nesse cenário como caso privilegiado para a discussão do tema, por ser uma província que possui tanto heranças britânicas quanto francesas e ser reticente às políticas multiculturalistas implementadas no Canadá. No lugar disso, adota um viés interculturalista. Diante desse quadro, o objetivo principal desta dissertação é abordar a política de multiculturalismo adotada pelo Canadá desde 1971. Ademais, pretende-se ainda apresentar o modelo interculturalista defendido pelo Quebec e pontuar as principais diferenciações entre esses dois modelos. A pergunta orientadora da pesquisa é a que segue: De que modo o Quebec interculturalista se insere no Canadá multiculturalista? Para respondê-la, é utilizada uma metodologia de cunho exploratório com abordagem qualitativa, em que serão coletadas informações em suportes bibliográficos pertinentes e documentos oficiais do Canadá e do Quebec, além do disposto em seus respectivos *sites* de governo. No caso analisado, interpretou-se que se tratam de dois modelos de convivência aparentemente semelhantes, mas com diretrizes distintas, no qual o multiculturalismo é um modelo que se concentra na gestão da diversidade cultural, considerando-a uma característica estável e definidora da sociedade, frequentemente representada pela metáfora do mosaico. Por outro lado, a interculturalidade é mais adequadamente vista pelos quebequenses como um modelo que prioriza a integração em uma cultura social compartilhada, ainda que reconhecendo tradições culturais distintas.

Palavras chave: Canadá. Multiculturalismo. Interculturalidade. Quebec.

ABSTRACT

Canada officially adopted a multiculturalist policy in 1971. The goal was to improve the quality of intercultural relations. Two main elements of the policy were proposed as steps to achieve it: support for the maintenance and development of cultural communities and the promotion of intercultural contact along with the reduction of barriers to this participation. The introduction of this policy coincided with a shift in migration trends, where the majority of new immigrants had non-European ancestry - a precedent that has persisted since then. This dissertation focuses on an analysis of Canadian multiculturalism, both as a fact and as a state public policy. When examining the history of Canada's formation, it is possible to note that the province of Quebec emerges in this scenario as a privileged case for discussing the topic, as it is a province that has both British and French heritages and is hesitant about multicultural policies implemented in Canada. Instead, it adopts an interculturalist bias. In this context, the main objective of this dissertation is to address the multiculturalism policy adopted by Canada since 1971. Additionally, it aims to present the interculturalist model advocated by Quebec and highlight the main differences between these two models. The guiding research question is as follows: How does Quebec's intercultural approach fit into the multicultural framework of Canada? To answer it, an exploratory methodology with a qualitative approach is used, in which information will be collected from relevant bibliographical sources and official documents from Canada and Quebec, as well as from their respective government websites. In the analyzed case, it was interpreted that these are two apparently similar coexistence models but with different guidelines, in which multiculturalism is a model that focuses on managing cultural diversity, considering it a stable and defining feature of society, often represented by the metaphor of the mosaic. On the other hand, interculturality is more appropriately seen by Quebecers as a model that prioritizes integration into a shared social culture, even while recognizing distinct cultural traditions.

Keywords: Canada. Multiculturalism. Interculturalism. Quebec.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Tipos de Sociedade Multicultural	19
Figura 2 –	Tipos de Multiculturalismo	25
Figura 3 –	Tipos de Interculturalidade	31
Figura 4 –	Semelhanças e diferenças de tipos de Interculturalidade com relação ao Multiculturalismo	33
Figura 5 –	Mapa étnico dos imigrantes e não residentes permanentes por nacionalidade no Canadá em 2021	39
Figura 6 –	Mapa – Províncias do Canadá	48
Figura 7 –	Foco das políticas do multiculturalismo em 1970, 1980, 1990 e 2000	50
Figura 8 –	Dimensões do multiculturalismo	57
Figura 9 –	Mapa da localização de Quebec em Canadá	63
Figura 10 –	Semelhanças entre o Multiculturalismo e a Interculturalidade de Quebec	80
Figura 11 –	Principais diferenças entre os modelos multiculturalista canadense e de interculturalidade quebequense	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Composição demográfica do Canadá	14
Gráfico 2 – Distribuição da população por afiliação religiosa no Canadá em 2021.....	35
Gráfico 3 – Aumento demográfico das minorias no Canadá 1971 a 2011	41
Gráfico 4 – Aumento da população canadense 2012-2022	52
Gráfico 5 – Distribuição em porcentagem do número de imigrantes por região de nascimento	54
Gráfico 6 – Categorias de imigrantes selecionados por Quebec e de acordo com o nível de proficiência em língua francesa	75
Gráfico 7 – Proporção de imigrantes PEQ e CEC em relação à categoria econômica	76

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1	MULTICULTURALISMO E INTERCULTURALIDADE: DEBATE	
	TEÓRICO-CONCEITUAL	17
2	MULTICULTURALISMO NO CANADÁ (1971 – 2021)	34
2.1	A formação da sociedade canadense	36
2.2	A política multicultural e as políticas de migração canadense	41
3	INTERCULARIDADE EM QUEBEC	59
3.1	A formação da sociedade quebequense	59
3.2	A proposta intercultural e as políticas de migração quebequense	64
4	CANADÁ MULTICULTURAL E QUEBEC INTERCULTURAL:	
	SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	78
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	93
	APÊNDICE	107

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante o século XVII, ocorreu um conflito pela hegemonia do Canadá entre as nações da França e da Inglaterra. Contudo, somente em 1759, os ingleses conquistaram um controle substancial sobre as colônias canadenses, consolidando sua vitória na Batalha das Planícies de Abraão. No século XVIII, a maior parte da população francesa estava estabelecida na província de Quebec, enquanto os súditos ingleses se fixaram em Ontário. Esse conflito perdurou até o século XIX, culminando na adesão do Quebec à Confederação Canadense apenas em 1867 (IACOVINO, 2007).

A hostilidade entre esses dois povos perdurou até 1960, durante a “Revolução Silenciosa”, quando a comunidade francófona começou a ansiar pela independência do Quebec. Dois referendos foram organizados e a maioria decidiu votar contra a separação. Atualmente, esse desejo pela independência do Quebec está contido, apesar das diferenças culturais com o restante das províncias canadenses. Esta discussão será abordada mais adiante nesta dissertação, especialmente porque a província em questão tece duras críticas ao modelo multiculturalista imposto por Canadá (UBEROI, 2009).

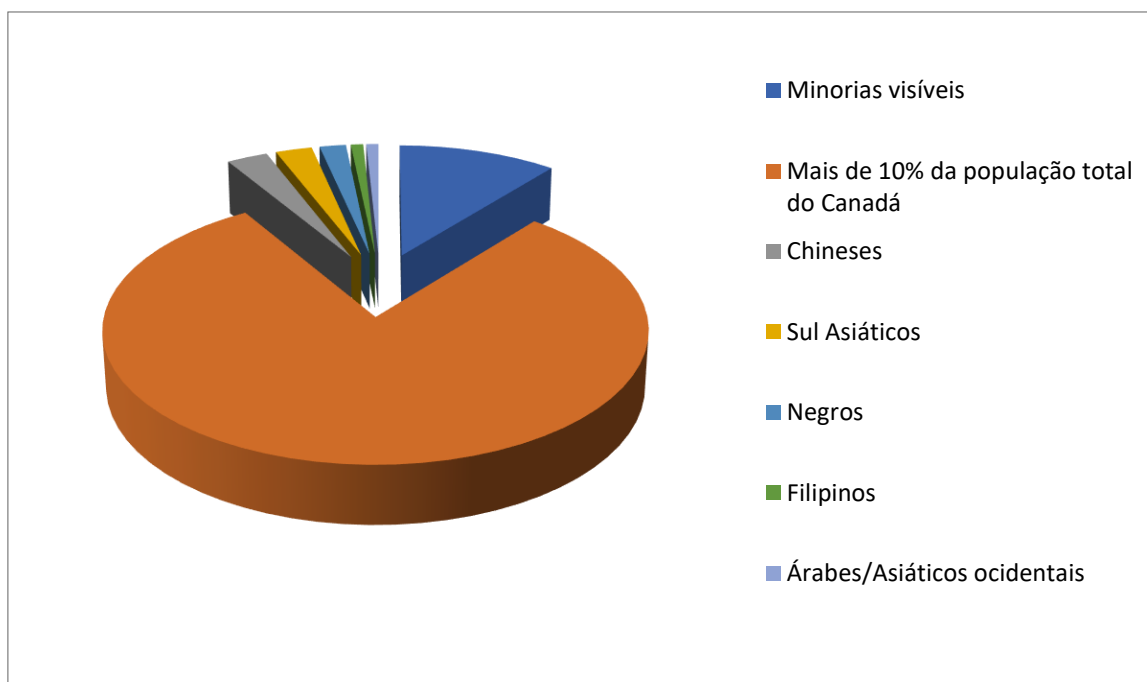
O multiculturalismo passou a ser política oficial do governo do Canadá em 1971, para apoiar grupos comunitários¹ a serem igualmente beneficiados pelos direitos de cidadania. Com isso, cada província estipulava políticas próprias para a valorização do multiculturalismo. Na época, a composição demográfica da população canadense continha apenas 3% de origem não europeia, sendo 1,4% proveniente dos Estados Unidos e 0,9% advindos da Ásia, de acordo com o órgão governamental *Statistics Canada* (JANSEN, 2005).

Trinta anos depois, em 2001, conforme Gráfico 1 abaixo, percebe-se um aumento significativo nos indivíduos que possuíam origem não europeia, de modo que a população total de minorias visíveis era de 3.983.845, mais de 10% da população total do Canadá que era de 29.639.035. Os chineses ocupam o primeiro lugar com uma população de 1.029.395, seguidos de Sul Asiáticos (917.075), negros (662,210), Filipinos (308.575), Árabes/Asiáticos ocidentais (303.965), Latino Americanos

¹Alemães, ucranianos italianos, latino-americanos, judeus e sul-asiáticos (JANSEN, 2005)

(216.975), Sudeste Asiáticos (198.880), Coreanos (100.660) e japoneses (73.315). Outras correspondem a minorias diversas (172.795). (STATISTICS CANADA, 2001).

Gráfico 1– Composição demográfica do Canadá em 2001.



Fonte: Elaboração da autora com base no Statistics Canada de 2001

De acordo com o último censo, publicado em 26 de outubro de 2022, há 36.328.475 habitantes e, deste total, 9.639.200 são os indivíduos considerados “minorias visíveis”, ou seja, todo aquele que for não branco, como chineses, filipinos, latinos e árabes (STATISTICS CANADA, 2022)

Embora a versão de 1971 do multiculturalismo pudesse incluir a população aborígene², esse grupo minoritário foi amplamente excluído da elaboração dessa política. Essa versão do multiculturalismo da época poderia ser entendida como biculturalismo. Este termo neológico se tornou público com a nomeação da Comissão Real sobre Bilinguismo e Biculturalismo, em 1963.

A comissão concluiu que o termo se referia à existência, no Canadá, de duas culturas principais - aquela associada ao idioma inglês e aquela associada ao francês. Sua função era examinar o estado de cada uma das duas culturas e a

²Índios norte-americanos, Métis e Inuit

oportunidade de cada uma existir e florescer; e também o conjunto de condições que permitiriam aos membros das duas culturas cooperar efetivamente. (DUNTON, 2013).

Diante desse contexto, o principal objetivo desta dissertação consiste em analisar a política de multiculturalismo implementada pelo Canadá a partir de 1971. Adicionalmente, almeja-se explorar o modelo interculturalista adotado pelo Quebec, destacando as principais divergências entre essas abordagens.

A questão de pesquisa orientadora deste estudo é a seguinte: Como o Quebec, com sua abordagem interculturalista, se encaixa no cenário de multiculturalismo do Canadá? Para responder a esta questão, adotamos uma abordagem metodológica de cunho exploratório com uma ênfase qualitativa, na qual coletaremos informações de fontes como livros, artigos e documentos oficiais do Canadá e Quebec, bem como de seus respectivos sites governamentais.

As análises realizadas ao longo deste trabalho serão fundamentadas em uma perspectiva crítica influenciada pela teoria pós-colonialista, a qual vem ganhando destaque no campo das Relações Internacionais em contraponto às teorias tradicionais.

Para tanto, é realizada uma revisão bibliográfica, utilizando-se de Stuart Hall (2010), Augie Fleras e Jean Elliott (2002), no que se refere aos vários conceitos de multiculturalismo e suas particularidades; Jonh Berry (2013), que apresenta um breve histórico do surgimento do multiculturalismo enquanto política estatal no Canadá; e Bob White (2014), responsável por pontuar as principais distinções entre o multiculturalismo canadense e a interculturalidade quebequense.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, além das Considerações Iniciais e das Considerações Finais. O primeiro capítulo, intitulado "Multiculturalismo e interculturalidade: um debate teórico-conceitual", delinea as principais características de cada abordagem, começando por explorar a extensa literatura relacionada ao multiculturalismo, com um enfoque especial na perspectiva canadense.

Em seguida, examina os componentes que constituem o conceito de interculturalidade, uma perspectiva abraçada pelo Quebec, baseada em princípios pós-coloniais que enfatizam a reavaliação das hierarquias culturais legadas pelo colonialismo. Essa perspectiva valoriza as manifestações culturais locais e desafia as estruturas de poder preexistentes, destacando a importância do diálogo e do respeito

mútuo como meios para estabelecer relações interculturais mais equitativas e inclusivas.

O segundo capítulo, intitulado "Multiculturalismo Canadense: (1971-2021)", traça uma narrativa histórica que abrange o desenvolvimento da sociedade canadense desde o surgimento da política pública de multiculturalismo em 1971 até o ano de 2021. Neste contexto, o capítulo explora a evolução do multiculturalismo e seu estabelecimento como um pilar na estrutura social do Canadá.

Além disso, investiga a formação da sociedade quebequense e como a perspectiva intercultural surgiu neste contexto, conquistando apoio e influência por meio das políticas de resistência pós-coloniais. Tais políticas partem da premissa de que as culturas não existem de forma isolada, mas interagem dinamicamente, influenciando-se mutuamente e resultando em hibridismos culturais.

Finalmente, o terceiro capítulo, intitulado "Canadá Multicultural e Quebec Intercultural: Semelhanças e Diferenças", aborda as principais distinções entre os dois modelos e tem como objetivo destacar as implicações políticas disso para o conjunto do Canadá.

1 MULTICULTURALISMO e INTERCULTURALIDADE: DEBATE TEÓRICO-CONCEITUAL

O termo "multicultural" descreve uma condição na qual diversas culturas coexistem em um espaço ou sociedade específicos. Essa abordagem enfatiza a coexistência de culturas diversas, com um reconhecimento e valorização da diversidade cultural. Em uma sociedade multicultural, cada cultura pode preservar suas próprias tradições, costumes e identidade cultural. Entretanto, as interações entre as culturas podem ser limitadas, com pouca ou nenhuma troca significativa entre elas (SANTOS, 2003).

Por outro lado, o termo "intercultural" enfatiza a interação e o diálogo entre diferentes culturas, destacando as trocas, o entendimento mútuo e o processo de aprendizagem que ocorrem quando pessoas de origens culturais diversas se encontram. Essa perspectiva intercultural reconhece que as culturas não existem de maneira isolada, mas, ao contrário, estão em constante interação e influência mútua. A abordagem intercultural tem como objetivo promover a compreensão, a empatia e a colaboração entre indivíduos de diversas origens culturais (CANDAU, 2012).

Portanto, é de relevância destacar ao longo deste capítulo o extenso debate teórico-conceitual que abrange esses dois termos, que frequentemente são erroneamente considerados sinônimos, apesar de suas distinções significativas.

Para abordar o multiculturalismo e apontar suas discussões conceituais, é necessário realizar algumas diferenciações terminológicas, que geram confusão no entendimento de seus significados. Stuart Hall (2010) argumenta que existe uma diferença entre os termos "multicultural" e "multiculturalismo". Em sua visão, o primeiro corresponde às diferentes comunidades culturais de uma sociedade, aos elementos sociais, às suas características e ao modo de estabelecer uma vida coletiva com a preservação das identidades originais.

Já o termo multiculturalismo, pode ser interpretado como uma política, ideologia, descrição ou projeto a depender de seus fins. No caso específico deste trabalho que toma como partida o cenário canadense, o multiculturalismo consiste no desenvolvimento de estratégias políticas para governar os problemas advindos da diversidade de sociedades multiculturais.

Assim, os termos “multicultural”, “multiculturalidade”, “pluralidade”, “pluralismo” indicam a existência de várias culturas e etnias coexistindo em um mesmo espaço, enquanto o multiculturalismo se fundamenta na influência de princípios e premissas ideológicas associadas a projetos políticos.

Em alguns casos, o pluralismo é tido como uma categoria geral da sociedade democrática (pluralismo social, político etc.) e o multiculturalismo como um componente necessário e, portanto, complementar (SAAVEDRA, 2019). Quando há a interação destas várias culturas, ocorre a interculturalidade – posicionamento político defendido pelo governo quebequense frente às políticas multiculturalistas difundidas no Canadá (LANG, 2006).

Para Santos e Nunes (2003), o multiculturalismo aponta simultânea ou alternativamente para uma descrição e para um projeto. Como descrição, por se tratar de uma multiplicidade de culturas no mundo, a coexistência de culturas diversas que se interinfluenciam tanto internamente quanto ultrapassando as fronteiras do Estado-nação. Como projeto, por ser um projeto político de celebração ou reconhecimento dessas diferenças. Nesse sentido, é necessário que haja uma clara distinção conceitual entre sociedade multicultural e multiculturalismo.

Sociedade multicultural é uma realidade vivida e corresponde a um referente conceitual descritivo ao passo que multiculturalismo é um modelo ou um conjunto de modelos de caráter normativo, que visa interpretar aquilo que se entende por sociedade multicultural e, ao mesmo tempo, dizer o que se deve fazer, de um ponto de vista político, em relação a ela (ROSAS, 2007)

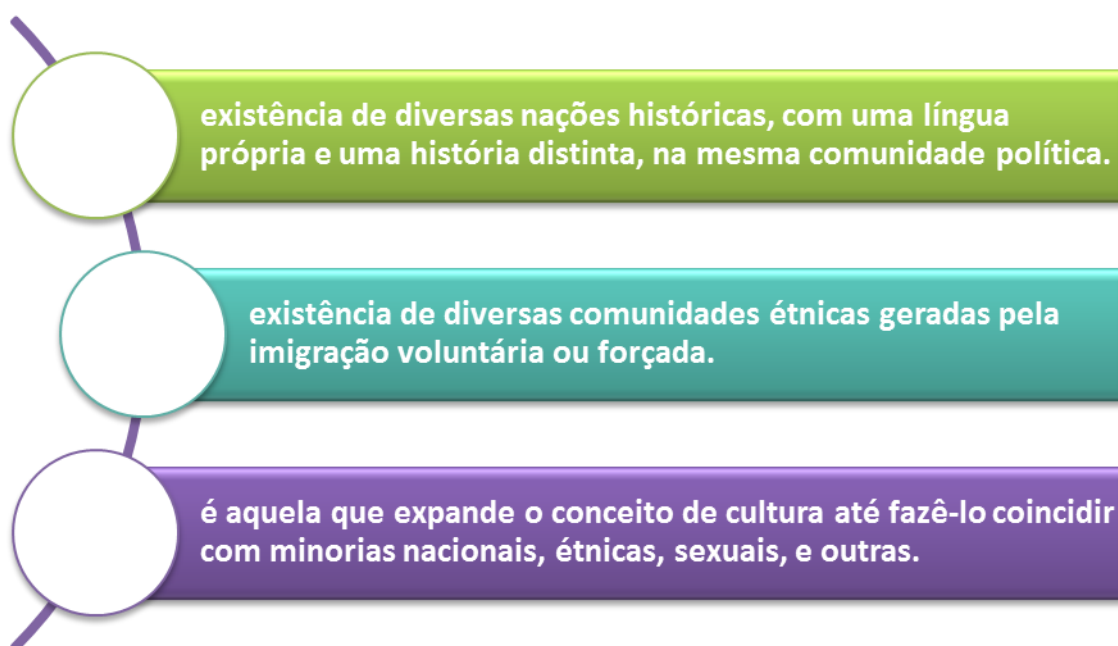
Conforme Rosas (2007), é possível distinguir no mínimo três tipos de sociedades multiculturais (Figura 1). O primeiro seria composto pelas diversas nações históricas, com uma língua própria e uma história distinta, na mesma comunidade política. Já o segundo, faz alusão às diversas comunidades étnicas geradas pela imigração voluntária ou forçada³.

E, por fim, o terceiro corresponde àquela sociedade que expande o conceito de cultura, até fazê-lo coincidir com minorias nacionais, imigrantes, sexuais e outras (ROSAS, 2007).

³ Uma comunidade étnica seria marcada pela diferença em termos de língua e/ou religião e/ou usos e costumes

Aqui, entende-se cultura “como um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto as ações humanas quanto a concepção que o ser humano possui de si mesmo” (HALL, 2006, p. 50).

Figura 1:Tipos de sociedade multicultural



Fonte: Elaboração da autora, com base em Rosas (2007)

Se autores como Rosas (2007) estabelecem diferenciações quanto aos tipos de sociedades multiculturais, outros, como Christine Inglis (1996), direcionam suas análises sobre o multiculturalismo em termos dos níveis que alcança. Para a autora, existiriam três níveis distintos, mas interligados, para distinguir os aspectos relacionados ao termo: demográfico-descritivo, político-programático e ideológico-normativo.

O nível demográfico-descritivo se refere à existência de diferenças étnicas e raciais na sociedade, representando a percepção do Estado de que “essas diferenças têm alguma significância social percebida principalmente por causa das diferenças culturais, embora sejam frequentemente associadas a formas de diferenciação estrutural” (INGLIS, 1996, p. 15.).

O nível político-programático indica as iniciativas políticas e programas específicos que buscam atender e gerenciar a diversidade étnica. Já o multiculturalismo no nível ideológico-normativo enfatiza que o reconhecimento da

existência de diversidade étnica e a garantia do direito dos indivíduos de manter sua cultura devem atuar em conjunto.

Uma política de benefícios individuais e sociais mais amplos assegura o acesso e a participação igualitária dos indivíduos na sociedade, diminuindo a desigualdade e os conflitos sociais. Contudo, o nível ideológico-normativo é o que mais suscita debates, defensores e críticas.

Nesse contexto, o multiculturalismo constitui-se como “um slogan e um modelo para ação política, baseada na teorização sociológica e em considerações ético-filosóficas sobre o lugar daqueles com identidades culturais distintas na sociedade contemporânea” (INGLIS, 1996, p.17).

Paralela e inerentemente ao multiculturalismo, a diversidade cultural é denominada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como a coexistência de uma diferença no comportamento, tradições e costumes, uma diversidade de culturas, elevando a diversidade cultural à condição de patrimônio da humanidade.

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural adotada pela UNESCO em 2003 esclarece que cada indivíduo e nação devem reconhecer não apenas suas próprias culturas em todas as suas formas, mas também a pluralidade existente dentro das sociedades culturalmente diversas (UNESCO, 2001).

No que concerne à composição social e etnocultural do Canadá, por um longo período todo cidadão canadense era considerado um indivíduo britânico, pois se entendia que as diferenças étnicas e raciais existentes estavam em linha de colisão com os interesses nacionais em relação à unidade do país, o que fortalecia a ideia de se consolidar uma política de assimilação da cultura britânica.

Somente a chegada massiva de imigrantes após a Segunda Guerra permitiu às autoridades repensar o assunto, incitando de maneira contundente as autoridades da época a repensar o papel e o status dos demais grupos étnicos na dinâmica de mutação da sociedade canadense (LEMAN, 1999)

Nesse sentido, o debate conceitual vem-se configurando também como um debate político, com modelos de multiculturalismo em disputa. Este é o caso da formulação de dois deles, nas décadas de 1970 e 1980, pelo governo canadense, que pretendiam servir como indicação para o melhor caminho a seguir pelas políticas

públicas nacionais que visam à integração⁴ de minorias imigrantes⁵. São eles, o primeiro grande modelo multiculturalista (comunitarista) e o segundo antimulticulturalista (liberal) (KYMLICKA, 2007).

O modelo multiculturalista defende uma série de políticas da diferença a fim de salvaguardar a especificidade das minorias culturais. Essas políticas englobam o tratamento preferencial no acesso à educação e ao emprego, as necessárias adaptações ao nível das línguas usadas no ensino oficial e dos próprios conteúdos curriculares.

Além disso, é perceptível o respaldo estatal às instituições que representam as minorias culturais, o que pode incluir a concessão de direitos especiais sob a forma de direitos positivos, privilégios de representação política ou isenções legais. Isso pode abranger, por exemplo, a garantia do desfrute de feriados específicos, a permissão para o uso de trajes tradicionais que correspondam a cada cultura em particular, entre outros aspectos (ROSAS, 2007).

Por sua vez, o modelo antimulticulturalista, de acordo com Rosas (2007), refere-se a uma política da igual dignidade sem compromissos com as políticas da diferença, ou seja, que se preocupam com a pluralidade étnica e cultural. Desta forma, é mais comum que ocorram processos de assimilação da cultura dominante sobre os grupos minoritários.

Assim sendo, assimilação é o processo pelo qual pessoas ou grupos de pessoas adquirem características culturais de outros grupos sociais. O termo é algumas vezes utilizado em relação a imigrantes de vários grupos étnicos que se estabeleceram em uma região. Novos costumes e atitudes são adquiridos através do contato e comunicação, no qual cada grupo de imigrantes contribui com um pouco de seu próprio traço cultural na nova sociedade. De modo que tal processo resultaria na dissolução dos grupos étnicos e na absorção de seus membros na sociedade de acolhimento dos imigrantes (POUTIGNAT; STREIFF, 1998)

Para os multiculturalistas liberais, as diferenças culturais não têm valor próprio em si mesmo. As tradições são apenas valorizadas por que trazem referências

⁴ A integração baseia-se na criação de condições que propiciem encontros regulares, positivos e construtivos, entre culturas, e em que as diferenças de gênero, orientação sexual, idade, estatuto socioeconômico, etc., sejam ultrapassadas (WHITE, 2017)

⁵ Por mais que leis venham sendo promulgadas enfatizando a valorização de uma herança plural e multiétnica, assim como campanhas em escala nacional advoguem em favor de uma aceitação da diferença, efetivamente as populações ditas minoritárias, de origem outra que não inglesa e francesa, ainda são consideradas cidadãos de segunda classe (LI, 1999).

relevantes para as escolhas individuais. Enquanto que os comunitaristas argumentam que os valores e os fins reconhecidos e perseguidos por indivíduos somente podem ser compreendidos adequadamente quando são tratados como produto do contexto cultural no qual estão inseridos.

Já no que se referem à participação política e cultural, autores liberais, como Charles Taylor (1991), Will Kymlicka (2007) e John Rawls (2008), afirmam que a participação política como um todo, na vida social em geral, é questão de cidadania. E a participação cultural em uma determinada comunidade é questão de escolha e de afinidade de cada um dos que a integra. Essa lógica é tida como liberal, pois apesar de abraçar a necessidade de direitos desses grupos específicos, também estabelece a necessidade de proteger os indivíduos da arbitrariedade que pode advir desses próprios grupos.

Taylor (1991) critica o modelo do multiculturalismo liberal individualista, assinalando que o liberalismo não é um campo neutro de encontro para todas as culturas, mas a expressão política de um só tipo de cultura e é incompatível com as demais. Assim como todos devem ter iguais direitos civis, sem importar sua raça ou cultura, do mesmo modo todos deveriam gozar da presunção de que sua cultura tradicional é valiosa. Já a vertente comunitarista defende que a avaliação das culturas deve ocorrer sempre sob os próprios padrões de cada uma delas.

Em suma, o multiculturalismo liberal está primariamente preocupado com a relação indivíduo/Estado no contexto geral da diversidade. Enquanto o multiculturalismo denota a existência de várias culturas num mesmo espaço a interculturalidade se propõe em ir além da mera aceitação de um fato multicultural promovendo a integração cultural. Assim, o conceito de interculturalidade se relaciona à ideia de múltiplas culturas efetivamente existentes em uma sociedade, que dialogam e interagem entre si (LANG, 2006).

No contexto canadense, o multiculturalismo liberal possui enfoque nas respostas do Estado e das instituições sociais às demandas complexas e inter-relacionadas de uma população crescentemente diversificada. Assim, o pluralismo nos assuntos políticos e sociais se configura em um elemento necessário de uma sociedade liberal.

Considerando os indivíduos como atores autônomos, o principal argumento dessa corrente é que as complexidades da população crescentemente diversificada do Canadá despontarão nos tribunais de justiça e nas legislações provinciais e

federais, resultando em regras e direitos políticos e sociais tanto para os grupos minoritários quanto para os majoritários (KYMLICKA, 2007).

Logo, caracteriza-se como sendo igualdade natural entre membros de grupos diferentes (dominante e subordinado) em uma determinada sociedade. Dessa forma, os liberais multiculturalistas alegam que a ausência da igualdade entre estes grupos ocorre somente devido à falta de oportunidades sociais, econômicas e educacionais. Esta linha de argumentação presume que o sistema pode ser reformado e, uma vez que isso ocorra, estas desigualdades irão desaparecer (KYMLICKA, 2007).

O multiculturalismo liberal de esquerda surge, neste contexto, como uma variante do multiculturalismo liberal. A principal diferença entre elas é que os liberais de esquerda apontam que a vertente anterior ofusca as diferenças entre etnias, raças, gêneros e outros grupos culturais na sociedade.

Assim, eles evidenciam a diferença em primeiro plano, sem contextualizá-la em situações históricas e culturais nas quais ela é constituída. Trata-se de uma essência ou um marcador essencializador, em que o sujeito dessa essência é interpretado como alguém que tem um privilégio epistêmico que apenas ele pode ter.

A experiência vivida do sujeito se torna o único critério para a voz que pode contar as histórias dos sujeitos, ou seja, cada um é o responsável por contar sua própria história que será componente referencial para a sua respectiva identidade (MCLAREN, 1997).

Ainda que a localização, a posição e a experiência do sujeito, em termos de raça, gênero, classe, sexualidade, história etc. sejam notadamente relevantes na compreensão geral da questão, de acordo com o multiculturalismo liberal de esquerda esses fatores devem estar abertos a interrogações para revelar as influências ideológicas e/ou discursivas que os afetam (MCLAREN, 1997).

Peter McLaren (1997) salienta que o multiculturalismo liberal de esquerda não é capaz de garantir que todas as vozes sejam ouvidas de forma igualitária, ou seja, não impedem o processo de marginalização daqueles que se apropriam da voz de alguém em nome do privilégio epistêmico e a apresentam como a voz do grupo inteiro. Os membros marginalizados de certos grupos, como as mulheres, não são frequentemente representados.

Já o multiculturalismo conservador parte do pressuposto de que as sociedades multiculturais devem almejar um pluralismo que promova uma cultura comum rica. Essa perspectiva forneceu a referência principal para o modelo estadunidense de

melting pot (semelhante a “caldeirão de culturas”), no qual se espera que os grupos culturais se desvinculem de suas identidades distintas, como cultura, linguagem e valores, para se fundirem à cultura hegemônica (SAAVEDRA, 2019). Tavares e Gomes (2018, p.52) também chamam a atenção para isso:

O multiculturalismo conservador segue Hume (GOLDBERG, 1994), que enfatiza a assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria. O multiculturalismo liberal procura integrar diferentes grupos culturais tão rapidamente quanto possível dentro do estabelecido por uma cidadania individual universal, que só tolera certas práticas culturais peculiares no domínio privado. O multiculturalismo pluralista aprova formalmente as diferenças entre os grupos ao longo das linhas culturais e concede direitos diferentes para diferentes grupos e comunidades dentro de uma comunidade política ou comunitária. O multiculturalismo comercial assume que, se o mercado reconhece a diversidade de indivíduos de diferentes comunidades, então os problemas da diferença cultural serão resolvidos através do consumo privado, sem qualquer necessidade de uma redistribuição de poder e recursos. O multiculturalismo empresarial (público ou privado) busca “administrar” diferenças culturais das minorias em juros ou centro de lucro. O multiculturalismo crítico ou “revolucionário” destaca o poder, o privilégio, a hierarquia de opressão e os movimentos de resistência (McLAREN, 1997). Procura ser insurgente, polifônico, heteroglóssico e anti-fundacional’ (GOLDBERG, 1994).

Logo, na medida em que representa uma postura eurocêntrica, pautada em noções assimétricas do colonialismo⁶, na qual se espera que o povo colonizado assimile os componentes culturais da nação colonizadora em uma espécie de subjugação da cultura tida como inferior, o multiculturalismo conservador é constantemente criticado no âmbito acadêmico. Para os adeptos dessa vertente, o principal propósito da imigração, e, portanto, do multiculturalismo, é a promoção do crescimento econômico (TAVARES E GOMES, 2018).

Por sua vez, o multiculturalismo comercial pressupõe que se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida então os problemas de diferença cultural serão resolvidos (e dissolvidos) no conjunto privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos. Já o multiculturalismo corporativo (público ou privado) busca administrar as diferenças culturais da minoria, visando aos interesses do centro (HALL, 2003).

⁶O colonialismo cultural é uma ferramenta de dominação, o controle por parte de uma nação tida como colonizadora sobre o comportamento de indivíduos e grupos colonizados. Por exemplo segundo André D'Allemagne (1966), em Quebec, de cultura francófona dentro do Canadá, de maioria anglófona, no idioma francês é observada uma pobreza de vocabulário, a pessoa francófona evolui em um ambiente onde as coisas geralmente são de origem estrangeira, o seu vocabulário está cheio de empréstimos ingleses; há uma contaminação sintática e semântica, é falada uma mistura dos dois idiomas; há uma contaminação fonética, é pronunciado o francês com sotaque inglês.

Por fim, há ainda o multiculturalismo crítico que, no geral, se recusa a enxergar a cultura como não-conflitiva, argumentando que a diversidade deve ser afirmada dentro de uma política de crítica e compromisso com a justiça social.

De acordo Ana Canen (2007, p. 95), “o multiculturalismo crítico focaliza não só a diversidade cultural e identitária, mas também os processos discursivos pelos quais as identidades são formadas”, ou seja, essa visão de multiculturalismo está interessada em analisar os discursos que conformam as identidades e as diferenças e não somente na constatação da pluralidade de identidades e das relações de poder existentes nelas.

Peter McLaren (2000) afirma ainda que o multiculturalismo crítico possui uma postura cética em relação à tentativa de o multiculturalismo liberal criar diálogos sociais sem verdadeiramente estabelecer condições com as quais as partes possam participar do diálogo de maneira igualitária. Logo, sustenta que a crença liberal depositada nas instituições do Estado liberal democrático é equivocada.

Ao observar as relações étnicas e raciais em países como Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, é possível notar que as instituições existentes não têm sido capazes de lidar com os assuntos relacionados à diversidade de maneira justa e igualitária, em decorrência das relações de poder desiguais nessas sociedades (GIROUX, 2000; MCLAREN, 2000). A seguir estão dispostos os tipos de multiculturalismo aqui apresentados para melhor entendimento.

Figura 2: Tipos de Multiculturalismo

Tipo		Autor
Comunarista	Defende uma série de políticas da diferença a fim de salvaguardar a especificidade das minorias culturais. Essas políticas englobam o tratamento preferencial do acesso à educação e ao emprego, as necessárias adaptações ao nível das línguas usadas no ensino oficial e dos próprios conteúdos curriculares.	João Rosas, 2007
Antimulticulturalista	Refere-se a uma política da igual dignidade sem compromissos com as políticas da diferença, ou seja, que se preocupam com pluralidade étnica e cultural. Desta forma, é	João Rosas, 2007

	mais comum que ocorram processos de assimilação da cultura dominante sobre os grupos minoritários.	
Liberal	Para os multiculturalistas liberais, as diferenças culturais não têm valor próprio em si mesmas. As tradições são apenas valorizadas por que trazem referências relevantes para as escolhas individuais. E está primeiramente preocupado com a relação indivíduo/Estado no contexto geral da diversidade.	Will Kymlicka, 2007
Liberal de Esquerda	É uma variante do multiculturalismo liberal. A principal diferença entre eles é que os liberais de esquerda apontam que a vertente anterior ofusca as diferenças entre etnias, raças, gêneros e outros grupos culturais na sociedade. Assim, evidenciam a diferença em primeiro plano, sem contextualizá-la em situações históricas e culturais nas quais ela é constituída. Trata-se de uma essência ou de um marcador essencializador.	Peter McLaren, 1997
Conservador	Parte do pressuposto de que as sociedades multiculturais devem almejar um pluralismo que promova uma cultura comum rica. Essa perspectiva, forneceu a referência principal para o modelo americano de melting pot (semelhante a caldeirão de culturas), no qual se espera que os grupos culturais se desvinculem de suas identidades distintas, cultura, linguagem e valores para se fundirem à cultura hegemônica.	Rodrigo Saavedra, 2019
Comercial	Pressupõe que se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida então os problemas de diferença cultural serão resolvidos e (dissolvidos) no conjunto privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos. Já o multiculturalismo corporativo (público e privado) busca administrar as diferenças culturais da minoria, visando aos interesses do centro.	Stuart Hall, 2003
Critico	Esta vertente se recusa a enxergar a cultura como não-conflitiva, argumentando que a diversidade deve ser afirmada dentro de uma política de crítica e compromisso com a justiça social. E está interessada em analisar os discursos que conformas as identidades e as diferenças e não só a	Ana Canen, 2007

constatação da pluralidade de identidade e das relações de poder existentes nelas.

Fonte: Elaboração da autora, com dados fornecidos dos autores descritos no quadro acima.

No que concerne aos tipos de multiculturalismo que mais se adequam à realidade canadense, aqui a interpretação é a de que se evidenciam o comunitarista pautado nas diversas iniciativas de políticas de diferença, com as melhorias no acesso à saúde, educação e emprego por parte das minorias visíveis, num primeiro momento em 1971 e, com os passar dos anos, se tornando um multiculturalismo crítico que, na teoria, promove discursos comprometidos com a justiça social.

Por sua vez, a interculturalidade surge neste contexto como uma vertente que abrange para além do multiculturalismo priorizando a interação entre culturas, que ganha força nos estudos pós colonialistas marcado por hibridismos culturais.

Segundo Bhabha, o conceito de hibridismo refere-se à natureza não pura e adaptável das identidades, sejam elas individuais ou coletivas. Ele sugere que todas as identidades surgem da interação com outras identidades, o que implica que as identidades culturais emergem da interação entre diferentes culturas. Essa interação desafia as bases pré-existentes e traz transformações contínuas para ambas as identidades envolvidas, e não apenas para uma delas. (BHABHA, 2007)

Esse princípio não se limita somente às identidades culturais que se desenvolveram após ou durante processos de colonização. Na realidade, todas as culturas exibem características híbridas, resultantes da combinação de mitos e significados, da interação entre indivíduos e grupos, e da evolução constante de tradições e símbolos.

Tais interações corroboram diretamente o desenvolvimento de aprendizagens e relações baseadas na comunicação, no respeito e na igualdade, de modo que as distintas práticas culturais possam contribuir para a criação de uma sociedade solidária e variada. (TAVARES E GOMES, 2018)

Neste sentido, pese à escassez de estudos no campo das Relações Internacionais sobre: justiça para as minorias, e interação entre povos e culturas; essas duas temáticas ganham força nos estudos pós-colonialistas devido às suas contribuições nas análises culturais, sociais, políticas. Vale salientar que essa escola de pensamento é em sua composição híbrida desde suas origens, denunciando as

desigualdades, possibilitando assim que as vozes e os discursos das minorias sejam narrados e ouvidos (ANDRADE, 1999).

Um adicional que é posto aqui é a relevância desta abordagem explorando potencialidades e propondo uma crítica, um saber, opondo-se à assimetria da distribuição global de poder e as injustiças causadas. Um ponto caro é a crítica ao poder e seu discurso linguístico de superioridade entre raças, classes e povos a partir do recurso da violência epistêmica que concebeu o sujeito colonizado enquanto Outro do colonizador (BHABHA, 1998).

Desta forma, o pós-colonial deve ser trabalhado efetivamente nos discursos que naturalizam as desigualdades linguísticas e culturais. Isso nos faz lembrar de Gayatri Spivak em sua questão se “Can the subaltern speak?” (SPIVAK, 1988), em que ela relaciona a marginalização aos discursos dos grupos subalternos assim como acontece em Quebec que constrói assim mesmo um discurso prevalecendo o uso da língua francesa.

Em nosso estudo é possível dialogar com Bhabha (1998) pois suas discussões problematizam os discursos que moldam ou fixam os sujeitos e contextos. O autor enfatiza o hibridismo como ferramenta de resistência por parte do colonizado uma vez que há uma percepção de que os sujeitos subalternos são híbridos, movediços pois transitam e experienciam ambos os discursos.

O processo intercultural acaba produzindo outros sujeitos, saberes e conhecimentos. Para Bhabha (1998, p. 106) a ambivalência se constitui enquanto “estratégias discursivas e psíquicas mais significativas do poder discriminatório”. Significa dizer que o hibridismo pode ser uma estratégia ativa para desafiar e subverter o poder do colonizador. Ainda a esse respeito o autor diz que as culturas nacionais estão sendo produzidas a partir da perspectiva das minorias destituídas (BHABHA, 1998, p. 26).

Nessa ordem, a interculturalidade se mostra importante como uma estratégia quando se deve caminhar sobre fronteiras. Assim, são nesses espaços intersticiais que as experiências coletivas são negociadas e permitem a produção de contextos interculturais como possibilidade de hibridização entre saberes, conhecimentos que vão tomando força até se tornarem resistências ou criando um terceiro lugar, misturando as duas culturas de forma que não consiga perceber onde começa uma ou outra (MOTTA, 2020).

A proposta intercultural emerge, especialmente, em virtude da lacuna deixada pelo multiculturalismo. Na Europa, a interculturalidade está relacionada com os imigrantes do terceiro mundo. Na América Latina, a interculturalidade é referente aos distintos povos e comunidades que são partes constitutivas de cada nação. (WHITE, 2014).

Por remeter a uma coexistência das culturas em um plano de igualdade, o termo interculturalidade é usado muitas vezes como sinônimo de multiculturalismo. Todavia, conforme versa Soriano (2004), é mais prudente empregar o termo multiculturalismo para a constatação empírica da coexistência das culturas, ao passo que a interculturalidade tem uma pretensão normativa ou prescritiva e se refere a uma condição de um tratamento igualitário dispensável às culturas. A interculturalidade age em consonância com os conceitos garantistas dos direitos das culturas e a autodeterminação dos povos, criticando o imperialismo jurídico e propondo uma alternativa entre o liberalismo e o comunitarismo.

A perspectiva intercultural não pode ser reduzida à compreensão mútua nem à harmonia entre os povos, nem ao diálogo. A perspectiva intercultural começa com situações de tensão ou mal-entendidos, que são o resultado de diferentes representações ou percepções do mundo. Esta perspectiva tenta explicar como a dificuldade enxergar o mundo por uma só ótica pode reproduzir os preconceitos que estão na raiz da discriminação e da exclusão, especialmente entre grupos majoritários e minoritários (WHITE, 2014)

Aliado a isso, os teóricos defensores da interculturalidade também acreditam que as instituições públicas são predominantemente imbuídas pela cultura do grupo majoritário. Esta realidade - que não é específica das sociedades com altos níveis de imigração - explica por que as instituições públicas têm tanta dificuldade de adaptação às necessidades de populações diversificadas, multiculturais (BARTH, 1989).

As instituições públicas, nesse contexto, são moldadas com base nos valores e normas do grupo majoritário. De modo que, a perspectiva intercultural é muitas vezes marginalizada, uma vez que demanda uma abordagem de inclusão que difere dos padrões do grupo majoritário (GRATTON, 2009).

Para os estudiosos que versam sobre interculturalidade, o multiculturalismo seria uma coisa do passado que não responde à nova realidade da diversidade (GONZÁLEZ, 2018). Para os multiculturalistas, a interculturalidade não seria nada

mais do que uma variação do próprio multiculturalismo que alimenta o populismo e a noção de um projeto de construção da nação (GAGNON e IACOVINO, 2016).

Em suas formulações mais moderadas, a interculturalidade seria uma continuação ou interação do multiculturalismo - uma proposta que parece problemática, visto que a interculturalidade precede o multiculturalismo (EMONGO e WHITE, 2014) e que o surgimento dos dois modelos está intimamente associado.

De acordo com as análises de Taylor (2012) e Modood (2015), pode-se ver ambos os modelos como a manifestação de duas consciências históricas, em que cada um interage e se adapta ao outro, sem necessariamente compartilhar o mesmo campo de jogo ou visão de mundo:

Entretanto, seria errado pensar na interculturalidade, seja teoricamente ou em termos políticos, como um substituto ou sucessor do multiculturalismo; ele se enquadra dentro, mesmo que disputando partes do mesmo quadro teórico e político. A este respeito, os pluralismos interculturais, tanto a versão Quebec como a europeia, não são realmente concepções políticas independentes e são mais bem entendidos como amigos críticos, não alternativos ao multiculturalismo, ou, ainda mais fortes, como versões parciais do multiculturalismo (MODOOD, 2015, p. 18).

Os defensores do multiculturalismo, (KYMLICKA, 2007; TAYLOR, 1991), tendem a dizer que não há diferenças substanciais entre os dois e que a interculturalidade seria uma variante do multiculturalismo. Os defensores da interculturalidade (Modood, 2015; White, 2014), tendem a enfatizar as diferenças entre os dois modelos a fim de se dissociarem da posição hegemônica do multiculturalismo. Assim como ocorre no multiculturalismo, também existem tipos de interculturalidade, como demonstrado na figura 3 abaixo:

Figura 3: Tipos de interculturalidade

Fonte: Elaboração da autora, com dados de Walsh (2012).

A visão relacional diz respeito à interação entre pessoas de diferentes culturas, ou seja, existe uma troca de experiências, conhecimentos, valores, práticas e tradições culturais que surgem em contextos de igualdade e desigualdade. Interações que ocorrem exclusivamente pelo fato do contato entre diferentes povos no mesmo território. Logo, essa concepção de interculturalidade mitiga conflitos e contextos de poder e dominação estruturais que perpassam essas relações (WALSH, 2012).

Já a funcional, de caráter liberal, almeja propiciar a inclusão da diversidade na estrutura social vigente (neoliberal), por meio do diálogo, da coexistência e da tolerância, sem levar consideração assimetrias e desigualdades sociais, políticas e culturais, de modo que o multiculturalismo, nesta perspectiva, é tido como uma estratégia do capitalismo global para preservar sua lógica de produção. Ou seja, há o reconhecimento da diferença, mas não com o intuito de criar sociedades igualitárias, e sim com a pretensão de inserir grupos marginalizados e excluídos de forma administrativa, para controlar conflitos étnicos e reduzir qualquer tentativa que ameace a estabilidade social e o ordenamento nacional. (WALSH, 2012)

A interculturalidade crítica, por sua vez, se propõe a debater a questão estrutural-colonial-racial que valida o capitalismo de mercado. Walsh (2012) considera que

a interculturalidade crítica parte da questão do poder, seu padrão de racialização e a diferença que se constrói a partir dele. [...] é uma súplica dos povos que sofreram uma subjugação e subalternização histórica, dos seus aliados e dos setores que lutam, junto com eles, pela refundação e descolonização social, pela construção dos mundos outros. (WALSH, 2012 p.65).

Portanto, diante do que fora exposto, é possível concluir que o multiculturalismo caracteriza a realidade fática da presença de várias culturas imersas em uma mesma sociedade e designa uma estratégia política liberal que visa a manter a assimetria do poder entre as culturas, uma vez que prima pelo respeito às diferenças culturais, mas não coloca em evidência o marco estabelecido pela ordem cultural hegemônica (FORNET-BETANCOURT, 2008).

Sendo assim, o respeito e a tolerância, tão propagados pelo discurso do multiculturalismo, são delimitados a um cenário hierarquizado em que uma cultura prevalece sobre outra, instaurando processos de subjugação e subalternização colonialista. A interculturalidade, em outra direção, indica para a comunicação e a interação entre as culturas, buscando uma qualidade interativa das relações das culturas entre si e não uma mera coexistência entre distintas culturas em um mesmo espaço (TAVARES E GOMES, 2018).

A interculturalidade está relacionada a métodos pautados no reconhecimento do direito à diferença e à luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Ela busca propiciar relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade, sem negligenciar as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. Ela também reconhece e assume os conflitos, procurando as estratégias mais adequadas para enfrentá-los (CANDAU, 2012).

Figura 4: Semelhanças e diferenças de tipos de interculturalidade em relação ao multiculturalismo.

Tipo	Autor	Características	Semelhanças com o multiculturalismo	Diferenças com o multiculturalismo
Relacional	Walsh 2012	Interação entre pessoas de diferentes culturas, ou seja, existe uma troca de experiências, conhecimentos, valores, práticas e tradições culturais que surgem em contextos de igualdade e desigualdade	Diferentes culturas e tradições culturais que surgem em contextos de igualdade e desigualdade	Há a interação de fato
Funcional	Walsh 2012	Há o reconhecimento da diferença, mas não com o intuito de criar sociedades igualitárias, e sim com a pretensão de inserir grupos marginalizados e excluídos de forma administrativa, para controlar conflitos étnicos	Há o reconhecimento da diferença	Não leva em consideração as assimetrias e desigualdades sociais, portanto, não marginaliza
Crítica	Walsh 2012	Propõe a debater a questão estrutural-colonial-racial que valida o capitalismo de mercado.	Respeito às diferenças culturais	Não existe uma cultura sendo subordinada a outra

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados de Walsh 2012

No caso canadense, de algum modo e em alguma medida o debate conceitual sobre multiculturalismo, sociedades multiculturais, pluralismo, interculturalidade é replicado e se mistura com a própria trajetória do Canadá como nação multicultural. A construção do multiculturalismo canadense, nesse sentido, será abordada a seguir.

2 MULTICULTURALISMO NO CANADÁ (1971 – 2021)

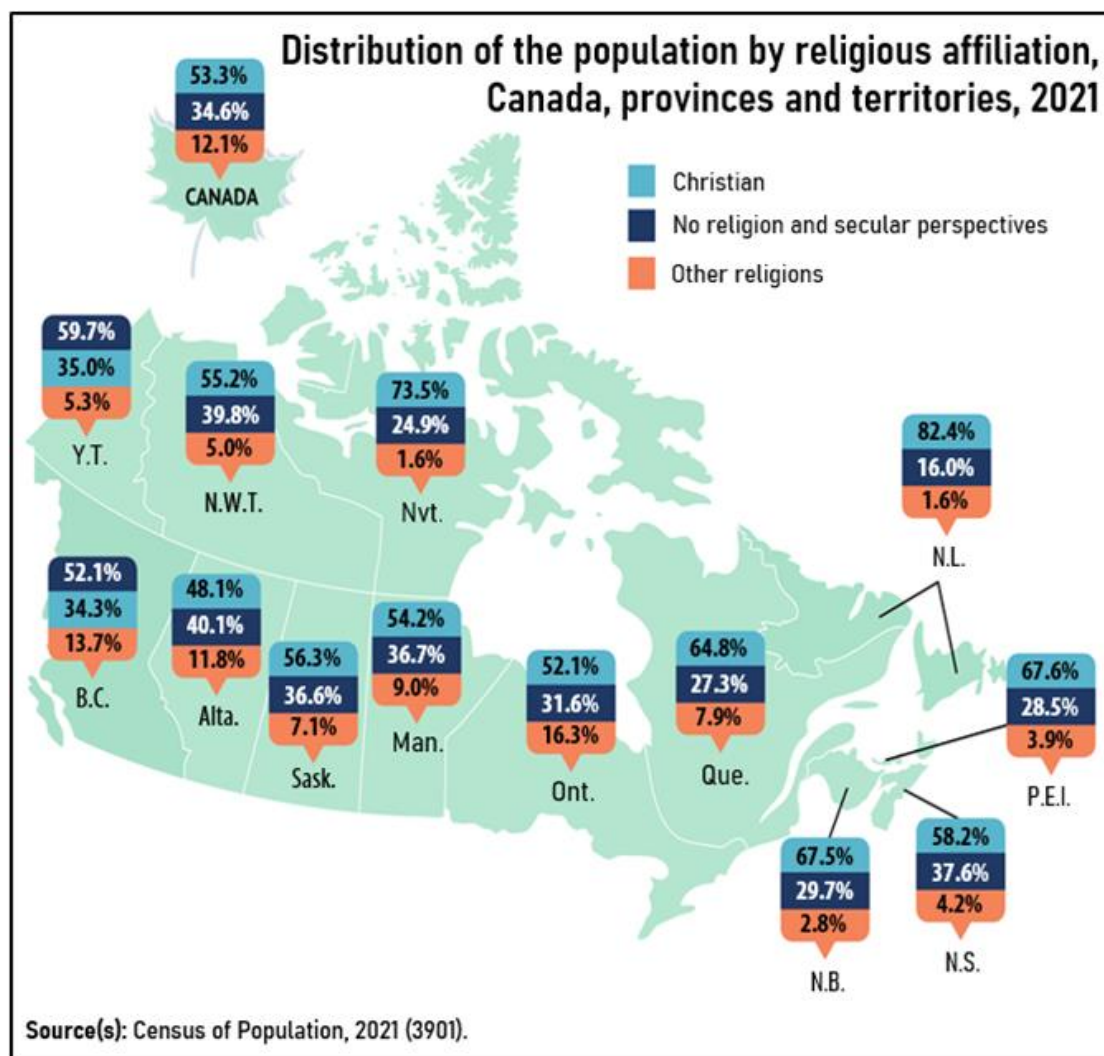
Em tese, o Canadá adota uma abordagem progressista e inclusiva em relação à diversidade étnica, cultural e religiosa. No Censo de 2021, foram relatadas mais de 450 origens étnicas ou culturais. As principais origens relatadas pela população do Canadá, seja de forma exclusiva ou em combinação com outras origens, incluíram "canadense" (5,7 milhões de pessoas), "inglesa" (5,3 milhões), "irlandesa" (4,4 milhões), "escocesa" (4,4 milhões) e "francesa" (4,0 milhões) (STATISTICS CANADA, 2021).

Ainda conforme o conteúdo publicado no Censo de 2021, no que se refere à diversidade étnica 19,3 milhões de indivíduos afirmaram seguir a fé cristã, constituindo 53,3% da população total. No entanto, é importante observar que essa proporção apresentou uma notável redução em comparação aos anos anteriores, decrescendo de 67,3% em 2011 e de 77,1% em 2001.

Paralelamente, um contingente de aproximadamente 12,6 milhões de habitantes, o que equivale a mais de um terço da população canadense, indicou a ausência de afiliação religiosa. Esse segmento demográfico registrou um aumento significativo, mais do que dobrando em um período de duas décadas, passando de 16,5% em 2001 para 34,6% em 2021.

Além disso, embora relativamente pequena em termos percentuais, a parcela da população que se declarou muçulmana, hindu ou sikh experimentou um aumento significativo ao longo do mesmo período de duas décadas. Especificamente, observou-se um crescimento nas taxas de identificação religiosa, passando de 2,0% para 4,9% para os muçulmanos, de 1,0% para 2,3% para os hindus e de 0,9% para 2,1% para os sikhs, entre os anos de 2001 e 2021, respectivamente.

Gráfico 2: Distribuição da população por afiliação religiosa no Canadá em 2021



Fonte: STATISTICS CANADA. (2021). Disponível em: < <https://www150.statcan.gc.ca/n1/daily-quotidien/221026/mc-b001-eng.htm> >. Acesso em 10 Ago 2023.

Diante desse contexto diversificado, o Canadá, em princípio, busca estabelecer uma sociedade multicultural que valorize e respeite a pluralidade de identidades por meio de políticas públicas e da promoção da igualdade de direitos.

Nesta dissertação, pretende-se analisar como o Quebec interculturalista se insere no Canadá multiculturalista. E tendo as políticas de migração como ferramentas de integração entre diversas culturas e etnias, observa-se como são peças fundamentais para a propagação do multiculturalismo e da interculturalidade efetivamente.

Para tanto, primeiramente serão discutidas os principais marcos históricos, a legislação relevante, as políticas governamentais do multiculturalismo canadense ao

longo desse período. Além disso será abordado como as políticas de migração se transformaram à medida em que o multiculturalismo também se modificava neste espaço tempo.

2.1. A formação da sociedade canadense

A história da colonização do Canadá resultou em uma sociedade multicultural por si só, constituída por três povos fundadores: aborígenes, franceses e britânicos. Os colonizadores franceses e britânicos começaram a chegar no início dos anos 1600. Na virada do século XX, os imigrantes de outros países europeus tais como Itália e Alemanha passaram a compor o país.

Estimulados por contínuas campanhas em favor da imigração por parte do governo e atraídos pela perspectiva de experimentar a prosperidade canadense, aproximadamente três milhões de imigrantes se estabeleceram no Canadá entre 1876 e 1914. Esse influxo posicionou o país entre as dez nações com os maiores índices de imigração internacional, conforme observado por Kelley e Trebilcock (1998), os quais afirmam:

Assim como os imigrantes foram essenciais para o progresso da nação nos primeiros 30 anos de sua existência, então também, eles foram o centro da industrialização e mudanças consequentes que ocorreram nos próximos 15 anos de desenvolvimento. (KELLEY; TREBILCOCK, 1998, p. 113, tradução da autora).

Neste período, em todas as áreas passíveis de expansão econômica havia a presença dos imigrantes, sendo que a maioria desse contingente de imigrantes se estabeleceu em centros urbanos e trabalhava em indústrias, tendo o restante dos imigrantes adquirido propriedades no oeste do país ou sendo absorvidos pelas indústrias de mineração e naval além da agricultura. O grande impacto das imigrações foi sentido no tamanho e na composição da população, desencadeando um aumento significativo de indivíduos vivendo em grandes cidades (KELLEY E TREBILCOCK, 1998)

Os autores relatam, ainda, que, na década de 1910, os maiores centros urbanos canadenses experimentaram um exponencial crescimento, como o ocorrido nas cidades de Montreal, Toronto e Vancouver, que tiveram um aumento de até 300% em suas populações. Ou seja, em um curto período de 10 anos Montreal tinha 217.000 habitantes e passou para 471.000, já Toronto em 1890 dispunha de 181.000

habitantes evoluindo para 377.000 e Vancouver possuía um contingente populacional de apenas 19 mil para 100 mil.

Diante das restrições impostas e sentindo os efeitos do alto desemprego, no período entre a Grande Depressão (1929-1930) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os índices de imigração no Canadá tiveram uma considerável redução. A década de 1930 registrou, pela única vez no século XX, um número maior de pessoas que deixaram o país do que entraram.

Esse fenômeno pode ser atribuído à "pressão do mercado de trabalho após a Crise de 1929 e o colapso econômico, que afetou trabalhadores rurais e diversos outros grupos ocupacionais de imigrantes, juntamente com seus familiares, que se encontraram na lista de classes elegíveis para imigração" (BOYD; VICKERS, 2000, p. 9).

Ou seja, o número de imigrantes aceitos no Canadá caiu de 169.000 em 1929 para menos de 12.000 em 1935. Nunca passou de 17.000 durante o resto da década. Durante esse período, aos judeus europeus que fugiam da Alemanha nazista foi negado refúgio no Canadá. (STRUTHERS, 2021)

Também foram sentidos os efeitos discriminatórios da falta de uma política consistente de imigração com o início da Segunda Guerra Mundial (1945), quando foi proibida a entrada de estrangeiros advindos de países com os quais o Canadá estava em guerra. (Alemanha, Itália e Japão). Boyd e Vickers (2000) relatam ainda que a não distinção entre imigrantes e refugiados construiu barreiras para os indivíduos que fugiam da devastação causada pela guerra, enquanto medidas, como deslocamento forçado e, em alguns casos, campos de prisão de japoneses, foram estratégias governamentais do Canadá frente à guerra.

As ondas de imigração recomeçaram com a retomada do crescimento econômico no período pós-guerra, e a permissão de entrada no país foi estendida a imigrantes de origens não exclusivamente europeias. Os regulamentos de imigração de 1954 impuseram restrições às admissões de imigrantes, limitando-as a cidadãos originários do Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Irlanda, Estados Unidos e França.

Esses cidadãos eram obrigados a demonstrar meios financeiros suficientes para se sustentarem até conseguirem emprego. Em 1956, cidadãos de outros países da Europa Ocidental foram adicionados à lista de elegibilidade, contanto que viessem

ao Canadá por meio de colocação governamental ou tivessem aprovação governamental para emprego (TAYLOR, 1991).

Pessoas oriundas da Europa, Oriente Médio ou das Américas tinham a possibilidade de imigrar se possuíssem familiares estendidos já estabelecidos no Canadá. Por outro lado, indivíduos, sobretudo aqueles de origem africana e asiática, somente eram autorizados a imigrar se tivessem laços familiares imediatos no país (TAYLOR, 1991).

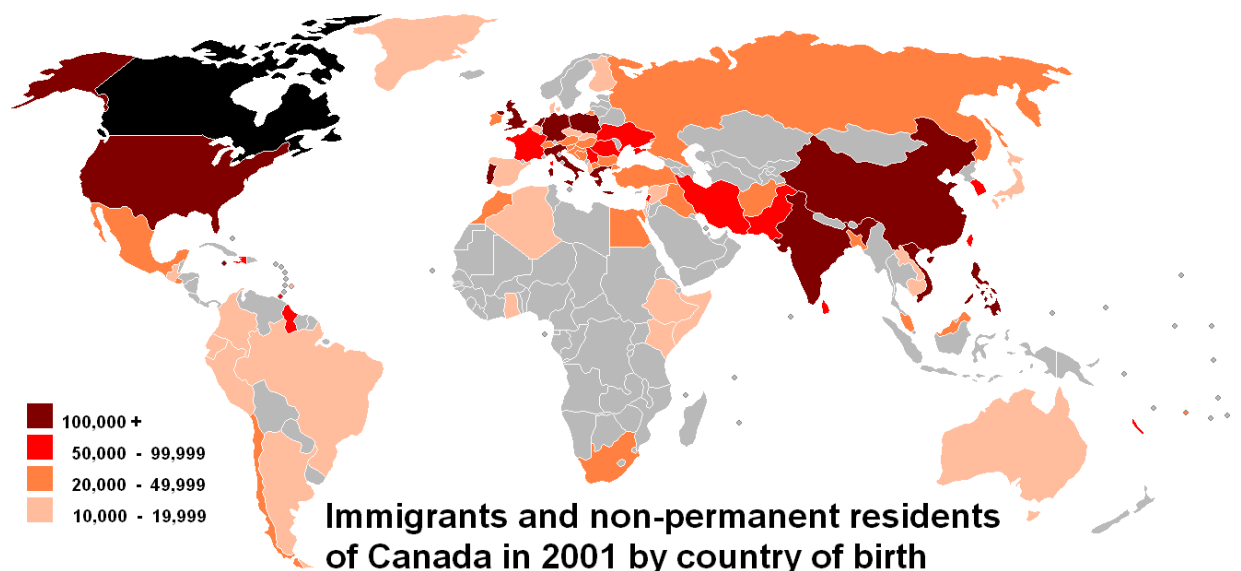
Essa proibição implícita permaneceu em vigor até 1962, quando um requisito geral de admissão foi estabelecido para todos os potenciais imigrantes. A partir desse ano, qualquer indivíduo poderia imigrar desde que conseguisse demonstrar sua capacidade de se estabelecer com sucesso no Canadá.

Entretanto, mesmo com essa mudança, houve uma preferência concedida a pessoas da Europa, Oriente Médio ou Américas que possuíssem laços familiares extensos já estabelecidos no Canadá. Isso implicou a substituição de critérios como nacionalidade ou grupo étnico pela introdução de um sistema de seleção baseado em pontos, que considerava fatores como idade, nível de educação e proficiência em idiomas (ESTEBAN E LÓPEZ-SALA, 2010).

A título de comparação ilustrativa, quanto à composição étnica e de nacionalidade, no Censo de 1901, disposto no *Statistics Canada* a população canadense possuía predominantemente origens britânicas e francesas (88%) ao lado de 25 diferentes origens étnicas listadas e documentadas no Censo. Um século mais tarde, no Censo de 2001, elaborado pelo mesmo órgão governamental já citado os britânicos e franceses ainda eram a maioria, mas já começavam a diminuir numericamente, uma vez que representavam cerca de 60% do montante total (STATISTICS CANADA, 2001)

Ademais mais de 200 diferentes origens étnicas foram relatadas na pergunta do Censo de 2001 sobre ascendência étnica. A origem étnica, conforme definida no censo, referia-se ao grupo étnico ou cultural ao qual pertenciam os antepassados de um indivíduo.

Figura 5: Mapa étnico dos imigrantes e não residentes permanentes por nacionalidade no Canadá em 2001.



Fonte: STATISTICS CANADA. (2001). Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/44/COB_data_Canada.PNG>. Acesso em: 10 Ago 2023.

A lista de origens relatadas engloba grupos culturais associados aos povos indígenas originais do Canadá, bem como a população indígena dos Estados Unidos, os Métis e os Inuit. Além disso, ela abrange grupos ligados à formação do Canadá, tais como franceses, ingleses, escoceses e irlandeses. Reflete também a história da imigração para o Canadá nos últimos 100 anos, abrangendo grupos como alemães, italianos, chineses, ucranianos, holandeses e poloneses. Além disso, é importante observar que muitas pessoas atualmente relatam múltiplas origens étnicas como resultado do aumento do casamento entre diferentes grupos étnicos (BASAVARAJAPPA & RAM, 1999).

O aumento no número de origens étnicas não europeias ganhou destaque, especialmente após a liberalização da política de imigração no Canadá no final dos anos 1960. Através da Lei de Imigração de 1967, oficialmente adotada em 1978, consolidou-se a aceitação de imigrantes considerados "qualificados", com base em um sistema de pontuação que priorizava a admissão de imigrantes com um extenso histórico educacional, significativa experiência profissional e elevada qualificação. Nesse sistema, esses critérios foram valorizados (MOOKERJEA, 2015). Além disso,

esse período testemunhou o desenvolvimento de programas de reassentamento de refugiados.

Esteban e López-Sala apontam que a seleção por pontos no processo imigratório se mostrou “uma política planejada e proativa que tem promovido a imigração permanente. Esse modelo tem sido aprovado pela classe política e opinião pública à margem das flutuações econômicas e não representa uma fonte importante de controvérsias” (ESTEBAN E LÓPEZ-SALA, 2010, p. 662).

Mesmo com as evidências de uma sociedade multicultural em termos demográficos, com registros nos censos populacionais, sabe-se que o Canadá instituiu o multiculturalismo como política pública estatal em 1971 e, somente em 1981, o Censo começou a contabilizar a chamada “minorias visíveis”,

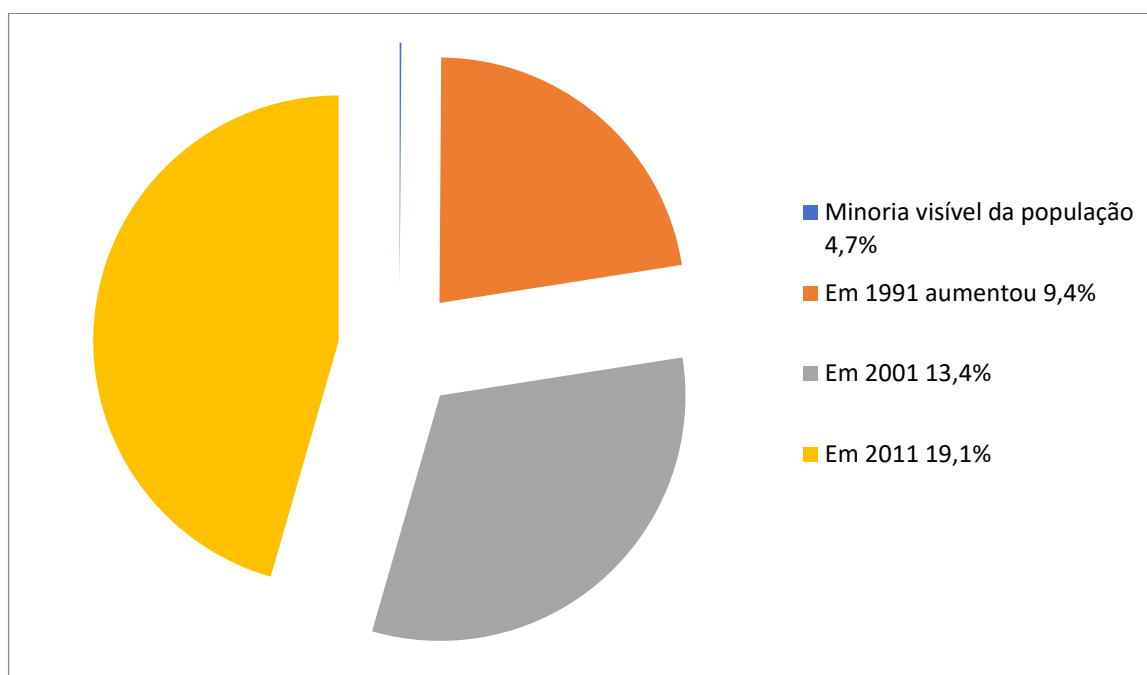
De acordo com o Dicionário do Censo da População de 2016, disponível no site do governo canadense, o termo "minorias visíveis" refere-se a determinar se uma pessoa pertence a um grupo minoritário visível, conforme definido pela Lei de Igualdade no Emprego, e, se for o caso, identificar a qual grupo minoritário visível a pessoa pertence.

A Lei de Igualdade no Emprego define minorias visíveis como "pessoas que, excluindo povos indígenas, não são de raça caucasiana ou não brancas". A população de minorias visíveis inclui principalmente os seguintes grupos étnicos: Sul da Ásia, chinês, negro, filipino, latino-americano, árabe, sudeste da Ásia, oeste da Ásia, coreano e japonês (CANADA, 2016).

Cabe destacar que em 2012, as Nações Unidas fizeram um alerta ao Canadá, apontando que o termo "minorias visíveis" poderia simplificar excessivamente as experiências de diversos grupos étnicos, destacando que a falta de precisão dessa terminologia poderia prejudicar a eficácia na abordagem das disparidades socioeconômicas entre esses grupos. (MARSHALL, 2023)

A dinâmica demográfica tem evoluído ao ponto de que, em locais como Richmond, BC, e Markham, Ontário, as "minorias visíveis" não representam mais uma minoria, mas sim uma expressiva maioria. Projeções do Statistics Canada indicam que em algumas outras cidades, como Toronto, Vancouver e Calgary, as "minorias visíveis" poderão se tornar a maioria da população até o ano de 2036 (MARSHALL, 2023).

Gráfico 3– Aumento demográfico das minorias no Canadá de 1971 a 2011.



Fonte: Elaboração da autora com dados de Statistics Canada de 2013

Do mesmo modo que a sociedade multicultural canadense foi-se modificando ao longo do tempo – conforme captado pelos Censos desde 1901, como apresentado -, o multiculturalismo adquiriu muitos entendimentos por parte do governo desde 1971.

2.2. A política multicultural e as políticas de migração canadenses

Conforme Dewing (2013), o multiculturalismo canadense passou por três estágios de evolução: o estágio inicial, que abrange o período que antecede 1971; o estágio formativo, que ocorreu de 1971 a 1981; e, por fim, a etapa de institucionalização, que se desenvolveu a partir de 1982 em diante.

No período incipiente, destaca-se o aumento das ondas migratórias em decorrência do pós Segunda Guerra Mundial, no qual europeus e refugiados dos estados bálticos (Holanda, Itália e Hungria) se juntaram aos imigrantes da geração anterior de europeus (alemães, americanos, suecos, ucranianos, holandeses, islandeses, noruegueses e russos), que vieram para o Canadá no período inicial de migração em massa partir de 1900, por meio do recrutamento de Clifford Sifton, primeiro ministro da época e responsável pelo primeiro ato de imigração do Canadá, em 1896. Além disso, em 1947, o Ato de Cidadania Canadense foi aprovado e os

canadenses não eram mais considerados súditos britânicos, facilitando o questionamento entre muitos canadenses da legitimidade da hegemonia cultural britânica (DEWING, 2013).

Em 1963, o Primeiro-Ministro Lester B. Pearson estabeleceu a Comissão Real sobre Bilinguismo e Biculturalismo no Canadá, conhecida também como a Comissão Laurendeau-Dunton. Essa iniciativa surgiu como resposta ao crescente descontentamento político e agitação entre a população francófona do Quebec em relação às políticas assimilacionistas de origem anglo-saxônica. Esses esforços progressistas eventualmente resultaram na chamada Revolução Silenciosa (CHAZAN, 2011).

A Revolução Silenciosa refere-se a um período de transformações sociopolíticas e culturais que ocorreram na província de Quebec, no Canadá, ao longo das décadas de 1960 e 1970. Este período é notório por suas mudanças significativas nas dinâmicas sociais, políticas, educacionais e culturais que influenciaram a identidade e o desenvolvimento da sociedade quebequense. A Revolução Silenciosa foi marcada por uma série de reformas e reivindicações que surgiram em resposta a uma variedade de fatores. Esses fatores incluíram o aumento da urbanização, industrialização e modernização da sociedade, bem como a percepção de que a cultura e a língua francesas estavam ameaçadas. Essas preocupações levaram a uma busca por mudanças substanciais nas esferas política e cultural da província (MOOKERJEA, 2015).

Ainda conforme Chazan (2011), a Comissão tinha como principal objetivo investigar o papel e o lugar de Quebec no Canadá e a relação entre ingleses e franceses no Canadá. A sua principal contribuição, nos seis anos de atuação, foi a recomendação da Lei de Línguas Oficiais de 1969. Contudo, durante as audiências da Comissão, em todo o Canadá, eles ouviram muitos não-britânicos e não-franceses que refutaram a noção de que o Canadá era “bicultural” e que, no geral, o país representava muito mais do que apenas duas culturas predominantes. A Comissão reconheceu esse argumento, investigou mais e isso resultou em um dos seis volumes de seu relatório final, intitulado A Contribuição Cultural dos Outros Grupos Étnicos publicado em 1969 como Livro IV (HAQUE, 2012)

O ensino da língua oficial adequada faz parte do processo de integração das crianças imigrantes na sociedade canadiana no seu conjunto: estão a tornar-

se canadianas e parte da sua educação para a cidadania é a educação linguística. Os benefícios da imigração e da diversidade linguística revertem a favor da sociedade canadiana em geral. Por conseguinte, o governo federal, enquanto governo do país no seu conjunto, e não os governos provinciais ou locais, deve ser responsável pela disponibilização dos fundos necessários para o ensino do inglês ou do francês às crianças que entram no sistema escolar público sem um conhecimento adequado de qualquer uma das línguas oficiais. No entanto, deve fornecer apenas os fundos necessários para além do custo do ensino de qualquer criança no sistema escolar. Por conseguinte, recomendamos que seja proporcionada instrução especial na língua oficial adequada às crianças que entram no sistema escolar público com um conhecimento inadequado dessa língua; que as autoridades provinciais especifiquem os termos e condições da assistência financeira para essa instrução especial; e que as autoridades federais ajudem as províncias de formas mutuamente aceitáveis através de subsídios para os custos adicionais incorridos. (GOVERNO DO CANADÁ, 1969, p 143, tradução da autora⁷).

Finalmente, em 1971, o primeiro-ministro Pierre Trudeau estabeleceu a política de multiculturalismo do Canadá, inserida em um quadro bilíngue. Com isso, o Canadá se tornou a primeira nação do mundo a adotar uma política oficial de multiculturalismo, marcando um marco no estabelecimento do pluralismo corporativo. Nesse contexto, a política estatal tinha o objetivo de proteger as diferenças culturais entre grupos e proporcionar meios institucionais para incentivar uma distribuição equilibrada em termos étnicos (MARGER, 2015).

Ainda nos anos 1970, Berry, Kalin e Taylor (1977) fizeram a distinção entre três significados diferentes do multiculturalismo canadense: como fato demográfico (a presença da diversidade cultural na população canadense); como ideologia (a conveniência geral entre os canadenses de manter e compartilhar essa diversidade); e como política pública (orientação governamental e ação para esse fato).

É nesse sentido que Pierre Trudeau, primeiro-ministro de 1968 a 1979 e de 1980 a 1984, eleito pelo Partido Liberal, seguindo as recomendações posteriores da Comissão Real sobre Bilinguismo e Biculturalismo de 1963, foi ao Parlamento, no dia

⁷ "Teaching the appropriate official language is an integral part of the process of assimilating immigrant children into Canadian society as a whole. They are becoming Canadians, and a significant aspect of their education for citizenship is language instruction. The advantages of immigration and linguistic diversity are enjoyed by Canadian society as a whole. Therefore, the federal government, representing the nation as a whole, rather than provincial or local governments, should bear the responsibility of providing the necessary funds for teaching English or French to children who enter the public school system without adequate knowledge of any of the official languages. However, it should only allocate the required funds in addition to the regular cost of educating any child in the school system. As a result, we recommend that specialized language instruction in the appropriate official language be offered to children entering the public school system with insufficient language proficiency. Provincial authorities should outline the terms and conditions of financial assistance for such specialized instruction, and federal authorities should support provinces in a mutually agreeable manner through subsidies to cover the additional costs incurred"

8 de outubro de 1971, e apresentou uma mudança de política, do biculturalismo para o multiculturalismo (DUTON, 2013).

Segundo Dunton (2013), biculturalismo se referia à existência no Canadá de duas culturas principais - aquela associada ao idioma inglês e aquela associada ao francês. Sua função era examinar o estado de cada uma das duas culturas e a oportunidade de cada uma existir e florescer; e também o conjunto de condições que permitiriam aos membros das duas culturas cooperar efetivamente.

De modo que há uma mudança de política no governo canadense da política de assimilação para a política de integração. Conforme Giralda Seyferth a assimilação trata-se de um fenômeno complexo e dinâmico no qual os indivíduos ou grupos que migram para uma nova sociedade são expostos a influências culturais distintas das suas origens. Ela observa que a assimilação não é um processo linear, mas sim um processo que envolve negociações constantes entre a cultura de origem e a cultura receptora (SEYFERTH, 1997).

Portanto, de acordo com um discurso proferido pelo primeiro-ministro canadense Pierre Elliot Trudeau, que ocupou o cargo nos anos 1968-79 e 1980-84, a política de multiculturalismo pode ser resumida da seguinte forma:

Uma política de multiculturalismo dentro de uma estrutura bilíngue (ingleses e franceses) é o meio mais adequado para assegurar a liberdade cultural de todos os canadenses. Tal política deve ajudar a quebrar atitudes discriminatórias e ciúmes culturais. A unidade nacional, para significar algo no sentido profundamente pessoal, deve ser fundada na confiança na própria identidade individual; disso pode resultar um maior respeito pela dos outros e uma vontade de compartilhar ideias, atitudes e suposições. O governo apoiará e incentivará os vários grupos culturais e étnicos que dão estrutura e vitalidade para nossa sociedade. Eles serão encorajados a compartilhar sua expressão cultural e seus valores com outros canadenses e assim contribuir para uma vida mais rica para todos. (GOVERNO DO CANADÁ, 1971, p. 1121)

O discurso proferido pelo primeiro-ministro põe em evidência um dos principais aspectos da política de multiculturalismo canadense: posicionar o Estado como agente principal na luta contra qualquer tipo de discriminação proveniente da

diversidade étnica e cultural, como o racismo⁸, etnicismo⁹, sexismo¹⁰, etnonacionalismo¹¹ e discriminação de ordem religiosa (DENWIGT, 2013).

Um movimento considerável nessa direção incidiu sobre o cenário político e instituições, como escolas, universidades, polícia, serviços sociais e meios de comunicação. Neles, ocorreu aumento de racismo, etnicismo, sexismo, etnonacionalismo, discriminação de ordem religiosa e de representação das minorias étnico-culturais, promovendo maior visibilidade de indivíduos que fossem de outras origens que não britânica e francesa, conforme apresentado no capítulo anterior. (HELLY, 2002)

A inserção de indivíduos culturalmente diversos nos órgãos governamentais e nas organizações privadas resultou “[...] na diminuição das resistências e dos ‘isolamentos’ étnicos através da multiplicação de intercâmbios e contatos entre pessoas de diferentes origens.” (HELLY, 2002, p.14).

Após a adoção da Política de Multiculturalismo, surgem vários programas de Subsídios Multiculturais, Desenvolvimento Cultural, Histórias Étnicas, Estudos Étnicos Canadenses, Ensino de Línguas Oficiais e Agências Culturais Federais, além de quatorze recomendações específicas, em especial, o ensino de outras línguas, além de inglês e francês, e programas culturais em escolas públicas de ensino fundamental (BERRY, 2013).

Em suma, os principais objetivos da política foram: 1) ajudar os grupos culturais a manter e promover sua identidade; 2) ajudar os grupos culturais a superar as barreiras à sua plena participação na sociedade canadense; 3) promover intercâmbios entre grupos culturais; e 4) ajudar os imigrantes a aprender uma língua oficial (DEWING, 2013).

Além disso, evidencia-se o estabelecimento de uma Diretoria Multicultural, como parte integrante do Departamento de Secretaria de Estado e, em seguida, um Ministro e Ministério do Multiculturalismo para facilitar implementação de programas e

⁸ Preconceito, discriminação ou antagonismo por parte de um indivíduo, comunidade ou instituição contra uma pessoa ou pessoas pelo fato de pertencer a um determinado grupo racial ou étnico, tipicamente marginalizado ou uma minoria. (SANTOS, 2003)

⁹ Doutrina que coloca uma categoria étnica em privilégio, em relação aos outros. (SANTOS, 2003)

¹⁰ Discriminação pautada no sexo. (SANTOS, 2003)

¹¹ Doutrina, movimento ou posição de quem defende que a pertença a determinada etnia é condição necessária para aceder a certa nacionalidade, o mesmo que autodeterminação dos povos ((SANTOS, 2003)

recomendações da política, que também incluiu a articulação de organizações etnoculturais.

Após esta primeira etapa de elaboração de políticas, surge a fase de institucionalização que corresponde às últimas três décadas, na qual a política de multiculturalismo foi formalizada e codificada como legislação oficial, com a aprovação da Lei de Multiculturalismo Canadense de 1988 (DEWING, 2013). A lei incorpora a diversidade cultural à sociedade canadense, por meio dos princípios da coesão social, identidade cultural, igualdade de oportunidades e acesso as instituições, conforme os objetivos publicados a seguir:

Política de Multiculturalismo: a) reconhecer e promover o entendimento de que o multiculturalismo reflete a diversidade cultural e racial da sociedade Canadense e reconhecer a liberdade de todos os membros da sociedade Canadense de preservar, aprofundar e compartilhar sua herança cultural; b) reconhecer e promover o entendimento que o multiculturalismo é característica fundamental da identidade e herança Canadense e que constitui um recurso de valor incalculável para formar o futuro do Canada; c) promover a participação completa e igualitária de indivíduos e comunidades de todas as origens no processo de contínua evolução e configuração de todos os aspectos da sociedade Canadense, assim como proporcionar assistência para eliminar qualquer barreira para essa participação; d) reconhecer a existência de comunidades cujos membros compartilham uma origem comum e sua contribuição histórica a sociedade Canadense, assim como acentuar seu desenvolvimento; e) assegurar que todos os indivíduos recebam tratamento igual e proteção igual diante da lei, ao mesmo tempo em que respeita e valoriza sua diversidade; f) encorajar e assistir instituições sociais, culturais, econômicas e políticas do Canada para que sejam respeitadas e inclusivas com a característica multicultural do Canada; g) promover o conhecimento e a criatividade que surgem da interação entre indivíduos e comunidades de diferentes origens; h) estimular o reconhecimento e apreciação das diversas culturas da sociedade Canadense e promover a reflexão sobre as expressões que envolvem essas culturas; i) preservar e estimular o uso de línguas além do Inglês e Francês, ao mesmo tempo reforçando o status e uso das línguas oficiais do Canada e; j) avançar o multiculturalismo em todo o Canada em harmonia com o compromisso nacional as línguas oficiais.

Instituições Federais: a) acentuar que Canadenses de todas as origens tenham oportunidades iguais para obterem emprego e avanço nas instituições; b) promover políticas, programas e práticas que melhorem a capacidade de indivíduos e comunidades de todas as origens em contribuir para a evolução contínua do Canada; c) promover políticas, programas e práticas que melhorem o entendimento e respeito à diversidade de membros da sociedade Canadense; d) coletar dados estatísticos a fim de habilitar o desenvolvimento de políticas, programas e práticas que são sensíveis e receptivas a realidade multicultural do Canada; e) usar, apropriadamente, a compreensão das habilidades culturais e linguísticas de indivíduos de todas as origens e; f) de maneira geral, realizar todas as suas atividades de uma forma sensível e receptiva a realidade multicultural do Canada. (CANADA, 1988, documento eletrônico).

Um dos muitos exemplos de institucionalização, além da própria lei, inclui o reconhecimento na Carta Canadense de Direitos e Liberdades de 1982 da herança

multicultural do Canadá e a inclusão da origem étnica, juntamente com raça, cor, religião, sexo, idade e deficiência mental e física direitos de igualdade na Seção 15. E também a aprovação da Lei de Equidade no Emprego, em 1986, e a criação da Fundação Canadense de Relações Raciais, em 1996 (DEWING, 2013).

Exemplos mais recentes de institucionalização contínua do multiculturalismo incluem a instauração do Dia do Multiculturalismo Canadense, celebrado dia 27 de junho desde 2002, o Mês do Patrimônio Asiático (maio), o Plano de Ação do Canadá contra o Racismo, em 2005, e, em 2010, implementação dos novos objetivos para o Programa de Multiculturalismo do Canadá (DEWING, 2013).

No ano de 2008, registrou-se a transferência da incumbência relativa à promoção do multiculturalismo do seio do Departamento de Patrimônio Canadense para o âmbito do Departamento de Cidadania e Imigração. Como corolário desta alteração, ocorreu a reconfiguração do título do titular do referido Ministério, que passou a ser designado como Ministro da Cidadania, Imigração e Multiculturalismo. A política concernente ao multiculturalismo sofreu então uma modificação que direcionou o destaque para as seguintes diretrizes primordiais:

1. Endossar o apoio à efetiva integração econômica, social e cultural dos neófitos cidadãos do Canadá, bem como das diversas coletividades culturais residentes;

2. Facilitar a implementação de programas voltados para a promoção da orientação, do voluntariado, da liderança e da educação cívica entre os jovens provenientes de distintas origens culturais que se encontram em circunstâncias suscetíveis a adversidades.

3. Fomentar a compreensão intercultural e os valores inerentes à identidade canadense, compreendendo entre estes a democracia, a liberdade, os direitos humanos e o Estado de direito, por intermédio de empreendimentos comunitários de cunho proativo. Estes esforços almejam abordar as problemáticas advindas da exclusão social e cultural, notadamente observáveis nas chamadas comunidades paralelas, além da questão da radicalização. (BROSSEAU, DEWING 2018)

Ainda de acordo, com os mesmos autores no ano de 2010 foram implementados pelo governo federal canadense três novos objetivos importantes no contexto da política de multiculturalismo:

1. A construção de uma sociedade integrada e de coesão social;

2. O aprimoramento da capacidade das instituições em atender às demandas de uma população diversificada; e

3. O engajamento ativo em diálogos de caráter internacional acerca de temáticas concernentes ao multiculturalismo e à diversidade (BROSSEAU, DEWING 2018)

Vale salientar que, depois que Lei de Multiculturalismo Canadense foi incorporada na legislação estatal, as províncias seguiram o exemplo, com alguma forma de política de multiculturalismo ou legislação promulgada. Saskatchewan foi a primeiro, em 1974, seguida por Ontário, em 1977, depois Alberta, Manitoba, Quebec, Nova Brunswick, Nova Escócia e Ilha Príncipe Edward, na década de 1980, Columbia Britânica, em 1993 e, finalmente, Newfoundland, em 2008 (CHAZAN, 2011). A seguir, o mapa das províncias canadenses para um melhor entendimento.

Figura 6: Mapa – Províncias do Canadá



Fonte: Mapa encontrado na internet adaptado pela autora. Disponível em: <<https://www.vecteezy.com/vector-art/20469508-country-map-of-canada-concept>> Acesso em: 15 Ago 2023.

Diversas publicações e estudos advogam a hipótese de que os cidadãos canadenses, em geral, manifestam apoio a uma sociedade multicultural, ao menos

em teoria, ainda que nem sempre essa tendência se reflita de forma inequívoca na prática. Com efeito, as atitudes subjacentes à imigração e ao multiculturalismo têm experimentado uma inclinação mais positiva ao longo dos anos.

Conforme revelam as análises empreendidas pelas pesquisas *Focus Canada*, sob a égide do *Environics Institute for Survey Research*, a proporção de cidadãos canadenses que encaram o multiculturalismo como um emblema da identidade nacional registrou um acréscimo, passando de 37% em 1997 para 54% em 2015.

Simultaneamente, a parcela de indivíduos que compartilham da opinião de que os índices de imigração se apresentam excessivamente elevados experimentou uma redução significativa, declinando de 61% em 1977 para 37% em 2016 (ENVIRONICS INSTITUTE FOR SURVEY RESEARCH, 2016). Encontra-se em apêndice, uma síntese da cronologia da política multicultural canadense entre 1948 e 2018.

Apesar da presente dissertação ter o recorte temporal até 2021, esta tabela foi a mais detalhada e recente encontrada, na qual Brosseau e Dewing versam sobre os principais acontecimentos que contribuíram para as mudanças ocorridas na política de multiculturalismo canadense até 2018. Ademais, mais adiante no próximo capítulo irei trazer apontamentos sobre como tal política sofre críticas mediante à crise da pandêmica do COVID-19 que afetou o mundo globalmente nos anos 2020 e 2021.

Não obstante a tendência preponderante de apoio ao multiculturalismo entre os canadenses, as atitudes em relação à diversidade religiosa se revelam mais matizadas. Segundo os resultados de um levantamento promovido pelo Instituto de Pesquisa de Opinião Pública Canadense Angus Reid em 2017, quando questionados acerca de se consideravam a diversidade religiosa no Canadá como benéfica ou prejudicial, 26% dos entrevistados reportaram considerá-la como uma influência positiva, enquanto 23% expressaram uma perspectiva adversa. O remanescente dos inquiridos indicou não possuir convicção definida ou perceber o impacto como misto (ANGUS REID, 2017)

Além da divisão proposta por Dewing (2013), ainda pode-se interpretar o multiculturalismo canadense por um outro viés. Kunz e Sykes (2007), com base na análise de Fleras e Kunz (2001), resumem a mudança de foco, ponto de referência da política de multiculturalismo canadense para cada uma das décadas desde os anos

1970 até 2000. Embora seja uma categorização rápida, serve para pontuar diferenciações mínimas entre os períodos de tempo.

Durante a década de 1970, a política de multiculturalismo era de cunho étnico, com foco em “celebrar as diferenças”. Para a década de 1980, a política do multiculturalismo tinha como pauta a equidade, com foco na “gestão da diversidade”. Já na década de 1990 tratava-se de um multiculturalismo cívico, que agia em prol de um “engajamento construtivo”, “construção da sociedade” e “cidadania”. E, por fim, nos anos 2000, a política de multiculturalismo era de caráter integrador com foco na “cidadania inclusiva”, tendo como referência a “identidade canadense”. (KUNZ E SYKES, 2007)

Figura 7: Foco das políticas de multiculturalismo em 1970, 1980, 1990, 2000.



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados de Kunz e Sykes 2007

Embora não seja o foco desta dissertação, é importante observar que as migrações internacionais têm desempenhado um papel significativo no aumento do multiculturalismo nas sociedades. Isso levanta questões relacionadas ao reconhecimento da diversidade cultural como um elemento fundamental na estrutura social, bem como a necessidade de desenvolver instrumentos políticos para gerenciar e preservar essa diversidade. No entanto, também é evidente um endurecimento das fronteiras em contextos atuais. (BERRY, 2013)

Conforme Reitz (2009), o interesse dos governos em reconhecer formalmente os direitos dos grupos culturalmente diversos e o desenvolvimento de novos sistemas de integração é relativamente recente. As políticas de imigração frequentemente se preocupam com questões como aquisição de cidadania e proteção dos direitos

humanos, sendo que “o direito das minorias em manter comunidades culturais distintas por meio das gerações tem sido discutido como princípio filosófico” (REITZ et al, 2009, p. 5, tradução da autora¹²).

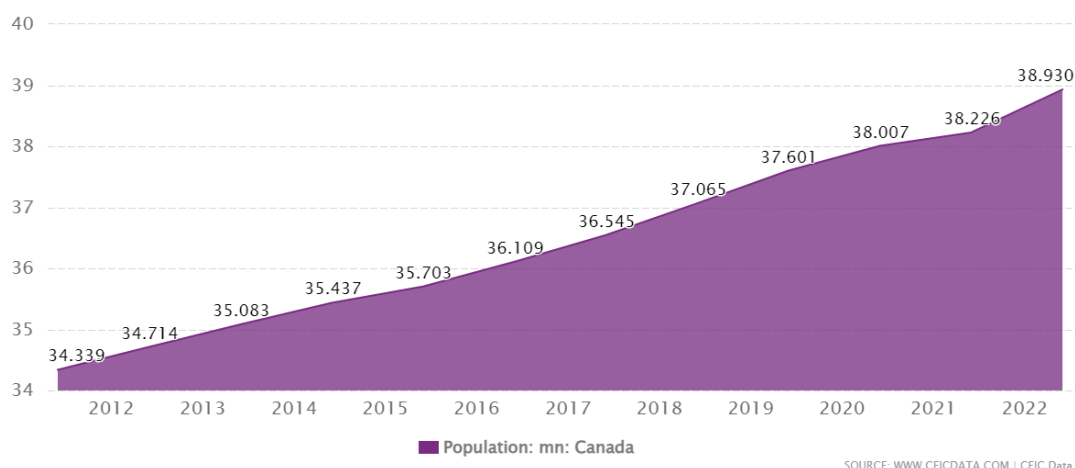
Em virtude de uma maior incidência de ondas migratórias, no Canadá a partir do início do século XIX, especialmente com o advento da Revolução Industrial, nota-se o declínio contínuo do francês como língua falada e a diminuição dos números do grupo cultural inglês/britânico.

Após anos de desenvolvimento econômico, a economia canadense foi impulsionada para um grande período de expansão na agricultura, recursos industriais, manufaturas e setor de serviços¹³. Kelley e Trebilcock (1998) descrevem alguns fatores que estimularam e sustentaram o desenvolvimento econômico neste período como: a introdução de novas formas do cultivo de trigo, melhora dos preços da cesta básica, inovações tecnológicas que proporcionaram aberturas de empresas rentáveis (como hidrelétricas) e diminuição nos preços dos transportes.

Assim, de acordo com a história canadense e as estatísticas providas pelo *Statistics Canada*, a contribuição dos imigrantes tem sido determinante para o aumento da população e da economia no Canadá.

¹² “the right of minorities to maintain distinct cultural communities across generations has been discussed as a philosophical principle”

¹³O valor adicionado pelos quatro setores primários - agricultura, pesca, mineração e operações florestais - experimentou um aumento significativo, passando de US\$ 79 milhões em 1851 para US\$ 386 milhões, representando um ganho de 389%. No entanto, sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu de 47% em 1851 para 37% em 1900. Por outro lado, o valor agregado pelos dois setores secundários, ou seja, manufatura e construção, registrou um aumento substancial, passando de US\$ 38 milhões no início da segunda metade do século XIX para US\$ 264 milhões no final desse período. A parcela desses setores em relação ao PIB total aumentou de 22% para 25%. Essa elevação na importância relativa desses setores foi inteiramente atribuída ao aumento na contribuição da indústria manufatureira, enquanto a contribuição da construção permaneceu inalterada. O valor adicionado pela manufatura cresceu de US\$ 31 milhões em 1851 para US\$ 223 milhões em 1900. (KELLEYETREBILCOCK, 1998)

Gráfico 4: Aumento da população canadense 2012-2022.

Fonte: CEIC Data, (2022). Disponível em: <https://www.ceicdata.com/pt/indicador/canada/population>. Acesso em: 10 de ago de 2023

Entretanto, apesar de uma política estabelecida para atender às necessidades dos estrangeiros e inseri-los no mercado de trabalho de acordo com a demanda, a realidade enfrentada pelos imigrantes expõe outras questões. Fatores como gênero, idade, nível educacional e proficiência em inglês e francês desempenharam um papel determinante na busca por oportunidades no mercado de trabalho. As dificuldades de transição e adaptação às novas condições culturais e econômicas resultantes dos fluxos migratórios se refletem nas taxas de desemprego e no número de trabalhadores desempenhando funções que não estão alinhadas com suas qualificações educacionais.

Ainda assim, mesmo na presença de todos os desafios impostos pelo processo que envolve o estabelecimento em um novo país e com uma seleção que prioriza imigrantes qualificados de acordo com a demanda do mercado, o Canada abre suas portas, para um grupo seletivo destinado a ser mão de obra qualificada o que reflete no destino de milhares de imigrantes anualmente.

Pois há uma crescente dependência de trabalhadores estrangeiros temporários (Temporary Foreign Workers) como resposta às lacunas de mão de obra. O número de TFWs, medido pelos titulares de autorização de trabalho em 31 de dezembro de cada ano, aumentou significativamente, passando de 111.000 em 2000 para 777.000 em 2021 (STATISTICS CANADA, 2022).

Esse aumento foi particularmente proeminente em setores com menor qualificação em 2019, com destaque para a agricultura, onde os TFWs representaram 15% do total; serviços de alojamento e alimentação, com 10%; e serviços administrativos, apoio, gestão de resíduos e remediação, também com 10%. Além disso, os TFWs apresentaram uma representação significativa em setores mais qualificados, como serviços profissionais, científicos e técnicos, com 6%, e indústrias de informação e culturais, com 5% (STATISTICS CANADA, 2022).

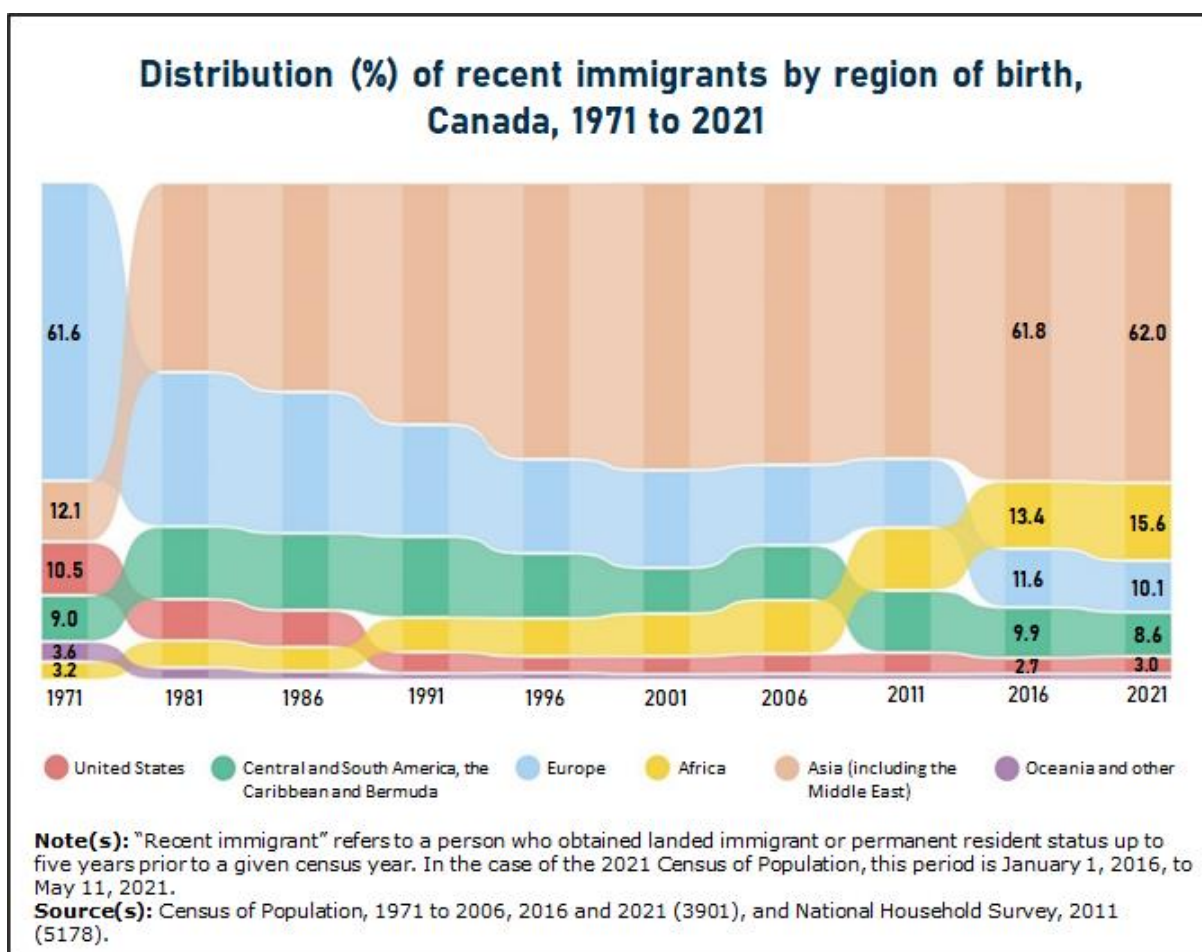
Ainda conforme a pesquisa feita pelo *Statistics Canada*, percebe-se que entre 2000 e 2019, o número de estudantes internacionais e trabalhadores estrangeiros temporários registrou um aumento notável, passando de 22.000 para 354.000. Esse aumento foi resultado tanto do aumento do número de estudantes internacionais quanto do crescimento de sua taxa de participação na força de trabalho, que subiu de 18% para 50%. Os maiores aumentos foram observados no nível pós-secundário não universitário, onde a taxa de participação na força de trabalho aumentou de 7% para 58%, e o número de participantes cresceu de 3.000 para 173.000.

Boyd e Vickers (2000) sugerem que a adaptação à nova realidade exige dos imigrantes e do governo o entendimento que segue:

Viver em uma nova sociedade requer um período de ajuste, particularmente quando uma pessoa precisa procurar por trabalho, aprender uma nova língua ou lidar com o sistema educacional, serviços médicos, agências do governo e leis que podem discordar significativamente daquelas de seus países de origem. (BOYD; VICKERS, 2000, p. 10).

Abaixo encontra-se um gráfico com a distribuição em porcentagem de imigrantes por nacionalidade abarcadas pelo território canadense que ilustra o grande fluxo migratório vivenciado pelo Canadá desde que adotou o multiculturalismo como política pública em 1971.

Gráfico 5: Distribuição em porcentagem do número de imigrantes por região de nascimento.



Fonte: Statistics Canada (2022). Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/daily-quotidien/221026/g-a004-eng.htm> Acesso em: 10 de ago de 2023

Ao analisar o gráfico percebe-se que em 1971, 10,5% dos imigrantes recentes nasceram nos Estados Unidos; 9,0% nasceram na América Central, América do Sul, Caribe e Bermudas; 61,6% nasceram na Europa; 3,2% nasceram em África; 12,1% nasceram na Ásia (incluindo o Médio Oriente); e 3,6% nasceram na Oceania e outros.

Já em 2016, 2,7% dos imigrantes recentes nasceram nos Estados Unidos; 9,9% nasceram na América Central, América do Sul, Caribe e Bermudas; 11,6% nasceram na Europa; 13,4% nasceram em África; 61,8% nasceram na Ásia (incluindo o Médio Oriente); e 0,7% nasceram na Oceania e outros.

Por fim, em 2021, 3,0% dos imigrantes recentes nasceram nos Estados Unidos; 8,6% nasceram na América Central, América do Sul, Caribe e Bermudas; 10,1%

nasceram na Europa; 15,6% nasceram em África; 62,0% nasceram na Ásia (incluindo Médio Oriente); e 0,7% nasceram na Oceania e outros.

A política de imigração, desde os anos 1970, mostra-se preocupada em manter a identidade nacional baseada na pluralidade, sendo fruto de atenção de políticos e acadêmicos por seu caráter inclusivo. Esteban e López-Sala (2010, p. 664) indicam que o modelo canadense de imigração e gestão interna da diversidade cultural, religiosa e linguística das minorias “tem demonstrado ser seu maior símbolo no denominado multiculturalismo”.

Ainda que efetivamente o multiculturalismo não extinga os problemas relacionados à diversidade, especialmente porque durante muito tempo teve seu foco voltado para as etnias, e negligenciou o secularismo. De modo, persistiu-se o racismo e os preconceitos de cunho religioso (MCNEIL, 2020)

Apesar de ter começado suas políticas imigratórias, o Canadá passa a instaurar restrições para imigrantes e o primeiro alvo são os chineses. Em 1885, proclamou-se a Lei de Imigração Chinesa, primeira legislação que excluirá imigrantes com base na sua origem étnica. O ato instaurou uma taxa de 50 dólares canadenses para cada chinês que entrasse em território canadense.

Essa legislação reduziu temporariamente a entrada de chineses que começaram a imigrar em massa para trabalhar na construção da linha férrea, Ferrovia Canadense do Pacífico. Essa taxa aumentou exponencialmente indo para 100 no início dos anos 1990 e depois para 500 dólares em 1903. Esta política restritiva seria reparada anos mais tarde, influenciada pelo multiculturalismo no país, que se preocupa em instaurar um Mês de Patrimônio Asiático, celebrado em maio (BERRY, 2013).

Embora o discurso da política multiculturalista busque não somente apenas administrar as relações étnicas e almejar produzir alguns resultados desejáveis, como igualdade, equidade e inclusão, Bloemraad, (2000) demonstra que muitas minorias visíveis no Canadá foram marginalizadas devido a diferentes formas de preconceito e discriminação e não são capazes de participar plenamente do processo político na sociedade dominante.

Por essa lógica, se os grupos ortodoxos (aqueles tidos como povos fundadores) tiverem que 'ceder' até certo ponto para manter suas culturas e identidades, outros imigrantes e suas gerações subsequentes de grupos minoritários visíveis apresentariam um nível ainda maior de assimilação na sociedade dominante.

Estas práticas de assimilação ocorrem em detrimento das relações assimétricas de poder entre os povos desde o processo de colonização. Chimamanda Ngozi Adichie, em sua palestra intitulada "O perigo da história única" (The Danger of a Single Story), discute a importância da diversidade na narrativa e na representação cultural. Ela enfatiza como a limitação da narrativa a uma única história ou perspectiva pode levar a estereótipos, preconceitos e mal-entendidos (ADICHIE, 2009).

Adichie (2009) compartilha suas próprias experiências de crescer na Nigéria e como, na infância, ela leu muitas histórias de autores estrangeiros, o que a fez acreditar que apenas pessoas com experiências culturais e históricas semelhantes às aquelas narradas nos livros eram dignas de histórias. Ela argumenta que a literatura e a mídia muitas vezes perpetuam uma única história sobre lugares e pessoas, o que resulta em uma visão simplificada e distorcida da realidade.

Morton Weinfeld (1994) e William Kymlicka (1996) realizaram um levantamento completo da literatura existente sobre assimilação étnica e retenção dessas culturas nos anos 1990, usando casamentos mistos e redes sociais, autoidentificação étnica e cultura étnica como indicadores. Constatou-se que "pelos definições e medidas mais aceitas, a assimilação etnocultural está ocorrendo, apesar da retórica do multiculturalismo, sendo mais pronunciada entre as gerações posteriores no Canadá" (WEINFELD, 1994, p. 261).

Peach (2005) também questionou se o modelo mosaico¹⁴ e o modelo *melting pot*¹⁵ tiveram algum impacto nos padrões residenciais. Seu estudo concluiu que

[...] os dados canadenses e norte-americanos parecem indicar uma situação em que todos os grupos, exceto os afro-americanos, buscam padrões de assentamento relacionados à sua própria agência, e não às restrições das políticas nacionais de seus respectivos países (PEACH, 2005, p. 23).

A afirmação de Peach pode ser compreendida à luz da já mencionada revisão de literatura, que conclui que a assimilação das minorias depende menos de políticas

¹⁴ O modelo do "mosaico" defende a ideia de que a diversidade étnica e cultural deve ser preservada e valorizada, e que os diferentes grupos culturais coexistem lado a lado, mantendo suas identidades distintas. A ênfase está na manutenção das tradições culturais e línguas de cada grupo, e a sociedade como um todo é vista como um conjunto de várias culturas que coexistem harmoniosamente. (ROCHER, 2007)

¹⁵ O modelo do "melting pot" promove a ideia de que a diversidade étnica e cultural deve se fundir em uma única cultura nacional. Nesse processo, os diferentes grupos culturais se misturam e perdem suas identidades culturais distintas. A ideia é que, ao se assimilarem à cultura dominante, os imigrantes se tornam parte integrante da sociedade, criando uma identidade nacional comum. (TAVARES E GOMES, 2018)

estatais do que de sua capacidade de possuir boa qualidade de vida dentro de suas próprias restrições religiosas e culturais. O multiculturalismo não deteve a erosão das diferenças étnicas e a assimilação está avançando rapidamente (Boldt, 1985, p.101)

Mesmo com críticas acerca de sua eficiência perante as práticas de assimilação, é válido mencionar o entendimento que Augie Fleras e Jean Elliott (2002) possuem sobre o multiculturalismo canadense, subdividindo em dimensões distintas que se constituem e se relacionam conforme explicitado abaixo:

Figura 8: Dimensões do multiculturalismo canadense



Fonte: Elaboração da autora, com base em Fleras e Elliott (1992)

É relevante considerar cada uma das dimensões como integrante do bem-estar de uma nação multicultural. Classificar o grau de importância ou prioridade de cada uma dessas nove dimensões é uma tarefa desafiadora.

Mesmo com as ressalvas aqui apresentadas, não é inadequado sustentar que, ao interpretar o multiculturalismo como um processo que promove a integração das culturas em vez da assimilação, uma unidade cultural se forma. Isso permite que a diversidade artística enriqueça as formas de pensamento e a herança cultural, além de fomentar o desenvolvimento de novas técnicas.

Adicionalmente, de acordo com Fleras e Elliott (1992), a unidade econômica, juntamente com a diversidade de relações entre imigrantes e seus países de origem, torna o Canadá um ator mais competitivo e relevante no mercado internacional. A unidade internacional, com o multiculturalismo, amplia a influência e a reputação da nação canadense nas relações com outros países.

Por outro lado, surge o Quebec, que advoga pela interculturalidade como um modelo de convivência apropriado.

3. A INTERCULTURALIDADE DE QUEBEC

A filosofia por trás da interculturalidade é baseada na ideia de que a igualdade entre as culturas em Quebec demanda franqueamento e secularização do domínio público. Devido às controvérsias e debates em torno das políticas de acomodação razoável, uma política oficial sobre o conceito de interculturalidade se tornou essencial. O relatório da Comissão Bouchard-Taylor (2007–2008) é tido como o esforço de consulta mais significativo em relação a interculturalidade. (PROULX-CHÉNARD, 2021).

Em Quebec, o conceito de interculturalidade se desenvolveu em resposta ao multiculturalismo canadense que, para alguns, nega o caráter binacional do Canadá, como já fora elucidado ao longo deste capítulo e defende comunicação e a interação entre as culturas, buscando uma qualidade interativa das relações das culturas entre si e não uma mera coexistência entre distintas culturas em um mesmo espaço (TAVARES E GOMES, 2018).

Assim, o multiculturalismo tem sido historicamente percebido por alguns como uma tentativa de eliminar o status único de Quebec no Canadá, já que é única província do país de origem francófona.

Logo, a política do multiculturalismo, de fato, reduziu o status de Quebec de uma das três nações fundadoras que compõem o Canadá (as outras duas são o Canadá Inglês e as Primeiras Nações¹⁶) para apenas uma das inúmeras minorias étnicas sob o domínio de um Canadá centralizado e de língua inglesa (LEMAN, 1999).

A seguir será abordada brevemente a formação da sociedade quebequense, para posteriormente ser possível compreender como a interculturalidade se consolidou na região.

3.1. A formação da sociedade quebequense.

A história de Quebec começa no século XVI, quando o explorador francês Jacques Cartier navegou pelo rio São Lourenço em 1534 e reivindicou a área em nome do rei da França. No entanto, a colonização permanente de Quebec só se iniciou no século XVII, quando Samuel de Champlain estabeleceu um posto comercial

¹⁶ O Canadá Inglês sendo os territórios de domínio da Inglaterra e as Primeiras Nações os índios norte-americanos, Métis e Inuit

francês na área em 1608, que mais tarde se tornaria a cidade de Quebec. (LINTEAU, 1983)

Durante o século XVII, a França procurou estabelecer uma presença colonial sólida em Quebec e na Nova França, como era conhecida a região na época. Os colonos franceses, conhecidos como "*habitants*", desenvolveram uma economia baseada na agricultura, na caça e no comércio de peles, estabelecendo um sistema de feitorias e fortalezas ao longo do rio São Lourenço (LINTEAU, 1983)

Em contrapartida, o domínio francês em Quebec foi contestado pelos britânicos durante o século XVIII, durante uma série de conflitos conhecidos como Guerras Francesas e Indianas. Esses conflitos culminaram na Batalha das Planícies de Abraham, em 1759, quando as forças britânicas sob o comando do General James Wolfe derrotaram os franceses. O Tratado de Paris, assinado em 1763, pôs fim à Guerra e transferiu o controle de Quebec e da Nova França para a Grã-Bretanha. (GAGNON, 2006)

Algumas décadas posteriores à conquista da nova colônia britânica, a população francesa remanescente desse território encontrou-se em um contexto propício devido às tensões emergentes entre as Treze Colônias e a Grã-Bretanha, delineando-se tal conjuntura através da promulgação da Lei de Quebec de 1774 (DAGENAIS, 2020).

A mencionada legislação não apenas estendeu as fronteiras da província de Quebec, mas também reconheceu a prerrogativa da liberdade religiosa para os adeptos do catolicismo, sancionando igualmente a vigência do sistema senhorial e do código civil francês (DAGENAIS, 2020).

Após o desfecho da Revolução Americana, o Ato Constitucional de 1791 traçou um novo contorno das fronteiras da província, concebendo assim a gênese de uma nova entidade colonial, o Alto Canadá (posteriormente denominado Ontário). Além disso, foi conferida uma assembleia legislativa, embora com faculdades limitadas, em cada uma das colônias resultantes (Alto Canadá e Baixo Canadá) (DICKINSON, 2008).

Ao longo do período compreendido entre 1791 e 1867, os franco-canadenses desempenharam um papel de notoriedade tanto no âmbito político quanto nos diversos matizes da esfera econômica. Investigações recentes têm atestado a extraordinária complexidade e diversificação dos mercados locais.

Em uma esfera internacional, destacaram-se alguns franco-canadenses, como Augustin Cuvillier e Joseph Masson, que mantiveram envolvimento no comércio e nas finanças internacionais. Ambos desempenharam funções administrativas no Banco de Montreal, enquanto outros indivíduos de origem francesa conceberam instituições bancárias francófonas, a exemplo do *La Banque du peuple*¹⁷ em 1835 (DICKINSON, 2008).

Os anos de 1837-38 foram marcados por rebeliões no Alto e Baixo Canadá, instigadas em prol do princípio de autogoverno, resultando na repressão militar e na produção do Relatório Durham em 1839. No cerne do relatório, Lord Durham preconizou a aplicação do autogoverno, sugerindo, entretanto, que a unificação das duas colônias seria a única solução viável para a questão franco-canadense, visando a assimilação dos francófonos.

Tal desígnio foi concretizado em 1841 por intermédio do *Union Act*, aprovado em Londres no ano de 1840 e promulgado em 1841. A Seção 41 do *Union Act* determinou que o idioma inglês fosse a única língua oficial da nova colônia. No entanto, com a abolição do regime mercantilista pela Grã-Bretanha entre os anos de 1846 e 1848, a concessão do autogoverno foi outorgada às colônias como compensação pela perda do acesso privilegiado ao mercado britânico (COUTURE, 2021).

Após esse desdobramento, uma coligação de reformistas, liderada por Robert Baldwin e Louis-Hyppolite LaFontaine, constituíram o primeiro governo democrático da Província do Canadá, formada a partir da união do Baixo e Alto Canadá, em 1848.

Os reformistas conferiram reconhecimento ao direito da língua francesa. Durante as negociações para a concepção de uma nova federação entre as colônias britânicas da América do Norte, em 1864, tornou-se evidente um crescente reconhecimento da realidade linguística e cultural francesa dentro da federação proposta (COUTURE, 2021).

¹⁷ O "La Banque du Peuple" (ou "Banco do Povo") foi uma instituição financeira criada no Canadá no século XIX. Ele desempenhou um papel significativo na história econômica e social do país. É lembrado por sua contribuição para a democratização do acesso aos serviços bancários no Canadá e por seu papel nas lutas sociais e políticas da época. Embora tenha tido um ciclo de vida relativamente curto, sua importância histórica é reconhecida como parte do desenvolvimento do sistema bancário do Canadá e do movimento em direção à inclusão financeira. (DICKINSON, 2008)

A situação política e cultural de Quebec mudou novamente no século XX, quando movimentos nacionalistas e independentistas começaram a ganhar força. Um deles mais proeminentes é a Revolução Silenciosa.

Também chamada de "*Révolution tranquille*" foi um período de transformação social, política e cultural que ocorreu na província de Quebec, no Canadá, durante as décadas de 1960 e 1970. Esse movimento marcou uma mudança significativa na sociedade quebequense, tanto em termos de suas instituições políticas quanto de sua identidade cultural e linguística (GAUVREAU, 2008)

Ainda de acordo com Michael Gauvreau (2008) durante esse período, Quebec passou por uma série de reformas que visavam modernizar a província e reduzir a influência da Igreja Católica e das elites tradicionais. Algumas das mudanças mais notáveis incluíram:

1. Laicização: A redução da influência da Igreja Católica sobre as instituições públicas e a sociedade em geral. As escolas públicas foram secularizadas, removendo a influência religiosa do sistema educacional. Além disso, a influência da Igreja nas áreas de saúde e assistência social também foi diminuída.

2. Modernização do setor econômico: Houve um esforço para diversificar e modernizar a economia de Quebec. Isso envolveu a promoção da industrialização e do desenvolvimento econômico, bem como investimentos em setores tecnológicos e de pesquisa.

3. Reforma Política: O governo provincial passou por reformas políticas que procuravam aumentar a participação popular e garantir maior responsabilidade do governo perante os cidadãos. Foram realizadas mudanças no sistema eleitoral e na administração pública.

4. Promoção da Identidade Cultural: Houve um ressurgimento do nacionalismo e da promoção da cultura e língua francesas em Quebec. Isso incluiu a adoção de políticas para proteger e promover o francês como língua predominante na província.

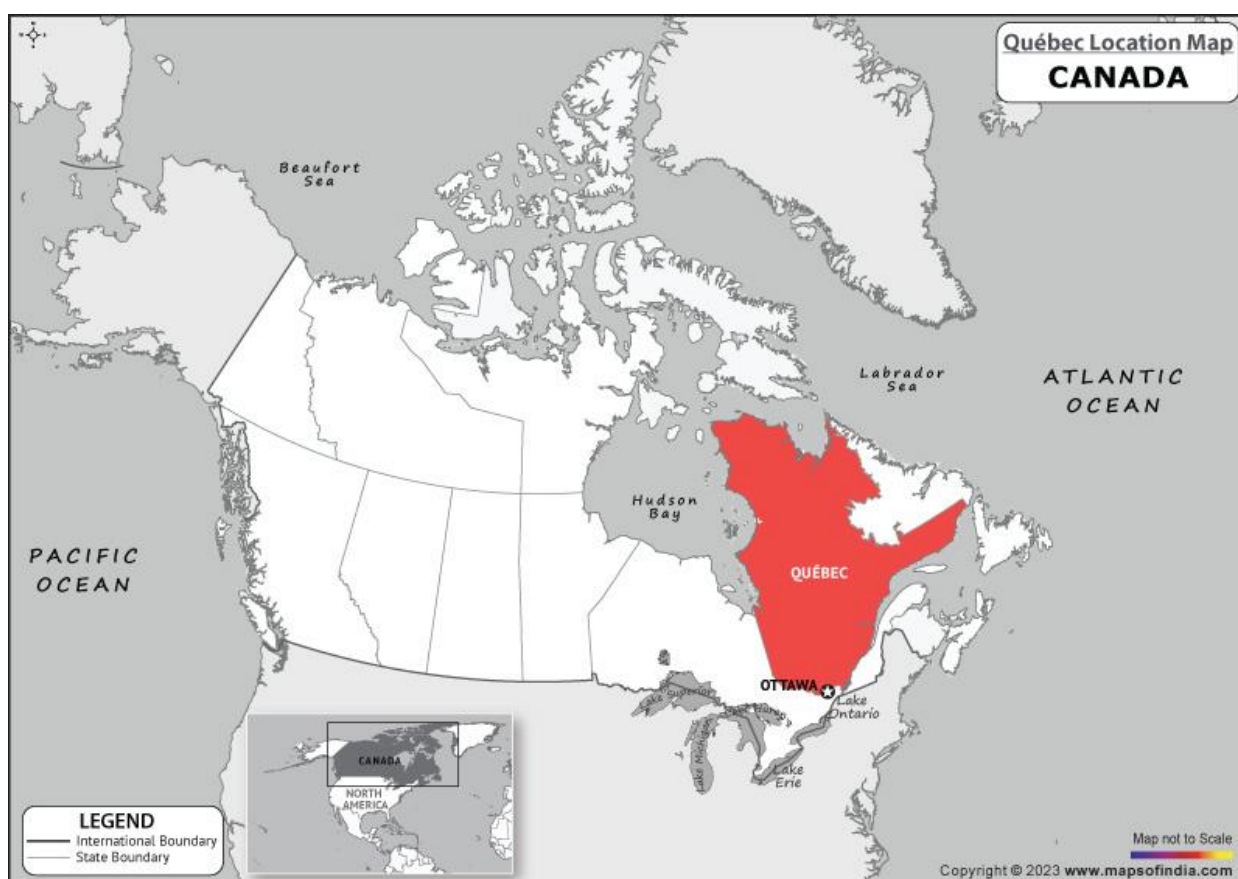
5. Reivindicação de Autonomia: A Revolução Silenciosa também fomentou um sentimento de busca por maior autonomia para Quebec em relação ao governo federal canadense. Isso culminou no movimento pelo separatismo, que buscava a independência de Quebec do Canadá, embora esse movimento não tenha alcançado o sucesso em referendos subsequentes. (GAUVREAU, 2008)

Nesse contexto, nos anos de 1980 e 1995, Quebec conduziu plebiscitos com o propósito de determinar a viabilidade de sua separação do Canadá e a subsequente

formação de uma nação independente. Em ambas as ocasiões, a maioria dos eleitores optou por permanecer integrada ao Canadá. Contudo, o diálogo em relação à soberania de Quebec mantém-se como uma pauta vigente na atualidade (COUTURE, 2021).

Na presente conjuntura, Quebec ocupa uma posição distinta no seio do Canadá. A província é caracterizada por sua população predominantemente francófona e é reconhecida como uma sociedade única, com suas próprias normas legais, instituições e expressões culturais. Quebec desempenha um papel significativo nos âmbitos político e econômico do Canadá, continuando a ser um centro de interesse em debates que envolvem questões de identidade, língua e autonomia dentro do país.

Figura 9: Mapa da localização de Quebec em Canadá



Fonte: Maps of India (2023) Disponível em: <https://www.mapsofindia.com/world-map/canada/quebec/location-map.html> Acesso em: 15 de ago de 2023

A seguir serão apresentadas as políticas de migração quebequense e a proposta intercultural tão defendida pelos franco-canadenses

3.2A proposta intercultural e as políticas de migração quebequenses

A adesão ao multiculturalismo como política oficial pela Câmara dos Comuns do Canadá no ano de 1971 representou uma marcante ruptura com a política anterior do país, que adotava um paradigma de biculturalismo, centrado nas línguas francesa e inglesa.

Conforme estabelecido por essa política bicultural, o respaldo às comunidades de minorias culturais estava, em sua maioria, direcionado às minorias de língua francesa fora de Quebec e às minorias de língua inglesa que habitavam regiões predominantemente francófonas do território canadense (LABELLE, 2005).

Esta prática suscitou alegações de tratamento desigual por parte de significativas minorias culturais, notadamente nas regiões ocidentais do Canadá, exemplificadas pelas comunidades ucranianas e alemãs, as quais ocasionalmente superavam em número suas contrapartes de língua francesa.

A política de multiculturalismo foi então apresentada como um compromisso que visava atender às demandas dessas relativamente novas, porém frequentemente estabelecidas comunidades culturais, ao mesmo tempo em que contemplava as preocupações dos falantes de francês que resistiam à concessão de direitos e privilégios, tal como reconhecidos pela legislação canadense (ROCHER, LABELLE, FIELD e ICART, 2007).

O governo federal sustentava a importância do bilinguismo¹⁸, implicando que os recém-chegados ao Canadá deveriam adotar uma das duas línguas oficiais, ou seja, o francês ou o inglês. Como contrapartida, o governo federal estendia seu apoio de forma indiscriminada a qualquer grupo cultural no país.

De acordo com a doutrina do multiculturalismo, todos os grupos étnicos, não apenas os de língua francesa, detinham o mesmo direito de prosperar no seio da sociedade canadense. Este paradigma buscava promover a equidade cultural, desvinculando-a das características linguísticas, ampliando o leque de oportunidades culturais e reforçando a inclusão social no contexto canadense.

¹⁸Bilinguismo é a capacidade de falar fluentemente duas línguas. No Canadá, o termo assumiu um significado mais particular: a capacidade de comunicar, ou a prática de comunicar, em ambas as línguas oficiais do Canadá, inglês e francês. De acordo com o Censo de 2021, 18% dos canadenses falam inglês e francês. (COOPER, 2022)

O Canadá, como disse o primeiro-ministro canadense Pierre Elliot Trudeau (1968–79; 1980–84), continuaria a ter dois idiomas oficiais, mas "nenhuma cultura seria mais oficial do que qualquer outra" (ROCHER, 2007, p. 30).

Em Quebec, a política pública do multiculturalismo foi amplamente interpretada como uma estratégia cooperativa do governo liderado por Trudeau para conter o movimento secessionista em Quebec. Em especial, ao dissociar a dimensão linguística da cultural, o multiculturalismo parecia ter sido especificamente concebido com o propósito de desacreditar a crescente e enérgica reivindicação de soberania por parte de Quebec. Essa reivindicação apelava, dentre outros argumentos, ao princípio federalista que fundamenta a existência do Canadá (SEYMOUR, 1999).

Assim sendo, em 1981, o Ministério das Comunidades Culturais e da Imigração definiu os seus objetivos interculturais ao publicar um plano de ação intitulado *Autant de façons d'être Québécois* (Múltiplas formas de ser quebequense). O plano falava sobre o desenvolvimento de uma estratégia para: desenvolver comunidades culturais e garantir que a sua singularidade seja mantida; sensibilizar os francófonos para a contribuição das comunidades culturais para o património e o desenvolvimento cultural do Quebec; facilitar a integração das comunidades culturais na sociedade do Quebec, especialmente dos setores historicamente excluídos que possuam sub-representações nos contextos institucionais. (GAGNON, 2007).

Dois anos mais tarde, a Assembleia Nacional aprovou legislação criando o *Conseil des communautés culturelles et de l'immigration* (Conselho de Comunidades Culturais e Imigração), mais tarde conhecido como *Conseil des rapports interculturelles* (Conselho de Relações Interculturais). O Conselho aconselhou o ministro sobre o planeamento e implementação de políticas governamentais relacionadas com comunidades culturais e imigração. Também encomendou estudos e realizou pesquisas sobre questões relevantes (BLAD, COUTON, 2009)

Cabe destacar que, como apontado Handler (1988), que uma coisa é pensar o Quebec a partir de uma ideia de construção nacional (no caso, o Canadá multicultural), outra é dizer que todos os quebequenses são nacionalistas. Para ele, a questão política que se coloca é como promover a integração das minorias na estrutura sem tirar delas as próprias presenças como minorias. Ademais, conforme o autor, há desacordos sobre o conteúdo da existência nacional, em que a noção de nação pode

estar relacionada a uma coleção de indivíduos, a um indivíduo coletivo e ao modo como as pessoas se entendem como membros de uma nação.

Novamente, em 1985 o Governo de Quebec publicou a *Déclaration sur les rapports interethniques et interraciales* (Declaração sobre Relações Interculturais e Inter-raciais). Esta declaração condena o racismo e a discriminação racial e compromete o governo a “encorajar a plena participação de todas as pessoas no desenvolvimento económico, social e cultural de Quebec, independentemente da cor, religião, origem étnica ou nacional”. (IMMIGRATION ET COMUNAUTÉS CULTURELLES, 2005. p. 12)

No que tange às políticas de migração, a predominância da língua francesa na província é destacada e complementa os demais critérios de seleção, notadamente diplomas e experiências de trabalho, que têm adquirido crescente relevância como critérios preponderantes. Entretanto, o critério linguístico, ao longo da última década, tem perdido certa primazia à medida que os critérios se tornaram mais diretamente alinhados com as demandas do mercado de trabalho (BLAD, COUTON, 2009)

Quebec enfatiza a utilização da língua francesa como um meio de integração dos imigrantes, visando a construir uma sociedade genuinamente acolhedora. A promoção do uso de uma língua comum, especialmente no âmbito público, é concebida como uma ferramenta para fomentar o senso de pertencimento e coesão social. Além disso, busca-se facilitar a participação plena de todos os indivíduos nos processos democráticos e nas diversas instituições da sociedade civil. (LEMIEUX, 2012)

Ao longo do tempo, as políticas de interculturalidade e multiculturalismo têm adotado abordagens convergentes na promoção da integração social. Ambos os modelos partilham premissas similares de pluralismo cultural.

É relevante ressaltar que os sucessivos governos no Quebec, desde meados da década de 1970 - quando o então primeiro-ministro de Quebec, Robert Bourassa, (1970–1976 e 1985–1994) expressou a objeção de Quebec à política de multiculturalismo em uma correspondência enviada ao primeiro-ministro Pierre Trudeau até as eleições gerais de 2018, perseguiram objetivos análogos, todos voltados para a preservação da identidade francófona, considerando Quebec como uma província, cuja língua francesa constitui um traço distintivo essencial do contexto social (GAGNON, GARON, 2019)

A principal meta tem sido a criação das condições mais favoráveis possíveis para que os imigrantes desempenhem um papel central na edificação de uma sociedade moderna, na qual o uso da língua francesa contribua para a consolidação do sentimento de pertencimento e coesão social (LEMIEUX, 2012)

A orientação intercultural de Quebec em relação aos imigrantes e à diversidade foi ainda confirmada com o lançamento, no final de 1990, de um documento intitulado *Vamos Construir o Quebec Juntos: Uma Declaração Política sobre Imigração e Integração*.

Três princípios foram reforçados na política do governo: Quebec é uma sociedade de língua francesa; democrática na qual se espera que todos contribuam para a vida pública pluralista que respeita a diversidade de várias culturas dentro de uma estrutura democrática (LABELLE, 2005)

Para cumprir estas obrigações, o Livro Branco propôs um “contrato moral” formal entre imigrantes e quebequenses nativos. Quebec se declararia uma sociedade francófona e pluralista, mas consciente das diferenças culturais. Os imigrantes subscreveriam a Carta dos Direitos Humanos e Liberdades de Quebec e contribuiriam para a construção da identidade nacional em cooperação com os quebequenses nascidos na província (LEMIEUX, 2012)

Todas as pessoas gozam de liberdades fundamentais, como a liberdade de consciência, a liberdade de religião, a liberdade de opinião, a liberdade de expressão, a liberdade de reunião pacífica e a liberdade de associação. [...] Toda pessoa tem direito ao reconhecimento e ao exercício, em plena igualdade, dos direitos e liberdades da pessoa, sem distinção, exclusão ou preferência baseada em raça, cor, sexo, identidade ou expressão de gênero, gravidez, orientação sexual, estado civil, idade, exceto na medida prevista por lei, religião, crenças políticas, idioma, origem étnica ou nacional, condição social, deficiência ou uso de meios para superar essa deficiência. A discriminação ocorre quando tal distinção, exclusão ou preferência tem por efeito destruir ou comprometer este direito. (art. 3 e 10, GOVERNO DE QUEBEC, 1975)¹⁹

Já em 2005, a Assembleia Nacional aprovou uma legislação criando o Ministério da Imigração e Comunidades Culturais, que substituiu o antigo Ministério das Comunidades Culturais e Imigração. Tal como previsto na legislação, as principais funções do Ministério da Imigração e Comunidades Culturais no que diz respeito às comunidades culturais são: apoiar as comunidades culturais, a fim de facilitar a sua

¹⁹1975, c. 6, a. 10; 1977, c. 6, a. 1 ; 1978, c. 7, a. 112 ; 1982, c. 61, a. 3 ; 2016, c. 19 , a. 11

plena participação na sociedade do quebequense; promover a abertura ao pluralismo; e propiciar relações interculturais mais estreitas entre o povo de Quebec (ROCHER, 2007) Abaixo seguem algumas das atribuições deste Ministério:

Os deveres do ministro em relação à imigração incluem, em particular mais especificamente: (1) estabelecer metas para o número de estrangeiros que podem ser admitidos em um determinado período, levando em conta as necessidades e a capacidade de recepção da sociedade, respeitando os valores de reunificação familiar e solidariedade internacional e da solidariedade internacional; (2) informar, recrutar e selecionar imigrantes e facilitar sua instalação em Quebec; (3) supervisionar a seleção de estrangeiros que desejam se estabelecer temporariamente em Quebec (4) tomar as medidas necessárias para garantir que as pessoas que se estabeleçam em Quebec adquiram, assim que chegarem ou mesmo antes de deixarem seu país de origem antes de deixarem seu país de origem, adquiram o conhecimento da língua francesa e promover o uso desse idioma pelos imigrantes; (5) promover a integração linguística, social e econômica dos imigrantes na sociedade de Quebec.(QUEBEC, 2005. Documento eletrônico, p. 16 tradução da autora)²⁰

Mesmo com os avanços no que tange a constitucionalizar os direitos dos imigrantes em prol de uma integração, na prática o conceito de acomodação razoável permanecia, ou seja, exigir que todas as partes (tais como empregadores e governo) acomodem, até certo ponto, as crenças e práticas de todos os cidadãos canadenses. Uma medida problemática, já que acaba se tornando uma assimilação cultural (ANCTIL, 2011)

Em 2006 houve uma série de eventos que provocaram um endurecimento das atitudes no Quebec em relação às práticas culturais diferentes das da população majoritariamente francófona. Estes incluíram a decisão da Suprema Corte do Canadá de 2006 no caso *Multani* (*Multani v. Commission scolaire Marguerite Bourgeoys*) sobre a questão de os Sikhs²¹ usarem kirpans (punhais cerimoniais religiosos) nas escolas.

O Supremo Tribunal reverteu a decisão do Tribunal de Apelação de Quebec e confirmou o veredito do tribunal inferior, que autorizava o estudante Gurbaj Singh

²⁰ "Les fonctions du ministre en matière d'immigration se concentrent principalement sur les points suivants : 1° définir des objectifs concernant le nombre de ressortissants étrangers admissibles au cours d'une période donnée, en tenant compte des besoins et de la capacité d'accueil de la société, tout en respectant les valeurs de réunification familiale et de solidarité internationale ; 2° informer, recruter et sélectionner les immigrants et faciliter leur établissement au Québec ; 3° superviser la sélection des ressortissants étrangers souhaitant s'établir temporairement au Québec ; 4° prendre les mesures nécessaires pour que les personnes s'installant au Québec acquièrent, dès leur arrivée ou même avant de quitter leur pays d'origine, une connaissance de la langue française et promouvoir l'utilisation de cette langue par les immigrants ; 5° favoriser l'intégration linguistique, sociale et économique des immigrants dans la société québécoise."

²¹ Grupo etnorreligioso que adere ao Siquismo, uma religião dármica que se originou no final do século XV na região do Punjab, no subcontinente indiano, com base na revelação do Guru Nanak

Multani a portar seu kirpan na escola. A Suprema Corte do Canadá concluiu que era uma acomodação razoável²² permitir que o jovem usasse o kirpan, desde que estivesse devidamente acondicionado "dentro de uma bainha de madeira e embalado e costurado com segurança em um envelope de tecido resistente".

Essa decisão gerou amplo debate em Quebec, incluindo as observações da juíza Louise Charron, que argumentou que a decisão do Tribunal de Apelação de Quebec havia demonstrado desrespeito aos fiéis da religião Sikh e não tinha levado em consideração os valores canadenses fundamentados no multiculturalismo (WOEHLING, 2011, p. 76-79).

As preocupações relacionadas à identidade e à acomodação razoável também encontraram expressão no âmbito político. Em 2007, durante a Assembleia Nacional do Quebec, o partido de oposição *Parti Québécois*, sob a liderança de Pauline Marois, propôs o Projeto de Lei 195, conhecido como a Lei de Identidade de Quebec, que visava estabelecer a cidadania de Quebec. Contudo, essa iniciativa não foi aprovada (WOEHLING, 2011)

No mesmo ano, nas eleições gerais de Quebec, o partido *Action démocratique du Québec* (ADQ), liderado por Mario Dumont, conquistou 41 assentos, tornando-se a oposição oficial. A ADQ centrou sua campanha eleitoral na questão das acomodações razoáveis, argumentando que essas medidas haviam ido longe demais. Após as eleições, o novo governo minoritário liderado pelo Partido Liberal de Jean Charest estabeleceu uma comissão para examinar a questão da acomodação razoável (ANCTIL, 2011)

Nesse sentido, mês de fevereiro do ano de 2007, em resposta a uma incessante efervescência midiática e uma substancial pressão de cunho político, foi instituída uma comissão pública que se debruçaria sobre a temática da acomodação razoável, sendo encabeçada pelo historiador Gérard Bouchard e pelo filósofo Charles Taylor.

A Comissão Bouchard-Taylor²³ delineou como propósito primordial a realização de um levantamento das práticas relacionadas à acomodação razoável em diversos

²² A acomodação razoável é uma expressão que se refere à tentativa das sociedades modernas de acomodar as necessidades das várias minorias dentro da sociedade civil por oportunidades iguais (LEROUX, 2010)

²³ A Comissão Consultiva de Quebec sobre Práticas de Acomodação Relacionadas às Diferenças Culturais, conhecida como Comissão Bouchard-Taylor, foi instaurada pelo então primeiro-ministro liberal Jean Charest em 8 de fevereiro de 2007. A sua criação decorreu em resposta ao aumento das

setores da esfera pública. Bem como a avaliação da percepção pública referente a essa problemática, culminando na formulação de um conjunto de diretrizes acerca da forma mais apropriada para lidar com as disparidades, as quais fossem congruentes com a natureza de Quebec enquanto uma sociedade democrática de cunho liberal (LEROUX,2010).

Ao longo do verão de 2007, a comissão deu início à realização de audiências públicas de caráter televisionado em todo o âmbito da província, e, em maio de 2008, fez pública a sua síntese conclusiva intitulada *Building the Future: A Time for Reconciliation* (LEROUX, 2010).

Em seu relatório, Bouchard e Taylor (2008, p.42) definem a interculturalidade da seguinte forma:

Em resumo, poderíamos dizer que a interculturalidade de Quebec a) institui o francês como o idioma comum das relações interculturais; b) cultiva uma orientação pluralista que é altamente sensível à proteção dos direitos; 3 c) preserva a tensão criativa entre a diversidade e a continuidade do núcleo de língua francesa e o vínculo social; d) dá ênfase especial à integração; e Thé) defende a interação.

Nessa breve descrição são notórios os aspectos característicos da interculturalidade, com uma forte ênfase no valor da interação cultural e uma orientação para a integração no contexto de uma cultura comum.

Vale destacar que conforme versa Bouchard e Taylor em seu relatório final nos debates em questão, as acomodações razoáveis muitas vezes são incorretamente apresentadas pelos nacionalistas como resultados prejudiciais da Carta Canadense de Direitos e Liberdades.

Nessa perspectiva equivocada, essas acomodações são interpretadas como um processo unidirecional no qual "sempre são os imigrantes... que prevalecem [e, portanto] sempre são os franco-canadenses que resistem" (BOUCHARD, TAYLOR, 2008 p.67).

tensões públicas relacionadas à questão da acomodação razoável de grupos minoritários étnico-culturais e religiosos, notadamente muçulmanos, sikhs e judeus, frente à maioria historicamente católica franco-canadense na província de Quebec. Os co-presidentes da comissão foram o professor Gérard Bouchard, da Université du Québec à Chicoutimi, e o professor emérito Charles Taylor, da Universidade McGill. Dessa forma, a Comissão Bouchard-Taylor foi constituída com o objetivo de abordar e analisar essas questões delicadas.

A suposta, embora não real, multiplicação das demandas de acomodação é vista como uma recusa dos imigrantes à integração e, ao fazer isso, eles são acusados de "quebrar o pacto implícito com a sociedade de acolhimento" (BOUCHARD, TAYLOR, 2008 p.67)

Em 2011, o *Conseil des Rapports Interculturelles* (Conselho de Relações Interculturais) foi dissolvido. As suas atividades foram integradas com as atividades do Ministério da Imigração e Comunidades Culturais. O Ministério da Imigração e Comunidades Culturais, por sua vez, tornou-se o Ministério da Imigração, Diversidade e Inclusão anos mais tarde. (GAGNON, GARON, 2019)

Além disso, uma nova política sobre imigração, participação e inclusão intitulada Juntos, Somos Quebec e um plano de ação, com quatro objetivos foram publicados pelo governo federal no ano de 2016, o documento tinha como principais metas:

- aproveitar os benefícios estratégicos da imigração permanente e temporária;
- possibilitar que os imigrantes concluam o processo de imigração de forma rápida e eficaz;
- reforçar a confiança e a solidariedade entre pessoas de todas as origens;
- e lutar pela igualdade substantiva através da cooperação com líderes económicos, parceiros comunitários locais e departamentos e agências (BEAUREGARD, GAGNON E GARON, 2020)

Ademais, a Assembleia Nacional aprovou uma lei no ano subsequente para promover a adesão à neutralidade religiosa do Estado e, em particular, para fornecer um quadro para pedidos de acomodações por motivos religiosos em determinados organismos. Esta legislação estabeleceu os procedimentos para a prestação e recepção de serviços de organizações públicas com os rostos descobertos (GAGNON, GARON, 2019)

O sistema de imigração provincial de Quebec se diferencia significativamente dos demais sistemas provinciais, uma vez que não apenas detém a autoridade para a seleção de imigrantes, mas também assume um conjunto específico de

responsabilidades. Em contrapartida, Quebec recebe uma compensação financeira em reconhecimento aos serviços prestados no âmbito da imigração

. O acordo político em constante evolução estabelece que o Canadá abre mão de participar tanto dos processos burocráticos relacionados à imigração quanto dos procedimentos de integração dos imigrantes em Quebec. Enquanto a província quebequense, por sua vez, comprometeu-se de maneira contratual a assumir uma série de obrigações que normalmente outras províncias delegam ao governo federal canadense. (ROCHER, 2023).

No âmbito deste acordo, a alocação de imigrantes destinados a Quebec é limitada à sua parcela percentual da população nacional, que equivale a aproximadamente 23 por cento, conforme registrado no censo de 2021. Adicionalmente, um acréscimo de 5 por cento eleva essa proporção para 28 por cento até 2023. Existem exceções para refugiados e imigrantes de classe familiar, embora Quebec possua um processo específico para os locais que atuam como patrocinadores de refugiados (ROCHER, 2023).

O mencionado acordo identifica uma gama de "serviços de acolhimento e integração linguística, cultural e econômica" dos quais o governo federal canadense abdica. Os migrantes são recebidos com informações sobre o Quebec e seus direitos e deveres. Isso inclui informações sobre a sociedade, sistema de saúde, educação, legislação e outros aspectos importantes.

Além disso são oferecidas aulas de francês, assistência social, médica, serviços de emprego, acolhimento comunitário e atividades culturais para promover a cultura quebequense. Para tanto, Quebec recebe uma compensação financeira fixa, que, ao longo do tempo, passou de um montante-base de US\$ 75 milhões em 1991-1992 para US\$ 90 milhões em 1994-1995 (KOSTOV, 2007)

Esse mecanismo de compensação, então e atualmente, se baseia em fórmulas, sendo indexado ao aumento dos gastos federais com imigração e integração, bem como ao crescimento do número de imigrantes não francófonos selecionados por Quebec (KOSTOV, 2007)

Nesse sentido, dentre todas as províncias, somente Quebec possui a prerrogativa de determinar anualmente o número de imigrantes de perfil econômico a

serem selecionados. Quebec elabora sua lista de critérios de seleção de acordo com sua própria deliberação. Até agosto de 2018, os candidatos aos fluxos regulares de imigração, incluindo programas destinados a trabalhadores qualificados e imigrantes empresariais, estavam sujeitos a avaliações baseadas em um sistema de pontos para serem incluídos na lista de candidatos potenciais. Após a inscrição na lista, os candidatos eram convocados até que as cotas de seleção fossem atingidas (BEAUREGARD, GAGNON E GARON, 2020)

Ainda de acordo com Beauregard, Gagnon e Garon, os autores analisaram a partir do relatório oficial publicado pelo Departamento de Imigração, Diversidade e Inclusão de Quebec que o número de imigrantes cresceu significativamente em 2018 e aumentou ainda mais em 2019, com um notável incremento de 17,64%. Até 2019, esses imigrantes eram selecionados por meio de um processo de sorteio (MIDI, 2018)

Vale mencionar que em 2008, o governo federal canadense estabeleceu o *Canadian Experience Class* (CEC), um novo programa de imigração destinado a facilitar a transição de status de trabalhador temporário para residente permanente. Este programa consagrou o princípio de que os recém-chegados deveriam idealmente assegurar emprego no território canadense antes de serem selecionados. Em virtude de sua prévia integração no local de trabalho, o programa CEC reforçou a capacidade do Canadá de incorporar os imigrantes. Em 2014, 99,2% dos candidatos afirmaram possuir proficiência em francês ou inglês (CANADA, 2018)

Para ser elegível para o CEC, deve-se atender aos seguintes critérios básicos: Ter pelo menos 1 ano de experiência de trabalho em tempo integral ou equivalente em parte do tempo no Canadá nos últimos 3 anos antes de se candidatar;

Ter adquirido sua experiência de trabalho no Canadá legalmente, ou seja, enquanto detinha um visto de trabalho ou um status de residente temporário; demonstrar proficiência em inglês ou francês, geralmente através de testes de linguagem reconhecidos, como o IELTS para o inglês ou o TEF para o francês (CANADA, 2018)

Para se qualificar para a residência permanente por meio do CEC, é necessário criar um perfil no sistema *Express Entry*, no qual uma pontuação é avaliada com base em diversos critérios, incluindo idade, histórico de trabalho, formação e proficiência

em idiomas. Aqueles candidatos com as pontuações mais elevadas recebem convites para se inscreverem no programa.

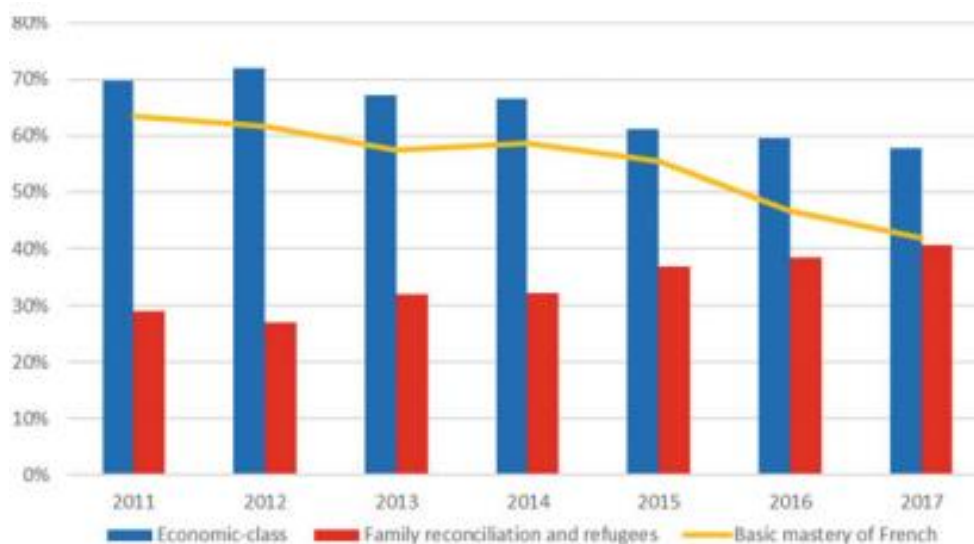
Em resposta, Quebec implementou o *Quebec Experience Program* (PEQ), que foi instituído em 2010 e rapidamente se tornou um dos pilares centrais de seu sistema de imigração. PEQ é dividido em duas categorias principais: categoria Trabalhador voltada para pessoas que têm experiência de trabalho no Quebec, geralmente com um visto de trabalho temporário.

É necessário ter uma oferta de emprego no Quebec para se qualificar para esta categoria. E categoria Estudante, para estudantes internacionais que tenham completado um programa de estudos em uma instituição de ensino reconhecida no Quebec. Os estudantes que concluíram com sucesso seus estudos e atenderam a outros requisitos podem se candidatar ao PEQ na categoria de estudante (QUEBEC, 2015)

Dentre os requisitos gerais é necessário ter uma intenção genuína de residir na província de Quebec e uma proficiência adequada em francês, já que Quebec é uma província francófona. Isso geralmente é avaliado por meio de testes de proficiência em francês reconhecidos, como o TEF (*Test d'évaluation de français*).

Os candidatos devem preparar e apresentar sua candidatura ao PEQ, incluindo a documentação necessária e as taxas aplicáveis. As candidaturas são enviadas para o *Ministère de l'Immigration, de la Francisation et de l'Intégration* (Ministério de Imigração, Francização e Integração) do Quebec (QUEBEC, 2015)

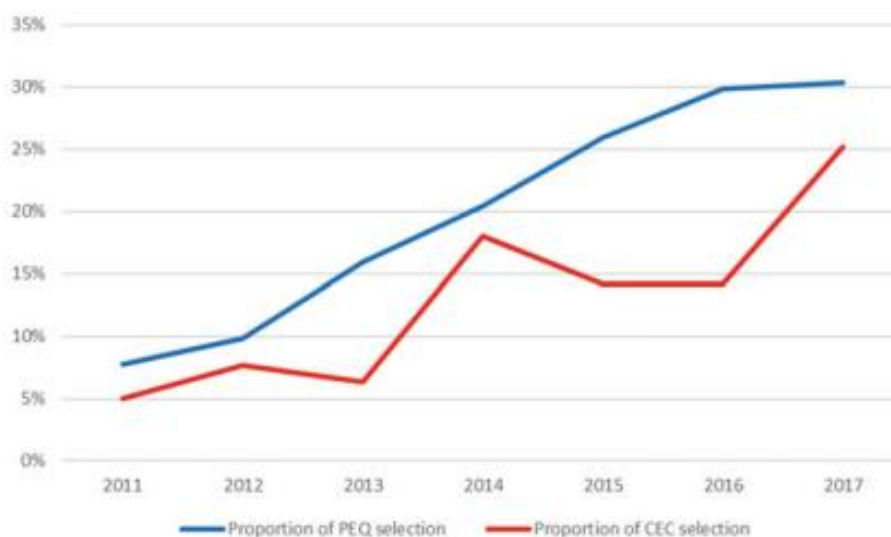
Gráfico 6 :Categorias de imigrantes selecionados por Quebec e de acordo com o nível de proficiência em língua francesa



Fonte: Ministério da Imigração, Diversidade e Inclusão de Quebec. Relatório anual de gestão 2015–2016 e 2017–2018

De 2011 a 2014, o número de imigrantes temporários que trabalhavam ou estudavam e que receberam certificados de seleção de Quebec aumentou de 14,1% para 23,9%, atingindo expressivos 47,1% em 2017. Embora nem todos os imigrantes temporários tenham se beneficiado do PEQ, como demonstrado no Gráfico 6, a abrangência do programa excedeu substancialmente as expectativas do governo, que havia inicialmente estipulado uma meta de 20% para imigrantes com experiência de trabalho em Quebec. Em 2017, essa meta foi elevada para 40% (BEAUREGARD, GAGNON E GARON, 2020)

A seguir mais um gráfico responsável por comparar a proporção de imigrantes econômicos que foram selecionados por meio dos programas CEC e PEQ.

Gráfico 7: Proporção de imigrantes PEQ e CEC em relação à categoria econômica

Fonte: Canadá, Relatório anual de 2012 a 2018 ao Parlamento sobre Imigração, elaborado pelo Ministério da Imigração, Diversidade e Inclusão de Quebec.

Para Quebec, fora dividido o número de imigrantes selecionados por meio do PEQ pelo número total de imigrantes selecionados por meio dos outros fluxos, ou seja, os programas de trabalhadores qualificados de Quebec e de imigração empresarial de Quebec. Já referente ao restante do Canadá, fora dividido o número de imigrantes selecionados por meio do programa CEC pelo número total de imigrantes econômicos selecionados pelo governo federal. Imigrantes econômicos selecionados pelo governo federal. Isso inclui candidatos enviados pelas províncias, bem como os trabalhadores qualificados econômicos federais, cuidadores econômicos, econômicos, negócios econômicos e programas piloto de imigração atlântica.

É possível observar que, a partir de 2017, quase um terço dos imigrantes econômicos de Quebec foram selecionados por meio do PEQ. Além disso, Quebec dependeu mais desse programa do que outras províncias que usaram o programa CEC equivalente (MIDI, 2018)

Nesta seção foi discutido sobre a proposta intercultural defendida por Quebec em meio as políticas migratórias quebequenses, portanto se conclui que a província possui uma maior autonomia em comparação às demais províncias canadenses, no qual possui a benefício de determinar anualmente o número de imigrantes de perfil econômicos, ou seja, aqueles tidos como mão de obra qualificada, a serem selecionados. Quebec elabora sua lista de critérios de seleção de acordo com sua própria deliberação.

A questão linguística ainda que não seja o critério determinante atualmente para grande parte das migrações, segue sendo valorizada visto que os níveis de proficiência no idioma francês permanecem em constante análise e estudo. De modo que na interpretação de Quebec a diferença mais evidente entre o multiculturalismo canadense e a interculturalidade de Quebec é a crença quebequense de que a língua está inexoravelmente ligada à cultura: A seguir serão discutidas as semelhanças e diferenças entre o Canadá multicultural e a Quebec intercultural

4. CANADÁ MULTICULTURAL E QUEBEC INTERCULTURAL: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Embora a interculturalidade compartilhe certos princípios com o multiculturalismo, como o respeito, a não discriminação e a igualdade, esses dois modelos diferem substancialmente em sua concepção de identidade cultural e da estrutura social.

A interculturalidade, portanto, fundamenta-se na premissa de que enfatizar as semelhanças entre indivíduos e grupos de origens diversas, bem como promover o contato e interações positivas entre eles, favorece a coesão social e possibilita a superação das barreiras que resultam na exclusão social (CANTLE, 2011).

Por outro lado, o multiculturalismo se concentra nas dinâmicas de poder entre a maioria e as minorias, destacando as barreiras existentes entre grupos culturalmente distintos. O multiculturalismo não apenas falha em reconhecer que identidades e afinidades são moldadas e evoluem ao longo do tempo, mas também perpetua uma concepção essencialista dos grupos culturais, reforçando assim o paradigma de "nós" versus "eles". Conseqüentemente, este modelo, paradoxalmente, fortalece aquilo que pretende combater (IMBERT, 2020)

Essas deficiências decorrem de uma concepção equivocada da dimensão cultural da integração, que enfatiza excessivamente as diferenças e, por conseguinte, contribui para a marginalização das culturas e dos migrantes, perpetuando assim um ciclo vicioso de pobreza e exclusão, principalmente por meio da criação de guetos étnicos (WHITE, 2017)

Em contraste, a interculturalidade reconhece a importância da cultura na formação de comunidades coesas, no acesso aos direitos e nas oportunidades de realização. Além disso, destaca a necessidade de permitir que cada identidade cultural sobreviva e se desenvolva em um ambiente onde todas as culturas têm o direito de contribuir para a paisagem cultural da sociedade à qual pertencem. A interculturalidade se baseia na compreensão de que as comunidades prosperam quando estão em contato umas com as outras, em vez de isoladas, e busca promover relações interculturais para fortalecer a confiança e o tecido social.

Por exemplo, os críticos – Charles Taylor (2012) Gerard Bouchard, (2015) Patrick Imbert (2020) – em Quebec sempre argumentaram que a abordagem do multiculturalismo, ao tentar separar a noção de nacionalismo do conceito de nação, poderia comprometer a identidade nacional comum do Canadá. Reconhecendo

implicitamente que a versão do multiculturalismo preferida pelo governo Trudeau parecia subestimar a ameaça de fragmentação social, algumas modificações implementadas na política durante a década de 1990 procuraram remediar essa deficiência (IMBERT, 2020).

Ademais, o crescente foco no Canadá em coesão social, intercâmbio intercultural e busca por uma identidade coletiva contribuíram para uma evolução do multiculturalismo em relação à sua forma original, e para uma redução de certas distinções entre os modelos de convivência que antes eram mais proeminentes em relação à interculturalidade e ao multiculturalismo. Ou seja, segundo Rocher (2007) ambos os modelos buscavam atingir três objetivos em comum. Primeiramente, compartilham um amplo objetivo social de promover a integração, em vez da assimilação, dentro da cultura social mais ampla.

É importante mencionar que as políticas de integração não visavam minimizar as diferenças culturais ou facilitar um progressivo abandono das raízes culturais dos recém-chegados, mas sim auxiliar os imigrantes a assumirem uma participação plena e igualitária na sociedade, independentemente de suas diferenças em relação à cultura predominante.

Tanto a interculturalidade quanto o multiculturalismo incorporam uma dimensão de diversidade cultural como uma característica sociológica essencial da sociedade e como uma valiosa fonte de capital social, cultural e até mesmo econômico. Nenhum desses enfoques desencoraja a preservação do patrimônio ou da identidade cultural, rejeitando, nesse sentido, as tendências assimilacionistas frequentemente associadas à política de imigração de estilo republicano em contextos francês e americano. (TAYLOR, 2012)

Em segundo lugar, o modelo de interculturalidade de Quebec e o modelo multiculturalismo canadense compartilham uma estratégia ampla semelhante para facilitar a integração, priorizando uma série de intervenções governamentais destinadas a eliminar obstáculos à integração social. Ambos defendem campanhas de conscientização pública e outras medidas para reduzir o racismo, aumentar a conscientização e promover a aceitação intercultural.

Favorecem acomodações de práticas culturais e religiosas para promover a participação plena nas instituições públicas, como, por exemplo, permitir que policiais sikhs utilizem turbantes enquanto estão em serviço, bem como garantir o direito de todos os cidadãos à liberdade de consciência e religião, incluindo medidas para

proteger contra práticas discriminatórias de contratação que poderiam excluir candidatos com base em suas práticas religiosas que exigem intervalos para orações durante o dia de trabalho. (BOUCHARD, 2015)

Para promover a participação cívica, tanto a interculturalidade quanto o multiculturalismo apoiam o fortalecimento da capacidade das minorias étnicas de envolver-se na burocracia, governo e outras áreas da vida pública, seja por meio de políticas de ação afirmativa ou oferecendo aulas subsidiadas de língua francesa ou inglesa.

Em suma, as duas perspectivas enfatizam uma estrutura cívica básica definida em documentos jurídicos fundamentais, como a Constituição e a Carta de Direitos e Liberdades. Isto é, elas instituem mecanismos que garantem direitos e liberdades para todos os indivíduos em geral, sejam imigrantes ou não. Isso é muito importante nas sociedades atuais. O respeito pelos direitos individuais, igualdade de gênero, instituições democráticas e uma língua pública comum são valores cívicos inegociáveis que fundamentam os direitos legais e políticos, sustentam o sistema jurídico e orientam o processo de decisão pública. (ROCHER, 2007).

Figura 10: Semelhanças entre o Multiculturalismo Canadense e a Interculturalidade de Quebec

Semelhanças entre o Multiculturalismo Canadense e o Interculturalidade de Quebec	
Aspecto 1: Integracionismo	Facilitação da integração social, econômica, linguística e cívica. Rejeição de uma abordagem assimilacionista de "estilo republicano". Reconhecimento da diversidade cultural e do pluralismo de valores como características definidoras e permanentes da sociedade. A diversidade cultural é adotada como uma fonte de capital social, político e econômico.
Aspecto 2: Estratégia de integração facilitadora	Medidas mantidas para reduzir o racismo e aumentar a conscientização e a aceitação intercultural. Implantação e proteção de práticas para acomodar diferenças culturais e religiosas. Reforço da capacidade das minorias étnicas e religiosas de participar da burocracia, do governo e de outras áreas da vida pública. A diversidade cultural é levada em conta na elaboração de políticas públicas, programas públicos e prestação de serviços governamentais.
Aspecto 3: Estrutura jurídica e cívica fixa	Afirmação dos direitos e liberdades individuais. Promoção de instituições democráticas. Insistência em um idioma público (ou seja, bilinguismo francês-inglês no nível federal) e francês em Quebec).

Fonte: Elaboração própria com dados de Rocher (2007)

Apesar dos vários pontos em comum entre o Multiculturalismo Canadense e o Interculturalidade de Quebec, ambos modelos operam dentro de paradigmas de integração significativamente diferentes. No multiculturalismo, a busca pela integração

e pelo gerenciamento da diversidade capitaliza a promoção e a valorização da diversidade cultural como um fim em si mesmo.

Em contraste, a interculturalidade considera a integração dos novos cidadãos como um processo dinâmico e aberto, no qual a transformação da cultura social comum ocorre por meio do contato intercultural. Para facilitar essa co-construção, a Interculturalidade incorpora três elementos-chave em sua abordagem: diálogo, assimetria sociológica e contrato moral.

O diálogo na Interculturalidade se refere à ideia de que a construção de uma cultura política comum ocorre através de encontros, interações democráticas e trocas culturais entre cidadãos de diversas origens culturais e perspectivas de valores. Todos os setores da sociedade são encorajados a participar desse processo coletivo. (WHITE, 2014)

Em contrapartida ao Multiculturalismo, que parece colocar a diversidade como um valor social intrínseco, a Interculturalidade enfatiza a aceitação da diferença, o respeito mútuo e a aproximação cultural como condições essenciais para a convergência em direção a uma cultura social comum.

É importante mencionar que na interculturalidade há assimetria sociológica, que reconhece que no processo de diálogo político, os valores, crenças e práticas dos imigrantes e da cultura dominante não têm o mesmo peso. Isso difere do multiculturalismo, que tende a uma concepção mais igualitária e abstrata das relações interculturais. A assimetria sociológica é manifestada em concepções de obrigações de integração que variam dependendo se os cidadãos são recém-chegados ou estabelecidos há muito tempo.

Os recém-chegados têm a responsabilidade de integrar e se adaptar, enquanto os cidadãos estabelecidos têm a responsabilidade de acolher e aceitar os recém-chegados, o que inclui aprender sobre suas culturas e ajustar suas práticas para facilitar a inclusão social. O ideal é um equilíbrio por meio dessa assimetria, com trocas de ajustes, intercâmbios e compromissos entre a sociedade de origem e os recém-chegados (TAYLOR, 2012)

Inclusive, uma manifestação adicional da assimetria sociológica está presente nas políticas que promovem ativamente o idioma público. A mais conhecida dessas políticas é o Projeto de Lei 101, que, de fato, força os filhos de famílias de imigrantes a frequentar a escola em francês, bloqueando o acesso ao sistema escolar em inglês (ROCHER, 2007)

A intenção não é proibir o ensino ou o uso de outros idiomas, mas manter e aprimorar o status do francês como a base da cultura de Quebec e o idioma do discurso público. Como defende Imbert (2020) a Lei 101, por exemplo, estabelece que famílias imigrantes devem matricular seus filhos em escolas francófonas, em vez de escolas anglófonas, a menos que ambos os pais sejam anglófonos. Nesta lógica pretende-se prevenir que ocorra uma eventual assimilação por parte da maioria anglófona.

O contrato moral emerge neste contexto como uma manifestação da interculturalidade que transcende a rigidez da estrutura legal e cívica à qual os imigrantes, assim como todos os cidadãos, estão submetidos (ROCHER, 2007). A noção de "contrato moral" entre cidadãos foi introduzida pela primeira vez na declaração de política seminal de 1990 sobre imigração e integração, conforme mencionado anteriormente (*Ministère des Relations avec les Citoyens et de l'Immigration, 2001*).

Esta política identificou a imigração como um elemento fundamental para o desenvolvimento futuro de Quebec e incitou todos os quebequenses a promoverem valores sociais fundamentais, como direitos e liberdades individuais, participação democrática, promoção da língua francesa, abertura à pluralidade e diálogo intercultural (LABELLE, 2005)

A influência do contrato moral, dirigido a todos os quebequenses independentemente de suas afiliações culturais, teve um impacto significativo no desenvolvimento de aspectos curriculares relacionados à cidadania, educação religiosa e ética, bem como nas diretrizes relacionadas à socialização das crianças nas escolas de Quebec (ROCHER, 2007)

Esse sentimento relativamente forte de comunidade nacional desempenha um papel fundamental na tendência da interculturalidade de enfatizar a integração em uma coletividade, em vez de simplesmente manter a diversidade. O cenário político contemporâneo de Quebec é pautado por uma tensão entre suas raízes históricas e o sentimento de comunidade nacional, criando um "paradigma da dualidade", que como Gérard Bouchard (2015) o descreve, é alimentado por uma concepção dupla de cultura que incorpora tanto o enraizamento quanto o encontro.

A luta pelo reconhecimento no Canadá e a nova realidade social da migração em massa para Quebec contribuem para essa dualidade. Esse contexto político e social complexo molda a abordagem de Quebec em relação à integração e à

diversidade cultural, destacando a importância do contrato moral como um componente-chave na promoção dos valores e na busca pela coesão social na sociedade quebequense (LABELLE, 2005)

A interculturalidade pode ser vista como uma tentativa de reconciliar os polos dessa tensão. Na mesma linha, Rocher sugere que a abordagem de Quebec às relações interculturais, caracterizada pela vontade de construir uma cultura política e uma comunidade nacional, é inseparável de um senso de identidade coletiva que é ao mesmo tempo comunitária e aberta à diversidade cultural: "Québec postula a existência de uma comunidade nacional entendida como um polo de integração e como uma estrutura que pode abarcar uma cidadania pluralista" (2007, p. 42).

No nível do cidadão comum, observa-se que o senso de comunidade nacional entre os quebequenses não apenas é mais robusto em comparação com o cidadão médio canadense, mas também, em termos de políticas públicas, o governo provincial tem a margem política para promover a unidade nacional de maneira mais ampla do que a maioria dos governos de estados federados multinacionais e, em particular, mais do que o governo central do Canadá. (TAYLOR, 2012)

Figura 11: Principais diferenças entre os modelos multiculturalista canadense e de interculturalidade quebequense

Multiculturalismo canadense: Um modelo de gerenciamento da diversidade	Interculturalidade em Quebec: Um modelo de integração
A diversidade cultural é um valor social	A compreensão e o respeito às diferenças culturais facilitam a convergência para uma cultura social comum
Facilitação da aquisição do idioma público (língua mais falada no geral)	Assimetria sociológica
Os aspectos legais e cívicos são mais implícitos	Promoção agressiva de um único idioma público (por exemplo, Projeto de Lei 101)
Metáfora orientadora: Mosaico	Mais explícito quanto à estrutura jurídica e cívica
	Metáfora orientadora: Adoção

Fonte: Elaboração própria com dados de Rocher (2007)

Logo, para resumir a diferença entre multiculturalismo e interculturalidade: o multiculturalismo é um modelo que se concentra na gestão da diversidade cultural, considerando-a uma característica estável e definidora da sociedade, frequentemente representada pela metáfora do mosaico.

Por outro lado, a interculturalidade é mais adequadamente vista pelos quebequenses como um modelo que prioriza a integração em uma cultura social

compartilhada, e sua metáfora orientadora é a da adoção, implicando que os novos membros contribuem para a formação de uma sociedade multiétnica e multicultural.

De acordo com Charles Taylor (2012), até à “revolução silenciosa” da década de 1960, o caminho normal dos imigrantes para o Quebec era integrar-se na minoria inglesa. Nas décadas de 60 e 70, especialmente face ao declínio da taxa de natalidade no Quebec, foram feitos esforços para inverter esta tendência, culminando na importante legislação linguística dos anos 70. E agora a tendência é que os filhos dos imigrantes, educados em francês, ocupem o seu lugar na sociedade francófona. Mas isso não aconteceu por si só. Em contrapartida, em Toronto não há garantias que os filhos dos imigrantes se tornem anglófonos. A língua anfitriã também é o discurso universal de hoje, sem mencionar o seu lugar na cultura popular americana.

Com este argumento, o autor retoma a importância do elemento linguístico, associado à uma lógica de pertencimento e identidade que tanto os defensores da interculturalidade versam, para ele que é um quebequense o contraste é claro: a “multi” história descentraliza a identidade etno-histórica tradicional e recusa colocar qualquer outra no seu lugar. Todas essas identidades coexistem na sociedade, mas nenhuma é oficializada. (TAYLOR, 2012)

Enquanto que na história “inter” começa com a identidade histórica dominante, mas vê-a evoluir num processo em que todos os cidadãos, independentemente da identidade, têm voz e a contribuição de ninguém tem um estatuto privilegiado. Contudo, vale mencionar que uma das falhas mais proeminentes da história do “inter” para Taylor (2012) é ter seu foco voltado para o nacionalismo, no qual parece mais seguro e mais sensato insistir que imigrantes se conformem primeiro com o que consideramos o básico, antes de deixá-los tornarem-se contribuintes cívicos, assim sendo a imposição da assimilação como condição de integração.

A preocupação com a preservação da língua francesa no Quebec está em ascensão. Uma pesquisa realizada em novembro de 2020 pelo Movimento Nacional dos Quebequenses revelou que 71% dos francófonos expressaram inquietação com a situação do francês, representando um aumento de 17% em relação ao ano anterior. Mais de dois terços dos entrevistados demonstraram um desejo de fortalecer a Carta da Língua Francesa. Em 2021, essa preocupação atingiu um pico de 75% entre os francófonos. Em resposta a essas preocupações e outras questões, a coalizão de centro-direita Avenir Quebec (CAQ) aumentou sua maioria na Assembleia Nacional

provincial nas eleições de 2022, obtendo a maior maioria votante em décadas. (ROCHER, 2023)

Recentemente, o primeiro-ministro do Quebec, François Legault, expressou apreensões de que um aumento nos níveis de imigração na província seria prejudicial para a preservação da língua francesa, chegando a classificá-lo como "suicida". Isso ocorre principalmente devido ao fato de que 85% dos imigrantes de Quebec escolhem se estabelecer na região de Montreal, onde os nascidos no estrangeiro já compunham 34% da população total em 2016. Isso levanta questionamentos sobre as condições para uma integração bem-sucedida. Na ilha de Montreal, em 2021, o francês era a língua oficial mais falada em casa para 48% da população, em comparação com 78% em Quebec como um todo. (ROCHER, 2023)

O governo provincial justifica essa abordagem mencionando a noção vaga de uma "capacidade de suporte" limitada, que serve de base para admitir um número menor de residentes permanentes do que os limites federais permitiriam. Esse discurso estabelece uma conexão entre imigração e a preocupação com o declínio da língua francesa, o que alimenta as ansiedades culturais dos francófonos. (AUTHIER, 2023)

No entanto, o governo quebequense anunciou no final de maio que planeja aumentar o limite para 60.000 imigrantes por ano até 2027, ao mesmo tempo que intensifica os requisitos de proficiência em francês para imigrantes que chegam por meio de programas econômicos.

Uma pesquisa conduzida pelos economistas Ibrahim Bousmah, Gilles Grenier e David M. Gray demonstrou que, na região de Montreal, a renda dos imigrantes que utilizam o inglês no local de trabalho é superior à daqueles que empregam exclusivamente o francês, com uma diferença de 6% a favor dos que utilizam principalmente o inglês.

Esse cenário representa um desafio para os imigrantes oriundos de regiões onde o francês é amplamente empregado. Além disso, o estudo revelou que, embora uma maior educação esteja associada a rendimentos mais elevados, também está correlacionada com uma maior utilização do inglês no trabalho.

Portanto, a política do governo de Quebec, que estabelece o francês como língua de trabalho predominante, contraria a realidade do mercado de trabalho, onde a predominância do inglês penaliza os trabalhadores imigrantes que dependem principalmente ou exclusivamente do francês em seu trabalho. Para os imigrantes que

chegam sem conhecimento de ambas as línguas, o inglês é, portanto, mais atraente. (BOUSMAH, IBRAHIM, GILLES GRENIER E DAVID M. GRAY, 2021)

Todo este debate envolvendo os modelos multiculturalista e interculturalista reflete no conceito de hibridismo, um fenômeno que emerge da interação entre a cultura do colonizador e a cultura do colonizado. Nesse processo de interação, ambas as culturas se modificam e, a partir dessa fusão, algo novo é criado.

Além disso, Bhabha também enfatiza o hibridismo como uma ferramenta de resistência por parte do colonizado. Isso significa que o hibridismo não é apenas um resultado passivo da colonização, mas também pode ser uma estratégia ativa adotada pelos colonizados para desafiar e subverter o poder do colonizador. O colonizado pode utilizar o hibridismo como um espaço de atuação política, onde a mistura de culturas e identidades desafia as estruturas de dominação e abre caminho para formas alternativas de expressão e resistência. (BHABHA, 1998)

E partindo deste pressuposto crítico, é importante que se analise as políticas multiculturalistas para além do que é propagado pelos governos federais, ou seja, é nesse sentido, que McNeil afirma que houveram várias das medidas oficiais para desacreditar o racismo científico e a supremacia branca após a Segunda Guerra Mundial, no Canadá em como é igualmente relevante que os acadêmicos e os jornalistas reconheçam o papel da Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas e dos movimentos de descolonização em África, na Ásia e nas Ilhas do Caribe no desenvolvimento de uma política de imigração canadense na década de 1960 que foi celebrada como não racista (MCNEIL, 2020)

Vale ressaltar que o desenvolvimento inicial do multiculturalismo no Canadá recebeu menos atenção em relação às suas origens coloniais durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Comité Consultivo para a Cooperação em Cidadania foi estabelecido no Departamento Canadense de Serviços Nacionais de Guerra. Este comitê foi concebido principalmente pelo Capitão Tracy Phillips, um indivíduo com vasta experiência no serviço de inteligência colonial britânico e ultramarino. (MCNEIL, 2020)

O principal objetivo deste comitê era compreender as perspectivas dos cidadãos canadenses de origem não britânica e não francesa e comunicá-las ao governo e à população em geral. Vale ressaltar que o comitê se interessou especialmente por situações que geravam mal-entendidos, insatisfação ou conflitos entre grupos de canadenses de origem europeia que não eram britânicos ou

franceses. Esse enfoque é notável, pois serviu como modelo para a introdução oficial da política de multiculturalismo em 8 de outubro de 1971.

Essa política conforme versa McNeil (2020) tinha como objetivos auxiliar no desenvolvimento e crescimento de grupos culturais não indígenas, não britânicos e não franceses, facilitar a aprendizagem do francês ou do inglês por parte dos imigrantes e promover intercâmbios criativos entre esses grupos culturais. Tudo isso era feito com o intuito de promover a unidade nacional no Canadá (MCNEIL, 2020)

Não obstante aos esforços em prol de uma unidade nacional canadense haviam posicionamentos que destoavam deste objetivo por completo, como é exemplo de Winks (1997), um americano branco de ascendência galesa, o multiculturalismo era benéfico para grupos como "os irlandeses, os escoceses, os ingleses", que podiam se orgulhar de suas "culturas do velho mundo". No entanto, ele argumentava que deixou os canadenses negros em uma posição difícil, uma vez que não tinham uma identidade nacional autodefinida ou uma "base cultural à qual pudessem retornar". Ele sustentava que os canadenses negros pragmáticos simplesmente desejavam ser aceitos como cidadãos canadenses pacíficos, e era improvável que se envolvessem em protestos militantes, ruidosos e agressivos (WINKS, 1997, p.466).

Winks argumentava que apenas alguns estudantes caribenhos militantes e negros que ele descrevia como "paranoicos" conseguiam detectar "insultos raciais onde não eram intencionados". Segundo o acadêmico, esses indivíduos pressionavam por um "racismo negro", disseminavam "ideias não-canadenses" sobre o *Black Power* e incitavam ações que a descrevia como "impensadas, desnecessárias e a destruição frustrada do símbolo máximo da igualdade do século XX - o centro de informática da Universidade Sir George Williams" (WINKS, 1997, p. 478).

Outro exemplo que McNeil (2020) utiliza para ilustrar que o multiculturalismo não mitigou as desigualdades sociais e raciais tão prontamente é o da Dra. Frances Henry, uma antropóloga altamente qualificada da Universidade McGill, que elaborou um relatório que atendia a algumas das preocupações dos liberais moderados com relação aos "Canadenses Esquecidos: Os Negros da Nova Escócia".

Neste relatório, ela argumentava que os negros na Nova Escócia eram um grupo em situação precária, que não possuía um sistema de valores alternativo e que, como resultado, moldava suas vidas para se adequarem aos valores predominantes da sociedade em que estavam inseridos. (MCNEIL, 2020)

De acordo com o autor estas interpretações foram moldadas pela incapacidade de Henry de reconhecer uma cultura negra na Nova Escócia que correspondesse às características que ela associava à cultura negra americana, incluindo o que ela descrevia como uma "hostilidade violenta" em relação à autoridade branca.

Em sua conclusão, Henry lamentou que essa cultura igualitária impedisse os negros da Nova Escócia de seguir ou admirar líderes em potencial da comunidade negra que pudessem promover seu status na sociedade canadense dominante (MCNEIL, 2020)

Ademais, é possível interpretar o multiculturalismo como uma ferramenta de negócio, uma vez que essas mudanças políticas refletiram muitas das recomendações de um comitê especial composto por políticos brancos do sexo masculino dos partidos Liberal, Conservador Progressista e Novo Democrata. Este comitê foi encarregado de abordar a participação das minorias visíveis na sociedade canadense. Em seu relatório de 1984, intitulado "Igualdade Agora!", o comitê especial recomendou que o Multiculturalismo se tornasse um departamento com status completo. Para justificar essa mudança política, um dos membros do comitê ofereceu uma analogia interessante, comparando a posição do Diretor de Multiculturalismo dentro do Departamento do Secretário de Estado à de um professor ou assistente de pesquisa em uma universidade. (CHAZAN 2011)

Conforme enuncia Laverne Lewycky, ex-membro da Câmara dos Comuns era uma questão de senso comum que um reitor de uma faculdade avaliasse de maneira diferente uma proposta de financiamento apresentada por um professor assistente em comparação com aquela apresentada por um professor catedrático. Sua missão não era perturbar um sistema predeterminado por um elitismo moderado em que o status importava tanto ou até mais do que o conteúdo real de uma proposta ou política. Era para garantir que as minorias visíveis pudessem acessar posições privilegiadas.

É importante observar que essas mudanças na política governamental não necessariamente significavam que mais dinheiro público seria alocado ao multiculturalismo. Em vez disso, o multiculturalismo e as questões raciais foram moldados por práticas de contrapartida de financiamento, como quando o governo federal igualou a contribuição de 12 milhões de dólares levantados pela Associação Nacional de Nipo-Canadenses para estabelecer um fundo de doação única de 24 milhões de dólares para criar a Fundação de Relações Raciais do Canadá (CHAZAN 2011).

Já com relação à opinião pública a temática do multiculturalismo também é muito variada e debatida, exemplos como pesquisas divulgadas há alguns anos por Angus Reid e CBC, descobriu que 68% dos entrevistados canadenses achavam que as pessoas deveriam assimilar em vez de manter seus próprios costumes e idiomas. (ANGUS REID, 2017).

Ainda referente à opinião pública, pode-se evidenciar uma influência da mesma diante a política do multiculturalismo durante a pandemia do COVID-19 que afetou o mundo globalmente nos anos 2020-21. Durante a pandemia, os migrantes enfrentam uma maior vulnerabilidade, incluindo perda de emprego, restrições no acesso aos serviços de saúde, condições precárias de habitação e limitações financeiras significativas para lidar com essas adversidades.

Além disso, o aumento do racismo agravou ainda mais a vulnerabilidade dos migrantes, especialmente, asiáticos tornando-se também um terreno para debates sobre inclusão, exclusão e pertencimento, com impactos substanciais nas políticas de fronteira, imigração e no sistema de acolhimento dentro das fronteiras nacionais, conforme observado por Foucault (1977), que descreve essa tática como "particionamento" para criar condições propícias à implementação do biopoder.

Um exemplo disso é o fechamento das fronteiras canadenses desde 21 de março de 2020, exceto para viagens essenciais. Embora tenham ocorrido relaxamentos gradualmente, o Ministro da Segurança Pública, Bill Blair, anunciou a extensão das restrições na fronteira Canadá-EUA até 21 de setembro de 2020. Essas restrições tiveram um impacto desproporcional em grupos marginalizados, como requerentes de asilo, migrantes sem status legal e trabalhadores estrangeiros temporários. Além disso, as populações mais vulneráveis, que fogem de áreas de conflito ou estão presas em campos de refugiados com sérios riscos para a saúde e segurança, também foram afetadas (LEE; JOHNSTONE, 2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a estratificação racial e étnica é uma questão persistente no Canadá. Esta desigualdade é vista como intrínseca e institucionalizada na sociedade, refletindo-se nas estruturas sociais, práticas culturais e interações interpessoais. A discriminação racial é identificada como um obstáculo significativo que impede a plena realização dos cidadãos no Canadá. Essa realidade é considerada inconsistente com o compromisso do Canadá com os direitos individuais e a igualdade formal, que são vistos como pré-requisitos para a unidade e identidade nacional

Em resposta a essas críticas, o governo canadense implementou iniciativas destinadas a combater a discriminação racial. Nesse contexto, O Canadá adotou oficialmente uma política multiculturalista em 1971. O objetivo era melhorar a qualidade das relações interculturais.

O governo de Quebec adotou uma abordagem intermédica que conciliasse a continuidade identitária com o respeito à diversidade como um princípio estruturante. No modelo de convergência cultural, a cultura quebequense francófona atua como um componente cultural, assim como os costumes dos povos aborígenes e anglófonos bem como as contribuições dos grupos etnoculturais provenientes da imigração, que misturados formam a identidade cultural canadense. Contudo, é preciso se atentar sempre que todas as etnias e culturas devem ter o mesmo valor na formação da sociedade, uma cultura nunca se sobrepondo a outra, para não correr o risco de perpetuar a ideia assimilacionista colonizadora

A ideia de que a interculturalidade representa um modelo de gestão promissor da diversidade etnocultural, adequado ao Quebec, é frequentemente discutida pelos acadêmicos, sejam eles defensores do multiculturalismo como modelo de convivência adequado ou àqueles que julgam a proposta intercultural mais abrangente.

Diferentemente do multiculturalismo que se apresenta como política pública canadense, o governo de Quebec nunca estabeleceu uma política institucional claramente identificada como "interculturalismo", embora muitos documentos façam referência às ideias de "diálogo intercultural", "abordagem intercultural" e à promoção de relações harmoniosas entre comunidades.

Apesar de não ter oficialmente definido a interculturalidade como um modelo de gestão da diversidade, o Estado de Quebec continuou a enfatizar nos últimos anos a importância de promover as trocas interculturais como meio de combater o

isolamento das comunidades (MINISTÈRE DE L'IMMIGRATION ET DES COMMUNAUTÉS CULTURELLES, 2008; 2014).

É importante ressaltar que na prática, medidas que buscam fortalecer o idioma francês em Quebec como o projeto de lei 96 aprovado recentemente em junho de 2022 é principalmente uma tentativa de usar o poder do Estado para garantir que o francês seja mais usado em Quebec, que mais quebequenses sejam educados em francês e que qualquer pessoa que queira aprender francês tenha acesso a aulas do idioma. A medida correspondeu a uma resposta às recentes pesquisas que constataram que o idioma francês tem caído em desuso nas últimas décadas, levando o governo quebequense a propor tornar o francês a “língua comum do Quebec”, como sugere o título do projeto de lei ²⁴(ASSEMBLÉE NATIONALE DU QUÉBEC, 2023)

Cabe dizer que uma série de disposições do Projeto de Lei 96 podem dificultar o processo de acolhida de imigrantes, como por exemplo estipular que eles tenham de três a seis meses para aprenderem. A dificuldade linguística corrobora para uma saída massiva de imigrantes que consideram que morar em localidades vizinhas como Vancouver, Ontario ou até mesmo Estados Unidos torna-se mais viável. (CBC NEWS, 2022)

Inicialmente, a presente pesquisa partia da ideia de que os modelos interculturalista e multiculturalista seriam fundamentalmente diferentes e, portanto, buscava-se entender de que modo o Quebec interculturalista se inseria no Canadá multiculturalista.

No caso analisado, interpretou-se que se tratam de dois modelos de convivência aparentemente semelhantes, mas com diretrizes distintas, no qual o multiculturalismo é um modelo que se concentra na gestão da diversidade cultural, considerando-a uma característica estável e definidora da sociedade, frequentemente representada pela metáfora do mosaico. Por outro lado, a interculturalidade é mais adequadamente vista pelos quebequenses como um modelo que prioriza a integração em uma cultura social compartilhada, ainda que reconhecendo tradições culturais distintas.

²⁴ "Bill 96" é um projeto de lei que se tornou uma lei em Quebec, Canadá. Essa lei é intitulada "An Act respecting French, the official and common language of Québec" (Lei que respeita o francês, a língua oficial e comum de Quebec). Ela foi introduzida em 13 de maio de 2021, passou em princípio em 4 de novembro de 2021, passou totalmente em 24 de maio de 2022 e recebeu a sanção real (ou seja, tornou-se lei) em 1 de junho de 2022.

Ou seja, tanto Quebec quanto Canadá são multiculturais, porém Quebec possui apenas uma proposta de interculturalidade, já que até o presente momento não institucionalizou a interculturalidade como uma política pública como Canadá fez com o multiculturalismo. Dessa forma, a hipótese desta pesquisa de que os modelos apresentados são diferentes é equivocada, já que só divergem em virtude da ênfase dada a como gerir a diversidade

Como escapar do risco da formação de um novo tipo de assimilacionismo e simultaneamente preservar a diversidade cultural (multicultural e/ou intercultural) dentro de um entendimento coletivo da ideia de um todo nacional? A direção aponta para Bhabha (1998), que enfatiza o hibridismo como ferramenta de resistência, ao entender os sujeitos como híbridos e movediços, ao transitarem e experienciarem distintos discursos: do colonizador – que aqui poderíamos entender como da sociedade englobante – e daqueles que pertencem a coletividades minoritárias diversas. A interculturalidade, portanto, se mostraria como uma importante estratégia quando se deve caminhar sobre fronteiras culturais.

REFERÊNCIAS

- ANCTIL, P. (2011). **Reasonable Accommodation in the Canadian Legal Context: A Mechanism to Handling Diversity or a Source of Tension?** In H. Adelman & P. Anctil (Ed.), *Religion, Culture, and the State: Reflections on the Bouchard-Taylor Report* (pp. 16-35). Toronto: University of Toronto Press.
- ADICHIE, C. N. **O perigo da história única** (The Danger of a Single Story). (2009). Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 10 out 2023.
- ANDRADE, P. (1999) **Hibridação e pós-colonialismo**. IV Congresso Internacional em estudos culturais colonial e pós colonial.
- ANDRÉ D'ALLEMAGNE (1966). **Le colonialisme au Québec**. Montreal: Comeau & Nadeau. 1996.
- ANGUS REID INSTITUTE. (2017). **Religious Trends**: Led by Quebec, number of Canadians holding favourable views of various religions increases. Disponível em: <https://angusreid.org/religious-trends-2017/> Acesso em: 10 de ago 2023
- ASSEMBLÉE NATIONALE DU QUÉBEC (2023). **Bill 96, An Act respecting French, the official and common language of Québec**. Disponível em: <https://www.assnat.qc.ca/en/travaux-parlementaires/projets-loi/projet-loi-96-42-1.html?appelant=MC> Acesso em: 04 out 2023
- AUTHIER, F. (2023). **Quebec poderia aumentar o total de imigração para 60.000 por ano até 2027**. Montreal Gazette, 25 de maio de 2023. Disponível em: <https://montrealgazette.com/news/local-news/quebec-considers-increasing-immigration-total-to-60000-a-year-by-2027>. Acesso em: 10 de out 2023
- BARTH, F. (1989). **A análise da cultura em sociedades complexas**, *Ethnos*, 54: 3-4.
- BASAVARAJAPPA, K., & Ram, B. (1999). **Section A: Population and migration**. Table A125-163. Disponível em: from <http://www.statcan.gc.ca/pub/11-516-x/pdf/5500092-eng.pdf> Acesso em: 14 de out 2022
- BEAUREGARD, Pierre-Loup; GAGNON, Alain-G.; GARON, Jean-Denis. **Managing immigration in the Canadian federation: The case of Quebec**. *International affairs and Canadian migration policy*, p. 227-245, 2021.
- BÉLANGER, É. (2006). **La Langue Française et la politique d'Immigration**. In *La Parti Libéral: Enquête sur les Réalisations du Gouvernement du Québec*, ed. F. Pétry et al., 257–272. Québec: Les Presses de l'Université Laval. Black, Jerome, and David Hagen. 1993. *Québec Immigration Politics and Policy: Historical and Contemporary Perspectives*. In *Quebec: State and Society*, ed. Alain-G. Gagnon, 2nd ed., 280–303, Scarborough: Nelson Canada.

BERRY, E. (2013) **Multicultural services in Canadian public libraries**. Bibliothek-Forschung und praxis, Toronto, 2013.

BERRY, J.; W; R. KALIN, and D. M. TAYLOR (1977). **Multiculturalism and ethnic attitudes in Canada**. Minister of State for Multiculturalism : Sold by Printing and Pub. Supply and Services Canada.

BHABHA, H. (2007) **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.

_____, (2006). **Cultural Diversity and Cultural Differences**. In B. Ashcroft, G. Griffiths, and H. Tiffin (eds.), *The Post-Colonial Studies Reader* (pp. 155–157). New York: Routledge.

BISOONDATH, N. (1994). **Selling illusions: The cult of multiculturalism in Canada**. Toronto: Penguin.

BOYD, M.; VICKERS, M. (2000) **100 years of immigration in Canada**. Canadian Social Trends. Ottawa, n. 58, p. 2-13, Autumn 2000.

BOLDT, E. D. (1985). **Maintaining ethnic boundaries: The case of the Hutterites**.

BOUCHARD, G., & TAYLOR, C. (2008). **Building the future: A time for reconciliation**. Consultation Commission on Accommodation Practices Related to Cultural Differences. Disponível em: <<http://collections.banq.qc.ca/ark:/52327/bs1565996>> Acesso em:20 jul 2023

BOUCHARD, G. **Interculturalism: A view from Quebec**. University of Toronto Press, 2015.

BOUSMAH, I., GRENIER, G., & GRAY, D. M. (2021). **Distância linguística, línguas de trabalho e salários de imigrantes em Montreal**. *Journal of Labor Research*, 42(1), 1-28.

BROSSEAU, L.; DEWING, M. **Canadian multiculturalism**. 2018.

BLAD, C., & COUTON, P. (2009). **The Rise of an Intercultural Nation: Immigration, Diversity and Nationhood in Quebec**. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35(4), 645–667. doi:10.1080/13691830902765277

BLOEMRAAD, I. (2002). **Citizenship and immigration: A current review**. *Journal of International Migration and Integration* 1(1), 9-37.

CBC NEWS (2022). **What's in Quebec's new law to protect the French language?** Disponível em: <https://www.cbc.ca/news/canada/montreal/bill-96-explained-1.6460764> Acesso em: 04 de out 2023

CANADA (1988). **Canadian Multiculturalism Act**. Ottawa, 1988.

CANADA. (2015). **Evaluation of the Canadian Experience Class**. Disponível em <https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/corporate/reports-statistics/evaluations/canadian-experience-class.html>. Acesso em: 25 jul 2023

CANADA (2016). **Dictionary, Census of Population, 2016** Disponível em: <https://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/2016/ref/dict/index-eng.cfm> Acesso em 22 jul 22

CANADA. (2017). **The Canadian Free-Trade Agreement/L'Accord de Libre-échange Canadien**. Disponível em: <https://www.cfta-alec.ca/news-releases/> Acesso em: 25 jul 23

CANADA. (2018). **2018 Annual Report to Parliament on Immigration**. Disponível em: <https://www.canada.ca/content/dam/ircc/migration/ircc/english/pdf/pub/annual-report-2018.pdf> Acesso em: 20 jul 2023

CANADIAN HERITAGE (2001) Disponível em: <https://www.canada.ca/en/services/culture/history-heritage.html> Acesso em: 14 jul 2022

CANADA LIBRARY AND ARCHIVES (2003) **Census and Databases**. Disponível em: <https://www.bac-lac.gc.ca/eng/census/Pages/census.aspx> Acesso em: 16 jul 2022

CAMPBELL, D. (1992) **Writing security: United States foreign policy and the politics of identity**. University of Minnesota Press, 1992.

_____, (2007) **Geopolitics and visibility: Sighting the Darfur conflict**. Political Geography 26. Elsevier, p.357-382, 2007.

CANAU, V. M. F. **Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direito Humanos**. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 33, nº 118, p.235-250, 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

_____, (1998). **Interculturalidade e educação na América Latina**. *Revista Novamerica*, Rio de Janeiro, nº77, p. 38-43.

_____, **Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios**. In:

_____, **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____, ANHOM, C., (2000). **A questão da didática e a perspectiva multicultural: uma articulação necessária**. Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, MG.

CANEN, A., OLIVEIRA, R.J., FRANCO, M., (2000). **Ética, multiculturalismo e educação - articulação possível?** *Revista Brasileira de Educação*, nº 13, p. 113-126.

_____, (2001). **Relações raciais e currículo**: reflexões a partir do multiculturalismo. In: OLIVEIRA, Iolanda (org.). *Relações raciais e educação: a produção de saberes e práticas pedagógicas*. Niterói: Intertexto, p. 63-77 (Cadernos PENESB nº 3).

CANTLE, T. (2011). **Cohesion and Integration: From 'Multi' to 'Inter' Culturalism**. In: BOUCHARD, Gérard; BATTAINI-DRAGONI, Gabriella; SAINT-PIERRE, Céline; NOOTENS, Geneviève; FOURNIER, François (Org.). *L'interculturalisme. Dialogue Québec-Europe*. Quebec: Bibliothèque et Archives nationales du Québec, 2011.

CHAZAN, M., Helps, L., Stanley, A., & Thakkar, S. (Eds.). (2011a). **Home and native land: unsettling multiculturalism in Canada**. Toronto: Between the Lines.

CONSEIL DE L'EUROPE (2008) **Livre Blanc sur le dialogue interculturel: vivre-ensemble dans l'égalité**. Estrasburgo: Conseil de l'Europe, 2008

COOPER, C. (2022). **Bilingualism**. In The Canadian Encyclopedia. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/bilingualism> Acesso em: 20 ago 2023

COUTURE, C. (2021). **"Quebec"**. The Canadian Encyclopedia, 30 March 2021, Historica Canada. Disponível em: www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/quebec. Acesso em: 10 ago 2023

D'ADESKY, J., (2001). **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas.

DAGENAIS, M. (2020). **"Quebec Act, 1774"**. The Canadian Encyclopedia, 11 May 2020, Historica Canada. Disponível em: www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/quebec-act.> Acesso em: 31 Ago 2023.

DEWING, M., (2013). **Ethnicity and ethnic relations in Canada** (pp. 87-104). Toronto: Butterworths

_____, (2009). **Canadian multiculturalism**. Disponível em: <http://www.parl.gc.ca/Content/LOP/ResearchPublications/2009-20-e.htm>> Acesso em: 12 mai 2022

DICKINSON, J. A.; YOUNG, B. (2008). **A short history of Quebec**. McGill-Queen's University Press, 2008.

DRIEDGER, L. (1996). **Multi-ethnic Canada: Identities & inequality**. Toronto: Oxford University Press. Dupont, L., & Lemarchand, N. (2001). Official multiculturalism in Canada: Between virtue and politics. In G. H. Cornwell & E. W. Stoddard (Eds.), *Global multiculturalism: Comparative perspectives on ethnicity, race and nation* (pp. 29-50). New York: Rowman & Littlefield

DUARTE, E. M.; SMITH, S. (1999) **Introduction: multicultural education – what for?** In: _____. (Orgs.). *Foundational perspectives in multicultural education*. United States: Allyn & Bacon, 1999.

DUNCAN, H. (2005). **Multiculturalismo**: Ainda um conceito viável para a integração? *Diversidade*, 4, 12-14

DUNTON, A. D. e CLAAUDE C. "**Biculturalismo**". *The Canadian Encyclopedia*, 16 de dezembro de 2013, *Historica Canada*. Disponível em: <www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/biculturalism>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

EMONGO, L., WHITE, B.W. (ed.). (2014). **L'interculturel au Québec**: Rencontres historiques et enjeux politiques. Disponível em: <https://pum.umontreal.ca/chiers/livres_chiers/9782760633599.pdf>. Presses de l'Université de Montréal>. Acesso: 15 set. 2022

ENVIRONICS INSTITUTE FOR SURVEY RESEARCH. *Focus Canada – Spring 2015: Canadian public Opinion about immigration and multiculturalism* Disponível: https://www.environicsinstitute.org/docs/default-source/project-documents/focus-canada-2015-survey-on-immigration-and-multiculturalism/final-report.pdf?sfvrsn=71f7c79e_2 Acesso em: 10 ago 2023

ESTEBAN, V.; LÓPEZ-SALA, A. (2010) **Em torno al mosaico canadiense**: uma reflexión sobre la gestión de la inmigración en Canada. *Arbor*, Madri, v. 186, n. 744, p. 657-699, 2010.

FEARON, J. D. **What is Identity** (as we now use the word)? Department of Political Science, Stanford University, 1999.

FLERAS, A., & ELLIOTT J. L. (1992A). **The challenge of diversity**: Multiculturalism in Canada. Scarborough, Ontario: Nelson Canada.

_____, (1996). **Unequal relations**: An introduction to race, ethnic and aboriginal dynamics in Canada. Scarborough, Ontario: Prentice Hall Canada Inc.

FORNET-BETANCOURT, R. (2008). **La interculturalidad como alternativa alaviolencia**. Disponível em: <http://www.mwiaachen.org/Images/La%20interculturalidad%20como%20alternativa%20a%20la%20violencia_tcm17-40311.pdf> Acesso em: 12 out.2022.

GAGNON, A G., IACOVINO, R. (2016). **Interculturalidade e Multiculturalismo**: Semelhanças e diferenças. Em N. Meer, N., T. Modood,

_____, (2006). **Federalism, citizenship and Quebec**. University of Toronto Press, 2006.

_____, (2007); IACOVINO, R. **Federalism, Citizenship, and Québec**: debating multinationalism. Toronto: University of Toronto Press, 2007.

_____, and JEAN-D.G. (2019). **Constitutional and Non constitutional Asymmetries in the Canada Federation** :A Exploration into the Policy Fields of Immigration and Manpower Training. A Country Study on Constitutional Asymmetry

in Canada. In *Constitutional Asymmetry in Multinational Federalism*, eds. P. Popelier et M. Sahadžić, 77–104. Cham: Palgrave Macmillan

GIROUX, H. (2000) **Insurgent Multiculturalism and the promise of Pedagogy**. In: DUARTE, E.; SMITH, S. (Orgs.). **Foundational Perspectives in Multicultural Education**. New York: Longman, 2000.

_____, (2001) **Cultural studies as performative politics**. *Cultural Studies: Critical Methodologies*, v.1, n.1, p.5-23, fev. 2001.

GILROY, P. (2001) **Atlântico negro São Paulo**: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001.

GIMENEZ, C. (2017). **Uneapproche interculturaliste théorique - pratique**: Application à une expérience communautaire et médiatrice dans des quartiers multiculturels d'Espagne, *Anthropologie et sociétés*, vol. 41 -3.

GONZALEZ, J.E. (2019). **Interculturalidad y multiculturalismo en Colombia**: Equilibrio e perspectivas. In, González, J.E. (Ed.) *Multiculturalismo e Interculturalidad en las Américas*. Bogotá: Cátedra UNESCO -Diálogo intercultural, Universidad Nacional de Colombia. 2019.

GRATTON, D. (2009). **L'interculturel pour tous**: une initiation à la communication pour le troisième millénaire. Montréal: Éditions Saint-Martin.

GAUVREAU, M. (2008). **The Catholic Origins of Quebec's Quiet Revolution, 1931–1970**. McGill-Queen's Studies in the History of Religion, Series Two, number 41. Ithaca: McGill-Queen's University Press, 2008.

HALL, S. (2010). **Sin garantías**: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Colombia: Envió Editores, 2010

HANDLER, Richard (1988). **Nationalism and the Politics of Culture in Quebec**. Madison: University of Wisconsin Press.

HAQUE, E. (2012). **Multiculturalism in a Bilingual Framework**: Language, Race, and Belonging in Canada. Toronto: University of Toronto Press.

_____, (1997). **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. *Educação & Realidade*, v. 2, nº 22, p. 16-46.

_____, (2003). **A questão multicultural**. In: *Da diáspora*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____, (2003). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO. Organizado por Liv Sovik. Tradução de Adelaine Laguardia Resende *et al.*

- HELLY, D. (2002) **Primacía de los derechos o cohesión social**: los límites del multiculturalismo canadiense. *Acciones e Investigaciones Sociales*, Zaragoza, v. 15 p. 5-28, out. 2002.
- HIEBERT D. (2016). **What's So Special about Canada?** Understanding the Resilience of Immigration and Multiculturalism. Washington, D.C., Migration Policy Institute, 2016.
- KELLEY, N.; TREBILCOCK, M. (1998) **The making of the mosaic**: a history of Canadian immigration policy. Toronto: University of Toronto Press, 1998.
- KOSTOV, C. (2008). **Canada–Quebec Immigration Agreements (1971–1991) and Their Impact of Federalism**. *American Journal of Canadian Studies* 38 (1): 91–103.
- KYMLICKA, W. (2007) **Multicultural Odysseys**: Navigating the New International Politics of Diversity. Oxford: Oxford University Press, 2007
- KUBAT, D. (ed.) (1993) **The politics of migration policies**. New York: Center for Migration Studies.
- KUNZ, J. L., & Sykes, S. (2007). **From mosaic to harmony**: Multicultural Canada in the 21st century. Ottawa: Policy Research Initiative.
- INGLIS, C. (1996). **Multiculturalism**: new policy responses to diversity. UNESCO MOST, Policy Paper, n.4, p.5-69, 1996.
- IMBERT, P. (2020). **Francophones, Multiculturalism and Interculturalism in Canada, Quebec and Europe** In: *Citizenship and Belonging in France and North America*, 2020
- JANSEN, C. J. (2005). **Canadian multiculturalism**. In C. E. James (Ed.) **Possibilities and limitations**: Multicultural policies and programs in Canada (pp. 12-20).
- JEDWAB, J. (2014). **The multiculturalism question**: Debating identity in 21st-century Canada. Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press.
- LABELLE, M. (2005). **"The challenge of diversity in Canada and Quebec."** *Policy Options*, 1 March 2005.
- _____. (2000). **La politique de la citoyenneté et de l'interculturalisme au Québec**: Défis et enjeux. Em H. Greven Borde & J. Tournon (Eds.), *Les identités en débat, intégration ou multiculturalisme?* Paris: Harmattan.
- LANG, P. (2006) Ibanez B. P., Ma. Carmen López Sáenz. **Interculturalism: Between Identity and Diversity**.
- LEE, E., & JOHNSTONE, M. (2021). **Lest We Forget: Politics of Multiculturalism in Canada Revisited during COVID-19**. *Critical Sociology*, 47, 671 - 685.

LEGIS QUEBEC OFFICIAL SOURCE. **CHAPTER 12 - Charter of human rights and freedoms**. Disponível em:

<https://www.legisquebec.gouv.qc.ca/en/document/cs/c-12> Acesso em: 9 set 2023

LEGIS QUEBEC OFFICIAL SOURCE. **Projet de loi no 101(2005, chapitre 24) Loi sur le ministère de l'Immigration et des Communautés culturelles**. Disponível em:

https://www.publicationsduquebec.gouv.qc.ca/fileadmin/Fichiers_client/lois_et_reglements/LoisAnnuelles/fr/2005/2005C24F.PDF Acesso em: 9 set 2023

LEMAN, M. **Le multiculturalismecanadien**. Parliamentary Research Branch Publication 93-6F. Ottawa: Bibliothèque du Parlement, 1999. Disponível em

<www.parl.gc.ca/information/library/PRBpubs/936-e.htm>. Acesso em: 12 nov 2022

LEMIEUX, V. (2012). **Partido Liberal de Quebec e formulação de políticas**. Em Partidos Políticos de Quebec em Turbulência, ed. RéjeanPelletier, 249-271. Quebec: Laval University Press

LEROUX, D. (2010). **Québec nationalism and the production of difference: The Bouchard-Taylor commission, the Hérouxvillecode of conduct, and Québec'simmigrantintegrationpolicy**. Québec StudiesJournal, 49(10), 107-126.

LEROUX, G. (2007). **Éthique et culturereligieuse: Argumentspour um programme**. Montréal: Editions Fides.

LI, P., (1999) **The Multiculturalism Debate**. In: LI, Peter (Org.). Race and Ethnic Relations in Canada. (2nd ed., pp. 148-177). Don Mills: Oxford University Press, 1999

LINTEAU, P.; DUROCHER, R.; ROBERT, J. **Quebec: A History 1867-1929: A History 1867-1929**. James Lorimer&Company, 1983.

MARGER, M. (2015). **Race & ethnic relations: American and global perspectives** (10th ed.). Stamford, CT: Cengage Learning

MARSHALL, G. K. (2023) **Visible Minorities in the Canadian Mosaic? Investigating the Conflation of Race and Culture in Federal Employment Equity Policy**. Dissertação de Mestrado supervisionada por Daniel Sabbagh. Segundo membro da banca: Patrick Simon. Mestrado em Políticas Públicas. Política e Políticas Públicas. 2023.

MCLAREN, P., (1998). **A luta por justiça social: breves reflexões sobre o ensino multicultural nos Estados Unidos**. *Revista Pátio*, ano 2, nº 6, p. 24-33.

_____, (2000). **Multiculturalismo revolucionário - pedagogia do dissenso para o novo milênio**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. Tradução de Márcia Moraes e Roberto Cataldo Costa.

_____, (2000). **White Terror and Oppositional Agency: Towards a Critical Multiculturalism.** In: DUARTE, E.; SMITH, S. (Org.). *Foundational Perspectives in Multicultural Education.* New York: Longman, 2000

_____, (1997). **Multiculturalismo crítico.** São Paulo: Cortez, 1997.

MCNEIL, D. (2020). **Shy Elitism: A New Keyword in Critical Multiculturalism Studies.** In: MIELUSEL, R.; PRUTEANU, S. (eds.) *Citizenship and Belonging in France and North America.* Cham: Palgrave Macmillan, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-30158-3_10. Acesso em: 25 ago 2023.

MEER, N.; MODOOD, T. (2012). **How does interculturalism contrasts with multiculturalism?** *Journal of Intercultural Studies*, v. 33, 2012, p. 175-196.

MINISTÈRE DE L'IMMIGRATION ET DES COMMUNAUTÉS CULTURELLES. La diversité: une valeur ajoutée. Plan d'action gouvernemental pour favoriser la participation de tous à l'essor du Québec 2008-2013. Quebec: Bibliothèque et Archives nationales du Québec, 2008.

_____. Vers une nouvelle politique québécoise en matière d'immigration, de diversité et d'inclusion. Quebec: Bibliothèque et Archives nationales du Québec, 2014.

MINISTÈRE DE L'IMMIGRATION, DE LA DIVERSITÉ ET L'INCLUSION, RAPPORT ANNUEL DE GESTION 2015–2016, AND 2017–2018. Disponível em: <https://cdn-contenu.quebec.ca/cdn-contenu/adm/min/immigration/publications-adm/rapport-annuel-gestion/RA_annuel_gestion_2017-2018_MIDI.pdf> Acesso em: 20 ago 2023

MILOT, M. (2008). **L'expression des appartenances religieuses à l'école publique compromet-elle laïcité, l'égalité et l'intégration sociale?** Em M. McAndrew, M. Milot, J. S. Imbeault, & P. Eid (Eds.), *L'accommodement raisonnable et la diversité religieuse à l'école publique: Normes et pratiques* (pp. 91-111). Montréal: Éditions Fides.

_____, (2015). **Multiculturalismo, Interculturismos e a Maioria.** Em N. Meer, T. Modood, R. Zapata-Barrero (eds), *Multiculturalism and Interculturalism: Debating the Dividing Lines* (Multiculturalismo e Interculturalidade: Debater as Linhas Divididas). Edinburgh University Press

_____, (2013). **Multiculturalism and religion: A three-part debate. Part one: Accommodating religions: Multiculturalism's new fault line.** *Critical Social Policy*, 34(1), 121-127

MOGHADDAM, F. (2008). **Multiculturalidade e relações intergrupais: Implicações psicológicas para a democracia no contexto global.** Washington.

MOOKERJEA, S. (2015). **Multiculturalism and Egalitarianism**. In: Guo, S., Wong, L. (eds) *Revisiting Multiculturalism in Canada. Transnational Migration and Education*. Sense Publishers, Rotterdam

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. (2008) (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____, A. F. B (2002) **Currículo, diferença cultural e diálogo**. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.23, n.79, p.15-38, ago. 2002.

_____, A.F. B. (1999) **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papyrus, 1999. Multiculturalismo, currículo e formação de professores, p.81-96.

_____, A. F. B.; CANEN, A. (2001) **Ênfases e omissões no currículo**. Campinas: Papyrus, 2001. Reflexões sobre multiculturalismo na escola e na formação docente, p. 15-44.

_____, A. F. B.; MACEDO, E. (2002) **Currículo, práticas pedagógicas e identidades Porto**: Porto Editora, 2002. Currículo, identidade e diferença, p.11-34.

_____, (2001). **A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000)**: avanços, desafios e tensões. *Revista Brasileira de Educação*, nº 18, p. 65-81.

MOTTA, S. R. O hibridismo mediante o olhar de Bhabha e a questão da linguagem e identidade no pós- colonialismo. *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*. **Anais da VX JNLFLP**

PAQUET, M. (2014). **The Federalization of Immigration and Integration in Canada**. *Canadian Journal of Political Science/Revue Canadienne de science politique*

PAREKH, B. (2009). **Sociedade multicultural e convergência de identidades**. Em J. Fossum, J. Poirier, & P. Magnette (Eds.), *The ties that bind: Accommodating diversity in Canada and the European Union* (pp. 33-52).

PEACH, C. (2005). **The mosaic versus the melting pot: Canada and the USA**. *Scottish Geographical Journal*, 121(1), 3-27

POUTIGNAT, P, STREIF. J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 65– 67

PROULX-CHÉNARD, S. (2021). **Interculturalidade**. Na Enciclopédia Canadense. Disponível em:<<https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/interculturalisme>> Acesso em: 10 de nov 2022

QUEBEC DEPARTMENT OF IMMIGRATION, (2015). **Diversity and Inclusion. Together, We Are Québec** – Québec Policy on Immigration, Participation, and Inclusion, November 2015

_____. **Politique québécoise en matière d'immigration**, de participation et d'inclusion

_____. **Publications du Conseil des relations interculturelles**

QUEBEC. (2017). Office of the Minister of Justice and Attorney-General. “**Neutralité religieuse de l'État – Adoption du projet de loi no 62.**” News release, 18 October 2017

QUEBEC INTERNATIONAL. **Quebec Economic Statistics**, (2023). Disponível em: <https://www.quebecinternational.ca/en/quebec-economic-statistics#growth>. Acesso em: 10 ago. 2023.

REID, A., and SHACHI. (2017). “**Canada's celebrated multiculturalism could be tested if the different religions and traditions cannot stand the secularism driving elements of public policy.**” Policy Options, 4 December 2017.

REPORT OF THE ROYAL COMMISSION ON BILINGUALISM AND BICULTURALISM. BOOK IV: THE CULTURAL CONTRIBUTION OF THE OTHER ETHNIC GROUPS. A. Davidson Dunton and Jean-Louis Gagnon, co-chairmen. Disponível em: <https://publications.gc.ca/collections/collection_2014/bcp-pco/Z1-1963-1-5-4-2-eng.pdf>. Acesso em: 10 ago 2023

ROCHER, F., LABELLE, M., Field, A.-M., & Icart, J.-C. (2007). **Le concept d'interculturalisme em contexte québécois: Généalogie d'un néologisme.** Ottawa & Montréal: Research Centre on Immigration, Ethnicity and Citizenship (Centro de Pesquisa sobre Imigração, Etnia e Cidadania). Disponível em: <<http://www.accommodements.qc.ca/documentation/rapports/rapport-3-rocher-francois.pdf>> Acesso em: 25 ago 2023

ROCHER, G. (1973). **Le Québec en mutation** (O Quebec em mutação). Montreal: Hurtubise.

ROCHER, F. (2023). **Migration Policy Institute. Immigration in Quebec: Language Matters.** Migration Policy Institute. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/immigration-quebec-language>. Acesso em: 10 de out 2023.

SAAVEDRA, R. N. (2019) **Multiculturalismo e interculturalidad en clave decolonial.** *Revista Stultifera*, 1(2), 60-84. doi:10.4206/rev.stultifera.2018.v1n2-03. 2019.

SANTOS, B. de S.; NUNES, J. A. (2003) **Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade.** In: SANTOS, B. de S. (org.) *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural.* São Paulo: Cortez, 2003.

SEYFERTH, G. (1997). **A assimilação dos imigrantes como questão nacional**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Brasil.

SEYMOUR, M. (1999). **La nationenquestion**. Montreal: Hexagone

SPIVAK, G. S. (1998). **Can the subaltern speak? Reflections on the history of an idea**. Columbia University Press. Rosalind C. Morris Ed.

SORIANO, R. **Interculturalidade. Entre liberalismo y comunitarismo**. Córdoba: Almuzara, 2004.

SOROKA, S., and SARAH R. (2010). **A literature review of Public Opinion Research on Canadian attitudes towards multiculturalism and immigration, 2006–2009**. Citizenship and Immigration Canada, March 2010.

STATISTICS CANADA. (2008). **2006 Census: Ethnic origin, visible minorities, place of work and mode of transportation**. The Daily, Wednesday, April 2, 2008. Disponível em: <<http://www.statcan.gc.ca/daily-quotidien/080402/dq080402a-eng.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2022

STATISTICS CANADA. (2013). **Immigration and ethnocultural diversity in Canada: National Household Survey, 2011**. Catalogue no. 99-010-X2011001. Ottawa: Minister of Industry. Disponível em: <<http://www12.statcan.gc.ca/nhs-enm/2011/as-sa/99-010-x/99-010-x2011001-eng.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2022

STATISTICS CANADA (2022). **Citizenship by visible minority and immigrant status and period of immigration: Canada, provinces and territories and federal electoral districts (2013 Representation Order)** Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/t1/tbl1/en/tv.action?pid=9810030301> Acesso em: 28 nov 2022.

STATISTICS CANADA (2022) Disponível em: <<https://www.bac-lac.gc.ca/eng/census/1901/Pages/about-census.aspx>> Acesso em: 8 de out. 22

STATISTICS CANADA, (2022). **The Canadian census: A rich portrait of the country's religious and ethnocultural diversity**. Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/daily-quotidien/221026/dq221026b-eng.htm> Acesso em: 25 ago 2023

STATISTICS CANADA, (2022). **Immigration as a source of labour supply**. Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/daily-quotidien/220622/dq220622c-eng.htm> Acesso em: 25 ago 2023

STRUTHERS, J. (2021). **The Great Depression in Canada**. In The Canadian Encyclopedia. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/great-depression> Acesso em: 25 ago 2023

TAVARES, M.; GOMES, S. (2018) **Multiculturalismo, interculturalidade e decolonialidade: prolegômenos a uma pedagogia decolonial**. *Dialogia*, 2018, p.47 - 68.

TAYLOR, C. (1998) **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

_____, (2012) **Interculturalism or multiculturalism? Philosophy & social criticism**, v. 38, n. 4-5, p. 413-423, 2012.

_____, (2000) **A política do reconhecimento**. In: *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000.

TAYLOR, K. W. **Racism in Canadian immigration policy**. *Canadian Ethnic Studies= Etudes Ethniques au Canada*, v. 23, n. 1, p. 1, 1991.

REITZ, J.G. et al. (2009) **Multiculturalism and social cohesion: potentials and challenges of diversity**. Nova York: Springer, 2009.

_____; BANERJEE, R. (2007) **Racial inequality, social cohesion and political issues in Canada**. In: BANTING, K. G.; COURCHENE, T. J.; SEIDLE, F. L. (Org.). *Belonging? diversity, recognition and shared citizenship in Canada*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2007.

ROSAS, J. C. (2007) **Sociedade Multicultural: Conceitos e Modelos**, Universidade do Minho 22 de março de 2007.

UBEROI, V. (2009). **Multiculturalism and the Canadian charter of rights and freedoms**. *PoliticalStudies*, 57(4), 805-827

UNESCO. (2001) **Universal declaration on cultural diversity**. 2001. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>> Acesso em: 12 de mai 22.

WALSH, C. (2012) **Interculturalidad y (de) colonialidad. Perspectivas críticas y políticas**. *Visão Global, Joaçaba*, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.

WEBBER, J. (2015). **The Constitution of Canada: A Contextual Analysis**. Oxford and Portland: Bloomsbury

WEINFELD, M. (1981). **Myth and reality in the Canadian mosaic: "Affective ethnicity."** *Canadian Ethnic Studies/Etudes ethniques au Canada*, 13(3), 80-100.

_____, (1994). **Ethnic assimilation and the retention of ethnic cultures**. In J. W. Berry & J. A. Laponce (Eds.), *Ethnicity and culture in Canada: The research landscape*. Toronto: University of Toronto Press.

_____, (2001). **Like everyone else ... but different: The paradoxical success of Canadian Jews**. Toronto: McClelland & Stewart Ltd.

WENDT, A. (1994). **Collective Identity Formation and the International State**. The American Political Science Review, v.88, n.2, p.384-396, 1994.

WHITE, B.W., GRATTON, D., ROCHER, F. (2014), **Les conditions de l'inclusion en contexte interculturel, Tese apresentada à Comissão de Relações Cidadãs**. Ministério de Imigração, Diversidade e Inclusão. Disponível em: <<http://labrri.net/wpcontent/uploads/2015/06/WhiteGrattonRocherConditionsInclusion.pdf>>. Acesso em 22 jul. 22

WHITE, B. W. (2017). **Intercultural cities: Policy and practice for a new era**. Springer, 2017.

WOEHLING, J. (2011). 5. **The B-T Report 'Open Secularism' Model and the Supreme Court of Canada Decisions on Freedom of Religion and Religious Accommodation**. In H. Adelman & P. Anctil (Ed.), Religion, Culture, and the State: Reflections on the Bouchard-Taylor Report (pp. 86-99). Toronto: University of Toronto Press.

WILLINSKY, J. **Política educacional da identidade e do multiculturalismo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 29-52, nov. 2002.

WINKS, R. W. **Blacks in Canada: A history**. McGill-Queen's Press-MQUP, 1997.

WEINSTOCK, D. (2013) **Interculturalism and Multiculturalism in Canada and Quebec. Situating the Debate**. In: BALINT, Peter; GUÉRARD DE LA TOUR, Sophie (Org.). Liberal Multiculturalism and Fair terms of Integration. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013. p. 91-108

APÊNDICE

Cronograma da Política Multicultural canadense 1948 – 2018

Cronologia da Política de Multiculturalismo	
1948	O Canadá aderiu à <i>Declaração Universal dos Direitos Humanos</i> , que se aplica a todos os seres humanos, independentemente de sexo, raça, religião, cultura ou ideologia.
1960	O Parlamento aprovou a <i>Declaração de Direitos do Canadá</i> , que proíbe a discriminação por motivos de raça, origem nacional ou étnica, cor, religião ou sexo.
1967	As disposições sobre discriminação racial que existiam na lei de imigração canadense desde o início do século XX foram abolidas.
1969	A Comissão Real sobre Bilinguismo e Biculturalismo lançou o Livro Quatro do seu relatório, sobre a contribuição dos grupos étnicos para o enriquecimento cultural do Canadá.
1970	O Canadá ratificou a <i>Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial</i> .
1971	O Canadá se tornou o primeiro país do mundo a introduzir uma política de multiculturalismo.
1972	Primeira nomeação de um ministro (júnior) para o Multiculturalismo.
1973	O Conselho Consultivo Canadense sobre Multiculturalismo (mais tarde renomeado Conselho Etnocultural Canadense) foi estabelecido para apoiar o ministro.
1974	Saskatchewan tornou-se a primeira província a adotar legislação relativa ao multiculturalismo.
1976	O Canadá ratificou o <i>Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais</i> e o <i>Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos</i> .
1977	O Parlamento adotou a <i>Lei Canadense de Direitos Humanos</i> , que estabeleceu a Comissão Canadense de Direitos Humanos para monitorar e mediar disputas sobre direitos humanos no Canadá.
1982	A <i>Carta Canadense de Direitos e Liberdades</i> consagrou os direitos de igualdade na Constituição e reconheceu a herança multicultural do Canadá.
1984	O Comitê Especial da Câmara dos Comuns sobre Minorias Visíveis na Sociedade Canadense emitiu o relatório <i>Equality Now!</i>
1985	Estabelecimento do Comitê Permanente sobre Multiculturalismo da Câmara dos Comuns.
1986	O Parlamento aprovou a <i>Lei de Equidade no Emprego</i> .
1988	O consentimento real foi dado em 21 de julho à <i>Lei Canadense de Multiculturalismo</i> , depois que o Parlamento adotou a legislação com o apoio de todos os partidos. O governo federal pediu desculpas formalmente pelo encarceramento injusto e pela privação de direitos dos nipo-canadenses e pela apreensão de suas propriedades durante a Segunda Guerra Mundial e ofereceu indenização.
1990	Canada apresentou o seu primeiro relatório anual sobre a implementação da <i>Lei Canadense de Multiculturalismo</i> pelo Governo federal.
1991	O consentimento real foi dado à <i>Lei do Departamento de Multiculturalismo e Cidadania</i> em 17 de janeiro. Em 21 de abril, o novo Departamento foi oficialmente estabelecido, com Gerry Weiner nomeado primeiro ministro em tempo integral.
1993	O governo federal anunciou que o Multiculturalismo e Cidadania do Canadá seria dividido em seus dois componentes principais: os programas de multiculturalismo seriam fundidos com o novo Departamento de Patrimônio Canadense e os programas de cidadania seriam amalgamados com o novo Departamento de Cidadania e Imigração.
1994	O governo federal anunciou que não pagaria qualquer compensação aos grupos étnicos nacionais para reparar indignidades passadas.
1995	A Câmara dos Comuns aprovou por unanimidade uma moção reconhecendo formalmente fevereiro como o Mês da História Negra.
1996	O governo federal estabeleceu a Fundação Canadense de Relações Raciais.
1997	O governo federal anunciou um programa renovado de multiculturalismo.
2002	O governo federal anunciou que o Dia do Multiculturalismo Canadense seria realizado em 27 de junho de cada ano.

	Em maio, o Governo do Canadá assinou uma declaração oficial designando maio como o Mês da Herança Asiática.
2005	<p>No orçamento de Fevereiro, o governo federal anunciou iniciativas comemorativas e educativas para destacar as contribuições de grupos etnoculturais particularmente afetados pelas medidas de guerra ou pelas políticas de imigração da época.</p> <p>Em março, o governo federal lançou <i>Um Canadá para Todos: Plano de Ação do Canadá Contra o Racismo</i>.</p> <p>Entre agosto e novembro, o governo federal anunciou acordos de princípio com as comunidades ucraniano-canadense, ítalo-canadense e sino-canadense como parte do Programa de Reconhecimento, Comemoração e Educação anunciado no Orçamento de fevereiro de 2005.</p>
2006	<p>O governo federal apresentou um pedido de desculpas completo aos sino-canadenses pelo imposto por cabeça que foi imposto aos imigrantes chineses até 1923 e pela subsequente exclusão dos imigrantes chineses até 1947. O governo</p> <p>federal anunciou o Programa de Reconhecimento Histórico Comunitário e o Programa de Reconhecimento Histórico Nacional para comemorar as experiências históricas e contribuições das comunidades etnoculturais.</p>
2008	<p>A responsabilidade pelo multiculturalismo foi transferida do Departamento de Patrimônio Canadense para o Departamento de Cidadania e Imigração.</p> <p>O Senado aprovou por unanimidade e aprovou a moção para reconhecer as contribuições dos negros canadenses e fevereiro como o Mês da História Negra.</p> <p>O governo federal lançou o Prêmio Paul Yuzyk para Multiculturalismo.</p>
2009	O Canadá tornou-se membro pleno da Força-Tarefa para Cooperação Internacional em Educação, Memória e Pesquisa do Holocausto (agora conhecida como Aliança Internacional para a Memória do Holocausto).
2010	O Canadá sediou a segunda conferência anual da Coalizão Interparlamentar para o Combate ao Antissemitismo.
2011	O Canadá tornou-se o primeiro país a assinar o Protocolo de Ottawa sobre o Combate ao Antissemitismo, que foi desenvolvido pela Coligação Interparlamentar para o Combate ao Antissemitismo.
2013	<p>O governo criou o Gabinete para a Liberdade Religiosa, com o mandato de defender as minorias religiosas, promover a liberdade religiosa e promover políticas e programas que apoiem o direito à liberdade religiosa.</p> <p>O Canadá atuou como Presidente da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto de março de 2013 a fevereiro de 2014.</p>
2015	<p>O consentimento real foi dado à <i>Lei do Dia da Jornada para a Liberdade</i>, que comemora o êxodo dos refugiados vietnamitas e sua aceitação no Canadá após a queda de Saigon e o fim da Guerra do Vietnã, em 23 de abril de 2015.</p> <p>A <i>Lei de Tolerância Zero para Práticas Culturais Bárbaras</i>, que altera a <i>Lei de Imigração e Proteção aos Refugiados</i>, a <i>Lei do Casamento Civil</i> e o <i>Código Penal</i>, recebeu o consentimento real em 18 de junho de 2015.</p> <p>Em junho de 2015, o Canadá realizou a reunião inaugural do Grupo de Contato Internacional para a Liberdade de Religião ou Crença.</p> <p>Em 4 de novembro, o governo federal anunciou que a pasta do multiculturalismo estava sendo transferida do Departamento de Imigração, Refugiados e Cidadania para o Departamento de Patrimônio Canadense.</p>

2016	<p>Em 17 de maio de 2016, o governo anunciou a criação do Gabinete de Direitos Humanos, Liberdades e Inclusão (OHRFI), que substituiu o Gabinete de Liberdade Religiosa criado em 2013 e recebeu um mandato alargado.</p> <p>O governo do Canadá apresentou um pedido formal de desculpas pelo incidente do <i>Komagata Maru</i> em 1914, quando 352 dos 376 passageiros do navio, principalmente de origem sikh, muçulmana e hindu, tiveram sua entrada recusada no Canadá devido à política de imigração da época.</p>
2017	<p>Em março de 2017, a Moção M-103 sobre racismo sistémico e discriminação religiosa foi aprovada pela Câmara dos Comuns e, em 8 de junho de 2017, o Comité Permanente do Património Canadano iniciou um estudo sobre estes assuntos.</p>
2018	<p>Em fevereiro de 2018, o Comité Permanente sobre o Património Canadense publicou um relatório intitulado <i>Tomando Ações Contra o Racismo Sistémico e a Discriminação Religiosa, Incluindo a Islamofobia</i>.</p>

Fonte: BROSSEAU, Laurence; DEWING, Michael. Canadian multiculturalism. 2018, p. 23-26.